

PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DE FREGUESIAS

por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE

MAZAREFES E VILA FRIA

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS QUE INTEGRAM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA

**por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo
25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho**

1. Enquadramento da Proposta

A Proposta apresentada tem como objetivo a criação da freguesia de MAZAREFES, por desagregação das Freguesias que integram a União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria e criando, ao abrigo da Lei em vigor, as freguesias de Mazarefes e Vila Fria com estatuto de autonomia. A presente proposta foi elaborada ao abrigo do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho.

Desta forma, a presente proposta é uma manifestação de intenção que se enquadram nos pressupostos definidos no diploma legal e faz depender a correção da agregação de Freguesias imposta pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio e pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.

Na referida proposta pretendemos demonstrar e evocar os inequívocos prejuízos que a agregação das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria causaram às suas populações que, ao abrigo legislativo imposto pela Lei nº 11-A/2013, foram forçadas a uma agregação sem consulta prévia à população visada.

Dando seguimento às diretrizes emanadas na Lei em vigor e considerando que as duas freguesias reúnem os pré-requisitos inerentes à desagregação da união de freguesias e à criação de novas freguesias independentes, a presente proposta apresenta toda a documentação fundamental, bem como a manifesta vontade da população registada através da assinatura das declarações de concordância com a reorganização das freguesias de forma autónoma e independente e em que prevalece a identidade de cada freguesia.

Depois de aprovada a proposta na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, e conseqüente aprovação pela Assembleia Municipal de Viana do Castelo, desejando os proponentes ter cumprido o compromisso que assumiram perante a população que representam de forma a que se concretize a desagregação das Freguesias que integram esta *União*, e que, dessa forma se proceda à criação das freguesias independentes e autónomas de Mazarefes e Vila Fria.

2. Contextualização

2.1 Imposição da agregação das freguesias de Mazarefes e Vila Fria

Pelo «*Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica*»⁽²⁾, outorgado em 17 de Maio de 2011 entre a República Portuguesa, o Banco Central Europeu, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional, assumiu o Estado português o compromisso de, até Julho de 2012, «*reorganizar a estrutura da administração local*», através do desenvolvimento de «*um plano de consolidação*» que permitisse «*reorganizar e reduzir significativamente o número*» de Freguesias e de Municípios então existentes no país (4.259 e 308, respetivamente), que entrasse em vigor no «*ciclo eleitoral local*» que se iniciaria em 2013. Tais alterações culminariam – na enviesada visão sobre o papel das Autarquias locais que aquele *Memorando* incorporava – no «*reforço da prestação do serviço público*», no «*aumento da eficiência*» e na «*redução de custos*».

Apontando à Administração Local – aos Municípios e às Freguesias – uma responsabilidade que aquela não tinha sobre a difícil situação financeira que então o País atravessava, e branqueando que as ineficiências do Estado tinham origem no funcionamento da Administração Central e do Sector Empresarial do Estado, e não na gestão das Autarquias, o Governo elaborou, em Setembro de 2011, o «*Documento Verde da Reforma da Administração Local*»⁽³⁾, afirmando a essencialidade da Reforma da Administração Local (leia-se, a redução do número de Freguesias), como «*um pilar fundamental para a melhoria da gestão do território e da prestação de serviço público aos cidadãos*».

Desde cedo as populações das Freguesias do Município se pronunciaram contra a hipótese de extinção das suas Freguesias.

Naquele seguimento, a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio veio aprovar o «*Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica*» que consagrava «*a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias*», com o objetivo de concretizar a «*reestruturação, por agregação, de um número significativo de freguesias em todo o território nacional, com especial incidência nas áreas urbanas*».

2.2 A constatação do erro legislativo e as iniciativas locais pela reversão da agregação das freguesias

Conforme será comprovada, a criação da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria constituiu um manifesto erro legislativo, que seriamente prejudicou as populações destas áreas territoriais.

As dificuldades sentidas pelos primeiros Autarcas eleitos aos órgãos da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria na implementação da estrutura, e que se repercutiram diretamente no serviço prestado aos habitantes das Freguesias agregadas, cedo permitiram concluir que os receios eram justificados.

É de salientar a difícil operacionalização de toda a estrutura logística e autárquica o que deixou a população de ambas as freguesias e os seus representantes políticos insatisfeitos, ao ponto de reivindicar constantemente a célere correção deste erro estrutural e administrativo do território.

De forma sistemática, a população reitera a solicitação para a desagregação das freguesias. Em momento algum a população manifestou inimizades com os seus conterrâneos, no entanto todos reconhecem que se perderam identidades culturais, a cultura grupal tão característica das aldeias, o apoio individualizado à população mais envelhecida, bem como a disponibilidade de serviços à população.

Desta forma, verificamos em cada uma das Freguesias extintas, a manutenção do funcionamento dos serviços da Junta de Freguesia em cada uma das antigas instalações-sede das Freguesias agregadas, bem como continuaram a comemorar, solene e participadamente, as datas marcantes de cada povoação.

3. Proposta de desagregação das Freguesias que integram a União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria

3.1 Fundamento: o erro manifesto e excepcional que causa prejuízo às populações

A União de freguesias de Mazarefes e Vila Fria, imposta por Decreto-Lei, sem qualquer auscultação à população, revelou-se um erro crasso que revelou uma enorme falta de respeito pela individualidade da comunidade de cada uma das freguesias.

Reitera-se a dificuldade na operacionalização de toda a estrutura logística e autárquica não permitindo promover relações de proximidade o que deixou a população de ambas as freguesias e os seus representantes políticos insatisfeitos, ao ponto de reivindicar constantemente a célere correção deste erro estrutural e administrativo do território.

Desde 2012, a população das duas freguesias tem vindo a manifestar o seu total desgosto, descontentamento e revolta por terem sido obrigadas a “agrupar” a outra

freguesia que, apesar de se verificarem laços familiares e de amizade, não se verifica a identidade cultural.

A cultura grupal tão característica das aldeias e das comunidades mais pequenas, o apoio individualizado à população mais envelhecida, a entreatjada aos vizinhos e a força comunitária das pequenas manifestações culturais promovem uma união intrínseca ao ser humano através da identidade dos concidadãos. Estes sentimentos e identidade de proximidade foram minimizadas uma vez que não sentiam o poder local próximo, bem como se verifica que a disponibilidade de serviços à população é muito mais reduzida, uma vez que as valências terão de ser, necessariamente, distribuídas pelas duas freguesias.

Por outro lado, devido a esta união de freguesias, verificou-se uma confluência de valências que passaram a servir as duas freguesias o que implicou um grande espaçamento temporal na prestação dos serviços solicitados.

Inevitavelmente a população recusa esta união compulsiva de freguesias, sem que, em momento algum, se verificassem situações de violência, agressividade ou até repulsa contra os conterrâneos da outra freguesia.

Para a comunidade idosa ou com mais dificuldade de mobilidade, este sentimento de pertença e proteção social está cada vez mais desvanecida, fazendo com que se desenvolvam sentimentos de abandono e depressivos.

Mazarefes, enquanto freguesia autónoma e independente, sempre primou pela união, proximidade, mobilização e intervenção social olhando para o próximo com o afeto e a dedicação característico da vizinhança que acompanhou o crescimento dos descendentes das diferentes famílias. Esta união forçada veio quebrar esses laços uma vez que o poder político e autárquico nem sempre estava presente, o que é compreensível por estar “repartido” entre as duas freguesias.

I - Proposta de criação (desagregação) da freguesia de Mazarefes

a) Denominação e heráldica

Para os efeitos previstos na alínea *a)* do número 2 do artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, é a seguinte a **denominação** da Freguesia cuja criação, por desagregação, se propõe: **MAZAREFES**.

Brasão – Escudo de prata, uma faixa ondeada de azul e prata, acompanhada de uma viera de vermelho em chefe e de dois adens, afrontados, de sua cor, em campanha. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco com a legenda a negro, em maiúsculas: **MAZAREFES**.

Bandeira – De azul, cordões e borlas de prata e azul. Haste e lança de ouro.

(Publicado em Diário da República, III Série de 12 de agosto de 1996)



b) Delimitação territorial e sede

Com o objetivo de dar cumprimento ao disposto na alínea *b*) do número 2 do artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, e não olvidando o que dispõe o número 3 do artigo 25.º daquele Diploma no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório de correção da agregação de Freguesias que, pela presente Proposta, se suscita, cumpre consignar que a **delimitação territorial** da Freguesia de Mazarefes corresponderá àquela que vigorava inalterável desde 1799¹, reportando-nos às primeiras linhas demarcativas do Tombo da freguesia, até à produção de efeitos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro.

Segue documento comprovativo:

¹ Arquivo Paroquial de Mazarefes, Viana do Castelo (fl..26-32).

P

u. Pessoas que tem obrigações de Reber
del'ad a tam' ad'obri' de ta' Pensand' e' em con
ta do Seruicio Estado ou Seru' P'end' e' e' e'
ou que m' go' der' te' n'bra de Receber d'uni' fal
ta ill' que quebra' ou d'eme' n'ca' a' f'remos
e' amos na forma e' ma' n'ca' e' g' i' n' te' que
de' segue

Medicao e' d'ireccao' da' f'regueria
p'le' a' d'ag' n' te'

Tem que pegando' esta' Medicao' a' um
Marco de' d'ag' n' te' que esta' a' d'ag' n' te' das Mar
gas do Rio Lima' em o' Carro' de' d'ua' trouca
de Mato' do Capitam' Manoel Antonio' de
penda' p' que esta' va' p'onta do Porto' Com
arua' virada para o' N'orte que Marca
o' d'ag' n' te' da' f'regueria de Villa Franca Co
nido a' d'ua' outro' Marco com' d'ua' Cruz
virada para' esta' f'regueria' d'ag' n' te'
virada ao' Sul que nos' tra' a' d'ua' Marca
e' em' que Medico' de' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua'
p' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua'
Marco de' d'ag' n' te' tem' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua'
Marco d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua'
d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua'
d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua'
d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua' d'ua'

Continuando a Medicam. Com alara
Ao Sul partindo pelo Pacente com adita
frequencia de villa Franca terra Regenga
do Seruissimo Esta do tem des do Marco
que atraz fica a tre o terzei ro oitenta
atras Navas e Continuando a Medicam. Com
alara ao Sul tre o quarto Marco partin
do pelo Pacente com terra Regenga e tre
que rua de villa Franca tem tre eritas
deserto Navas Colago ao pe' deste Esta
outro Marco o ter uado Suiço Palmo
e mejo com rias e sus tirada para o
Pacente com dois Si quez Com Sima e
dari continuando antes na Medicam
com alara Ao Sul partindo pelo Pa
cente com a Sobri dita terra Regenga
e frequencia tre Regar, ao quinto Marco
por onde tem des deo ditto Marco que
atrax fica a tre Este digo Marco que fica
da. Em corta do ito valle de Manoel
Fernandez de villa Franca e continuando
do inda antes na Medicam com alara
Ao Sul partindo pelo Pacente com
Ao Sobri dita terra Regenga e frequen
cia tem des deo Marco que atrax fica
a tre Este sento e tre i nta do atrax Navas

1

Das el Conde quando Amedisam de
mo a lomi al ara do Sul partindo do pelho
fazente com a sobre dita terra Regencia
afregueria a ante chegar ao C. t. dego a the e re
gar do Setimo Maris que Esta no Campos
de sobre o rito rio de Matay, e lito de Bra
indos tem des des Maris que atraz fica a the
Esta treze eitas Varas, e lito nuando do cote
dicam ainda com a lora do mar mo sul
Sobre o fazente a the chegar ao rito
Maris partindo a m da pelho mar mo ma
cente lomi ar sobre dita terra Regen
cia afregueria a tenias do Morgado do rito
Sore rito rio de illo tem des des Mar
is que atraz fica a the Esta e lito e lito
ta e duas Varas. Quis Maris tem duas Cruz
de lora ad a lora a lora a Esta e lito
gueria de Maray e foz com outra Cruz
maris qe gueria em Sima e lito nuando
do Amedisam a the chegar ao nono
Maris partindo do ainda com o lito
da sobre dita afregueria de Villa Franca
a the outro Maris que Esta a lito tem
lito e duas Varas. Quis Esta e lito
ma da marada e lito nuando Amed

medicam aliud a Com alara do
sul Sobria o Paente par tu mdo Com aho
bre dita frequeria ate chegar ao Caminho
das brucos e morada aonde se acham dois
Marecos lums que illa sea o Regengo de villa
Franca Coutro desta frequeria tem des deo
Marios que illa as fica ate que te crentes
aguar em ta Coutro varas. Quando alara
ao doente par tu mdo pello sul Com o dito
Caminho ate chegar ao Cito do Campo
de Sinto nio Mues ca breir os ao mdo
de idam dicio illa sea lums que deo
frequeria de villa Franca Coutro esta
frequeria tem des deo Marios que atoy
na ate que or tenta e to es varas
Quando outo a bre alara a sul par
tu mdo pello doente Com a sobria di
ta semu Regenga de villa Franca
ate chegar ao Cito de Com tam aonde
se acham dois Marios que illa sea lums
Coutro a frequeria que tem des de or illa
com que atoy fica ate que durante
e deo de do atoy varas e Continuan
do a illa deo Com alara a sul par
tu mdo pello doente Com a sobria de
villa Franca, cujo de villa Franca

Para a entrada de Fonte Branca até
regar onde das Azoas hentes as mesmas
quingenta até regar ao S.ento de Mano
al des Lueira dize de Manoel Antonio
des Lueira Em Cui a sento e a chra em Cos
ta do ao Muro cum Marco de Pedra Fos
ca Sem signal algum que direm deuid
Citas frequerias de Villa Fria e Maracá
per tem des de adita Fonte Branca a
tre dita illares S.ento e viuta Enoutra
var da ri uir ando a cara do sul par vir
do esse Naente com partes de terra
do Tirado do Sobre dito Manoel Ant
nio des Lueira ap. anta do o de mite
de Villa Fria e dita frequeria tem até
regar ao C.ito da Formiga, par ando
eonti uian do Sempre a medicao ser
canda a maior parte do adento aonde
Estare a Sobricao até regar aquina
da bouca que Esta adiante do Monte
do Tibião a Cui C.ito e de drama. Su
gar dade nda tem des des Marco dize
tem des des dito illares até aquina
da Sobre dita bouca Coatro Centas
Varas Cui van do a Cara ao Decento

Oppoente, Faciendo Com o Manifesto
de Villa Rica cortando ou abrindo a
Entrada que heir de Trianna e vir para a terra
que fica do dentro desta Medicina adentro
olita bruma do Lugar da Piedra que he de
Sobre d'elles Ca breir os, ficando mais den-
tro da dita Medicina to da alcaza de Ma-
noel Rodrigues Pereira a tres leguas do Cui-
que de d'elles o Marco de S. Pedro sempre
pella entrada ou Caminho chamada do Lar-
inaveca, tem des de a Equina da dita
Boanca que a tras fica, partindo sempre
com o Semite da frequencia de Villa Rica
a tres leguas a este e de S. Pedro de S. Pedro
onde esta o Sobre dita Marco mil e de
centas e setenta e quatro varas ficando
dentro desta Medicina, ficando poro
da des que nao esta com a des depois
gamento das medidas da Terceirima
Cara como que diante de de a ar a
abriram por que no principio da tra-
toacao. Quis an do de de de de de
do Norte partindo do jello de de de de
Jemas e Semite da frequencia de S. Pedro
a tres leguas do Cui chamada a abo

Boiça da abatta aonde se caerao
dois Marcos com toda a fabrica de Arma
braya e Letra. Co. por bo arxo eum dellas contio
na distancia de treze Palmos com eum Letri
ro que se chama "que tem des deo ditto Mar
co que atraz fica a trez e o outro Cinlay
Quinta varas continuando a medicao
rinda com a lava de breita ao Norte por
tem do bello Poente com terras daFFE
gueria de Darquid a trez e dez as Cito
da boiça do Monte ficando de dentro
um aior parte do Campo de Custodio
Por deo de dar quid a trez e dez, ao char
io Arango que se caerao ao Canto da
Pinda no ditto campo com a deo Mar
co que atraz fica a trez e o outro se
cinta varas, e continuando a medicao
rinda com a lava ao Norte por vindo
pello Poente, com terras daFFE
de Darquid a trez e dez ar grem Marcos
Arango com toda a fabrica e Letra
Co. por baixo tem des deo Marco que a
traz fica a trez e o outro durante de tres e te
z varas. Cuido Marco se caerao e Equina
do nome do Sr. D. alfo de Breu e do

De Arredo com frontado deigo
com frontado com abouca de Donna An-
tonia de Dargue, do rto quando Amédico
em alava ao Norte partindo com abouca
de Donna Antonia de Dargue até chegar
ao Mar do Bengo. Tem de dez do Mar que
atrás fica até este cento e quarenta varas
e conti nuando a meoção ainda com a
cara ao Norte até chegar ao Estio de Pe-
dra Grande ao norte da barra com Mar do
Bengo com toda a Fabrica de Armas
de Armas atravessando a entrada em dez do
Mar que atrás fica até este cento e
quarenta varas e conti nuando a meo-
ção com alava ao Norte partindo pe-
lo ponto com umas de frequencia de dar
que até chegar ao outro Mar com toda
a Fabrica de Armas de Armas ao pé de
uma Pedra Grande. Que Mar do Pedro
esta dentro de meia boia de Armas
do Doutor Bento Jose de Armas (Carria)
do o Porto de dar que chega de um dos
deiros, em boia de Mar tem até do Mar
do que atrás fica até este cento e
quarenta varas e conti nuando Amédico

Ameliam ainda Com a Carta
do Norte, partindo pelo Poente com a dita
frequencia de dar que ahi chegar ao C. do Bra
nado abrouxo do Macrao aonde e a Carta
hum Mareo Brezengo cum 600 Paulos que au
tira grande por o nde tem oles deo Marco
que tira a Fica ahi Este C. do elvrentar
quarenta Varas e continuando ainda
Ameliam Com a Carta do Norte doo e
do Poente, partindo Com a frequencia de dar
que ahi chegar ao C. do Rio Cauo em
C. do C. do opi da Estrada que vem do
Poente do Lima e vai para Vianna Este
hum Mareo com a Carta do Poente de dar
mar Piais que tem oles deo Marco que a
tira a Fica ahi Este Poente com a dita
Varas continuando o ainda Ameliam
com a Carta do Norte partindo
pelo Poente com o Semites de dar
que ahi chegar ao C. do Rio Cauo dentro
do mudo chamado o Rio Cauo dentro
do mudo de S. Joao de Lore Pareo e
aonde e a Carta hum Mareo de Armas
Piais por o nde tem oles deo Marco que
ahi tira a Fica ahi Este Poente e de dar

Sebenta e seis Varas. E continuam

do ainda a mediana com a lara do Norte
partim do pello Poente com a frequencia do
limite de Dargua. Fazendo com as Sabinas
atras de ar as margens do Rio Lima den
do e La ra com o Marjo Regengo de to da
a fabrica de Armas Riais tem des Geo.
Marjo que atraz Fica a tra Este quinren
tas e vinte varas. Quando alava do N
cento e p artim do pello Norte com as
margens do Rio Lima atraz ar a
Limite de Villa Franca a onde se adrao
dos Marjos com de Armas Riais e outro
com um signal de Cruz aonde tem joren
a pira e a tra Este e inculcaes tem des
do Marjo que atraz Fica a tra Este den
to de varas. dig o mil e cento e des Va
ras. E Cabo que riana uti dos mior a
dores. ita dita frequencia nos for dita
que mediamos em toda to das ces te
nas do que dita do F. d'algo de Franca
Separada mente Quia quinta ou abate
a Lem des uti ar mais que adraute
sede e Sarani no joren e piro da Nat
seam ficas dentro da mediana ad
ma dita Esta quinta ou Coulo tem a

medicam seguinte - Item que
pejando do March Regengo que esta sen
to da brasa de Mato do mes mo 3; da q
de fronte da brasa de Donna Antonia de
D. Inque virando a cara do parente abe
dejar adentro da brasa de dore Anto
nio de matos tem diferentes e quere se la
varas continuando a medicam com
alava do parente abe e de jar de fronte
do Portais de dore do Arriques do Monte
tem trezentos e vinte varas e virando
a cara do dore abe e de jar do C. do
da brasa que do Portais do dore de
dore tem tem varas parendo e reu
virando a cara desta e reu para o sul
partindo pelo Poente tem o C. do d.
Antonio Goncalves de Araujo abe e
que do C. do tem de setenta e varas e
virando a cara do parente partindo
pelo sul tem o sobre dito C. do d. An
tonio de q. do do do do Antonio Gon
calves de Araujo. Em tre e mterar
no lado de de de. E ja tem no cento
e varas e virando a cara do dore do
do Poente partindo com o sobre
dito, abe e de jar do Caminho que tem

Que tem debraga e Vai para Vianna
tem quarenta varas e quando a lava
ao Parente sem por a pella dita Estrada
atré de gar ao Caminho da Carnicaria tem
noventa e duas varas e quando a lava a
pella da Cruz e continuando pello dito
Caminho da Carnicaria até chegar
à ouca da D.ª tem cento e quarenta e
dois varas e quando a lava ao Norte por
linda com o Campo de São Luiz Ca
teiros e outros até onde se faz tanto tem
vinte e cinco varas e quando a
lava ao Parente por linda com o ditto
po até chegar ao fim do Campo de
São Luiz e outros tem cento e quarenta
e cinco varas e quando a lava ao Norte por
linda com o ditto campo de
São Luiz e outros até chegar
ao Caminho que vai para a Igreja
tem vinte e duas varas e quando a lava
a dita ao Norte pello dito Caminho da
Igreja até chegar a porta de Manoel
Dias tem quarenta e duas varas e continuando
de Almeida com a lava ao Norte
até chegar pello Caminho do Campo
de São Luiz até chegar a Interlar no Campo.

Ficha de Funcionário

Valores em EUR

6 - HIRONDINA DE JESUS DA COSTA FERREIRA

Identificação		Morada							
		Localidade							
		Código Postal							
		Naturalidade				Nacionalidade	Portuguesa		
		Telefone				Concelho	Viana do Castelo		
		Extensão				Telemóvel			
		Email							
Outros Dados									
	Estado Civil	Solteiro			Data Nasc.	28/01/1971		Sexo	Feminino
	N.º BI	080558443			Validade BI			Emissão BI	
	Carta Condução				Validade Carta				
Datas									
	Admissão	22/10/2013						Últ. Processamento	30/09/2022
	Inspeção Médica							Últ. Promoção	
								Últ. Aumento	
Dados Fiscais									
	Serviços Finanças	1 - VIANA DO CASTELO						Contribuinte	202563421
	Tabela IRS				IRS %	0,00		Domicílio Fiscal	Continente
	Dependentes	0			Deficientes	0		Pertence Órgãos Sociais	Não
Processamento									
	Instrumento	001 - Instrumento de Regulamentação do trabalho						Horas Semana	40,00
	Período	P01 - Mensal						Tipo Proc.	Dias Úteis (variável)
	Vencim. p/ Período	709,46						Vencim. Mensal	709,46
	Diutur. p/ Período	0,00					Diutur. Mensal	0,00	Data Próxima Diutur.
	Venc. lq. mensal (estim.)	0,00							
Subsídios									
	Mês.Sub.Férias	Julho			Sub. Aliment.		Dias Processados	Dias Sub. Natal	0
	Dias Sub. Férias	0			Valor Sub Aliment.	4,77		Taxa Turno	0
					Subsídio Espécie	0,00		Horas Turno	
Férias	Ano	Dias Direito	Dias Adicionais	Ano Anterior	Total Dias	Por Gozar	Já Gozados	Por Marcar	
	2016	22	3,00	0	25	25	0	25	
	2017	22	3,00	0	25	25	0	25	
	2018	22	3,00	0	25	25	0	25	
	2019	22	3,00	0	25	21	4	21	
	2020	22	3,00	0	25	25	0	25	
	2021	22	3,00	0	25	25	0	25	
	2022	22	3,00	0	25	25	0	25	
Pagamento									
	Conta da Empresa	CXFIX - Caixa Fixo						Moeda	EUR
	N.º Ident. Bancária							Modo Pagamento	Cheque
Regimes de Proteção									
	Segurança Social	001 - Regime Geral						N.º	11142104477
	Sindicato	01 - SINTAP						N.º	
	Apólice	0000 - A, Sa							
Informação Profissional									
	Departamento	2 - SERVIÇOS GERAIS							
	Estabelecimento	001 - Sede							
	Profissão							Situação	Trabalhador Por
	Tipo de Pessoal	001 - Pessoal do Quadro							Conta de Outrem
Balanco Social									
	Situação Profissão	001 - Efectivo						Tipo Contrato	
Carreira									
	Categ Profissional	4 - CANTONEIRO VIAS DE COMUNICAÇÃO							
	Habilit. Literárias	221 - 2º Ciclo do Ensino Básico (Prepara., Telescola ou antigo 2º ano Liceu)							
	Nível Qualif.							Última Progressão	

Ficha de Funcionário

Valores em EUR

Dados de Contrato	
Contrato de Trabalho	Dur. Período Exp. (Dias) 15
Data de Demissão	Data Aviso Prévio
Motivo de Saída	
Motivo de Admissão	

2.1.2. De existência de edifício adequado à instalação da sede de freguesia

Mazarefes dispõe de sede própria, sediada na rua Maria Júlia Bourbon, edifício de dois pisos e devidamente equipada com divisões para o funcionamento da Assembleia de Freguesia, copa, lavandaria, 2 WC, sala de reuniões da Junta e serviços administrativos.

**2.1.3. Da existência de um equipamento desportivo**

A freguesia possui dois equipamentos desportivos:

– POLIDESPORTIVO com relva sintética, balneários e bancadas, sob a jurisdição da Associação Social, Cultural e Desportiva da Casa do Povo de Mazarefes (ASCDCPM), resultante da fusão da Casa do Povo de Mazarefes, Vila Fria e Darque, fundada em 1944, com Grupo de Ação Cultural e Desportiva de Mazarefes (GACDM), fundado em 1975;

– PISTA DE ATLETISMO com piso sintético, setores de lançamentos, duas caixas de saltos, uma reta de 100 mt. com 6 corredores, um perímetro de 200 mt. com 4 corredores, ginásio, balneários, depósito de equipamentos e instalações administrativas, sede do Centro de Atletismo de Mazarefes (CAM).

2.1.4. Da existência de um equipamento cultural

Aqui destaca-se o salão nobre da Associação Social, Cultural e Desportiva da Casa do Povo de Mazarefes, quanto à capacidade para a realização de espetáculos, mormente teatro, variedades, concertos, saraus e outros desse escopo. É uma sala de espetáculos, com capacidade para cerca de 300 pessoas sentadas, munida de palco, instalações sonoras, bastidores, arrecadação e camarins. Em suma, constitui um espaço digno e privilegiado para a realização de eventos culturais, tal como tem acontecido nestes últimos 50/60 anos, sublinhando as alegrias e a satisfação que tem proporcionado aos utilizadores, atores, músicos e espectadores. Serve ainda de local de reuniões para entidades diversas, bem assim, para a realização de eventos de carácter particular.

2.1.5. Da existência de um parque ou jardim público com equipamento lúdico ou de lazer infantojuvenil

Junto à Capela da Senhora das Boas Novas, em Mazarefes, encontra-se um parque do tipo lúdico, de lazer, infantojuvenil e para adultos, onde se podem encontrar os mais diversos e modernos equipamento de lazer e brincadeira, designadamente, para os petizes, baloiços, escorrega e um mini carrocel. Para os maiores, máquinas de manutenção física, tudo inserido em ambiente ajardinado, com relva e árvores, dotado ainda de mesas e bancos propícios aos jogos de tabuleiro, *pic nics*, ou tão somente a momentos descontraídos em amena cavaqueira. É de sublinhar a ótima localização deste parque de lazer, pela centralidade e pela transversalidade geracional que permite quanto aos acessos e aos equipamentos.

2.1.6. Da existência de um serviço associativo de proteção social dos cidadãos seniores ou apoio a cidadãos portadores de deficiência, com âmbito territorial do município

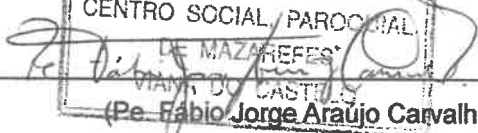


Conforme solicitado pela Assembleia da União de Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, passamos a seguinte declaração onde atestamos o seguinte:

- o Centro Social Paroquial Mazarefes é uma IPSS fundada em 1988, que tem como valência o Serviço de Apoio Domiciliário, a sua missão é servir a comunidade de Mazarefes e as restantes freguesias limítrofes do concelho de Viana do Castelo, nomeadamente, pessoas idosas e famílias em percurso de vulnerabilidade social, através do apoio nas atividades da vida diária, de desenvolvimento pessoal e de apoio psicossocial, no sentido de contribuir para o bem-estar biopsicossocial e a qualidade de vida dos seus utentes e famílias;
- o Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades de vida diária;
- o Serviço de Apoio Domiciliário da instituição possui acordo de cooperação com a Segurança Social para 20 utentes e com capacidade para 30 utentes, funcionando nas instalações do equipamento social do Centro Social de Mazarefes, de 2ª a 6ª feira entre as 8:00 e as 18:00 horas e sábados e domingos entre as 8:00 e 13:00 horas. No âmbito desta resposta social são prestados os seguintes serviços: cuidados de higiene pessoal, distribuição de refeições, higiene habitacional e tratamento de roupa;
- atualmente apoiamos 16 utentes na freguesia de Mazarefes, 3 utentes na freguesia de Vila Fria, 7 utentes na freguesia de Darque e 2 utentes na freguesia de Vila Nova de Anha.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,


CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
DE MAZAREFES
VIANA DO CASTELO
(Pe. Fábio Jorge Araújo Carvalho)

2.1.7. Da existência de uma coletividade que desenvolva atividades recreativas, culturais, desportivas ou sociais

Existem duas coletividades na Freguesia:

– Associação Social, Cultural e Desportiva da Casa do Povo de Mazarefes

Esta Associação pauta-se pela intensa intervenção no seio da comunidade, nomeadamente no que diz respeito à realização de eventos de índole social, cultural e desportivos. Funciona como polo ativo, onde se pratica diariamente desporto, designadamente através da utilização do polidesportivo que dispõe. Para além disso, promove sessões de teatro e espetáculos vários, de onde se destaca a Queima do Judas, o Encontro Anual de Grupos de Janeiras, a Cascata de S. João, Magusto, o passeio anual cicloturístico que já vai na XLVI edição ininterrupta (apenas interrompido na fase de contenção covid 19), passeios/excursões para idosos e a quinzena cultural que agrupa inúmeras atividades culturais, designadamente encontros de escritores /leitores, palestras e sessões de convívio intergeracional.

No âmbito social, cabe destacar a estreita relação que existe entre as demais associações e com a Junta de Freguesia, sublinhando o papel que a Associação desempenhou por largos anos no que diz respeito ao transporte dos alunos da escola primária, nomeadamente através da utilização da sua carrinha e destacamento de condutor devidamente habilitado para o efeito.

Cumpre sublinhar a importância e funcionalidade das instalações, mormente no que concerne à prática desportiva, permitindo torneios de futebol e outras atividades, à população e a forasteiros. Possui um salão multiusos e espetáculos digno e equipamentos de bar e cozinha totalmente equipados e altamente funcionais.



A título de resenha histórica, é logo após o 25 de Abril de 1974, que surge em Mazarefes o movimento associativo inspirado nos ideais da liberdade e do acesso à cultura

e desporto para todos. Em 1975 é registado o GACDM (Grupo Ação Cultural e Desportiva de Mazarefes), com sede no espaço da Casa do Povo. Este edifício havia sido inaugurado em 1968 e foi de suma relevância pelos serviços que aí foram prestados, designadamente médico, enfermagem, biblioteca, cinemateca, etc.

Em 1995, dá-se a extinção das Casas do Povo. É nessa data que, mercê da fusão de várias Associações, é criada a Associação Social, Cultural de Desportiva da Casa do Povo de Mazarefes, que reuniu em si as múltiplas sinergias dos seus antecessores, tendo atingindo estatuto de IPSS, mercê do seu contributo social.

Cumpra ressaltar o papel preponderante que esta Associação tem vindo a representar junto da comunidade e comunidades vizinhas, quer pela disponibilização das suas estruturas desportivas e de convívio, quer pelas ações que tem levado a cabo de modo a promover a cultura, as artes e o desporto.

– Centro de Atletismo de Mazarefes



CENTRO DE ATLETISMO DE MAZAREFES

Contribuinte .N.º 502 070 483

MAZAREFES — 4900 VIANA DO CASTELO

Centro de Atletismo de Mazarefes

O Centro de Atletismo de Mazarefes, é uma Associação da Freguesia de Mazarefes, do Concelho e Distrito de Viana do Castelo, foi fundado em 1987, tem cerca de uma centena de Atletas, divididos por todos os escalões etários.

O CAM, tem mantido a sua atividade regular desde a sua fundação, tendo vindo a crescer ao longo dos anos gradualmente, tanto em quantidade como em qualidade.

-Desenvolve um projeto de atividade desportiva, nomeadamente ATLETISMO.

-Tem equipas, masculinas e Femininas, com participação nos Campeonatos Nacionais da modalidade em todos os escalões.

-Tem competição em campeonatos Nacionais de Clubes, equipa Masculina e Feminina, top 20.

-Aposta na formação de Jovens.

-Tem uma escola de Atletismo, para praticantes a partir dos 6 anos.

-Em termos de resultados, o CAM tem nas suas fileiras, Atletas, Campeões Distritais, Nacionais, Europeus e Mundiais.

Em destaque: Campeão Regional de pista coberta e ao ar livre, 56 medalhados a nível Nacional, decacampeões regionais absolutos vice-Campeão do Norte, Campeão Nacional da 3ª divisão, 6 Atletas Internacionais, sendo um Campeão Europeu.

Instalações desportivas: pista de atletismo em sintético e balneários.

Projetos e anseios: Alargamento do espaço desportivo, criação de um centro de treinos para disciplinas técnicas, manter os resultados e apostar na formação.

3. Eficácia e eficiência da gestão pública

3.1 Da viabilidade económico-financeira das freguesias

Da viabilidade económico-financeira das freguesias apresenta-se, através da Execução Orçamental, a análise das receitas e das despesas para o exercício em apreciação, permite-nos acompanhar, de forma sintética, todo o processo de criação de receitas e de realização das despesas.

Em termos de execução orçamental foi atingida a arrecadação de receitas no valor de **527.704,72€** (quinhentos e vinte e sete mil e setecentos e quatro euros e setenta e dois cêntimos), transitou do ano anterior **11.714,83 €** (onze mil e setecentos e catorze euros e oitenta e três cêntimos) de Saldo Orçamental, e de despesa a soma de **534.526,83 €** (quinhentos e trinta e quatro mil e quinhentos e vinte e seis euros e oitenta e três um cêntimos), transitando para a gerência seguinte o saldo de **4.892,72 €** (quatro mil e oitocentos e noventa e dois euros e setenta e dois cêntimos), de saldo orçamental.

Síntese dos resultados orçamentais 2021:

Saldo Orçamental (Transita de 2020)	11.714,83 €
Sal Operações de Tesouraria (Transita de 2020)	0,00 €
SALDO DA GERENCIA ANTERIOR (Transita de 2020)	11.714,83 €
Receita Orçamental cobrada na gerência	527.704,72 €
Receita operações Tesouraria cobrada na gerência	0,00 €
SOMA RECEITAS	527.704,72 €
Despesa Orçamental paga na gerência	534.526,83 €
Despesas operações Tesouraria paga na gerência	0,00 €
SOMA DESPESAS	534.526,83 €
SALDO ORÇAMENTAL PARA A GERENCIA SEGUINTE (2022)	4.892,72 €
SALDO OPERAÇÕES DE TESOURARIA GERENCIA SEGUINTE (2022)	0,00 €

3.2 Demonstração em relatório financeiro resultante da aplicação prospetiva da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Como demonstração da viabilidade económico-financeira da freguesia, apresenta-se alguns dados resultantes do cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro

Para efeitos de relato orçamental, qualquer entidade, seja do regime geral seja do regime Simplificado, deve utilizar os modelos de demonstrações orçamentais constantes da parte final NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental Estes modelos compreendem: (i) Demonstrações previsionais: – Orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual; – Plano Plurianual de Investimentos. (ii) Demonstrações de relato: Demonstração de desempenho orçamental; – Demonstração de execução orçamental de receita; – Demonstração de execução orçamental de despesa; – Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimentos; – Anexos às Demonstrações Financeiras.

De acordo com a Portaria 218/2016 de 9 de agosto, são consideradas micro entidades aquelas que, integrando o âmbito do SNC-AP, apresentem nas duas últimas prestações de contas um montante global de despesa orçamental paga inferior ou igual a 1.000.000 €, logo esta autarquia enquadra-se neste tipo de entidades.

Em resultado da comprovada viabilidade, apresenta-se a síntese das atividades desenvolvidas durante o ano de 2021:

Educação / Ação Social

- ✓ Asseguramos o transporte escolar das nossas crianças para as Escolas do Monte em Mazarefes e Escola de Vila Fria;
- ✓ Apoiamos a dinamização cultural através das Associações existentes na freguesia;
- ✓ Promovemos as festas tradicionais e culturais da freguesia;
- ✓ Continuamos atentos aos mais graves problemas sociais existentes na freguesia procurando minimizá-los, ajudando os mais carenciados a ultrapassar as suas dificuldades;
- ✓ Colaboramos com entidades do estado para reinserção social de jovens através da prestação de serviço comunitário.

Desporto, Cultura e Tempos Livres

É objetivo deste executivo, promover o desporto, a cultura, as tradições locais e potenciar os tempos livres do seu público em geral, assim:

- ✓ Continuamos com o apoio às Associações existentes na freguesia, em atividades e projetos de interesse para a Freguesia, assim como, a cedência de viaturas às Associações;
- ✓ Colaboramos e apoiamos as associações, através de apoio logístico e dos serviços operacionais da Junta de Freguesia, na melhoria das suas instalações e equipamentos.

Obras, instalações e conservação dos espaços públicos

Melhorámos substancialmente os espaços públicos da freguesia quer no que se refere à sua qualidade, mas também numa ótica de crescimento.

- ✓ Proceder a pequenas reparações em pavimentos pedonais nos arruamentos da freguesia;
- ✓ Manutenção e melhoria das condições dos Cemitérios;
- ✓ Beneficiação de alguns caminhos e estradas;

Meio Ambiente

- ✓ Sensibilizar particulares para a necessidade de evitarem descargas ou derrames de águas residuais para espaços públicos.

Organização administrativa e Recursos Humanos

- ✓ Prestamos, dentro das nossas competências, apoio aos utentes no preenchimento de impressos e outra documentação, informaticamente ou de forma manuscrita;
- ✓ Apoiamos as famílias no preenchimento eletrónico da declaração de rendimentos do IRS.
- ✓ Procedemos à atualização do portal eletrónico da Junta de Freguesia, de modo a fornecer informações úteis aos cidadãos.
- ✓ Continuamos com o bom atendimento na sede da Junta.

Ações Indiretas

- ✓ Informámos as instituições responsáveis sempre que se verificou a necessidade de manutenção e de substituição de placas de sinalização de trânsito ou toponímicas.
- ✓ Colaborámos com a Proteção Civil.
- ✓ Informámos e colaborámos com as instituições responsáveis sempre que se verificou a necessidade de manutenção e reparação de calçadas e pavimentos;

✓ Continuamos a dar o nosso parecer no que respeita à necessidade de intervenção em casos de carência de habitação;

Comunicamos às entidades competentes as necessidades de melhoramento da rede pública de iluminação.

3.3 Percentagem no Fundo de Financiamento de Freguesias – Mazarefes

3.3.1 População e território

A população é de 1343 habitantes.

3.3.2 Número de eleitores em Mazarefes

O número de eleitores é de 1233.

3.3.3 Área da freguesia de Mazarefes

Segundo a Câmara Municipal de Viana do Castelo, através de uma *Agenda* publicada em 1993, aponta uma área de 4,26 Km² para Mazarefes.

3.4. História e identidade cultural

3.4.1. S. Simão da Junqueira de Mazarefes: as raízes de uma comunidade.

Sabe-se que Mazarefes data de tempos remotíssimos, não se podendo, contudo, precisar a data. Já existia muito antes da fundação da nacionalidade, mas não no local que hoje ocupa, nem mesmo com o actual nome. Em tempos chamava-se S. Simão da Junqueira de Mazarefes e ficava situada à margem do curso do Rio Lima, no espaço que hoje forma a Veiga de S. Simão. A escolha de S. Simão para padroeiro tem a sua lógica, ao darmos fé de uma povoação ribeirinha. Já nesse tempo havia muito junco no local, principalmente nas partes baixas e húmidas, daí o nome Junqueira: *Item freguezia de Sam Simon de Junqueira Mazarefes he provado que he couto de antaltares, per marcos e per divisoes*². Contudo, é deveras incontestável o nome de S. Simão da Junqueira de Mazarefes

² Livro I das *Honras e Devassas de alem Douro*, fl.93.

no século XI, como verificamos em documentos do tempo do bispo D. Pedro³ e num estudo de Pedro Cunha Serra, que refere *Villar de Manzarife* (Leão – Chozas de Abajo – *Villar de Manrife* – em 964 *Villare de Almazarefe*, em 1023 *Villare de Mazarefe*, em 1122 *Villare Mazarefo*, em 1135 *villar Mazaref*, em 1163 *Villa Muzaref* e em 1291 *Villar Mazarief* ou *villar Mazrieffe*, sendo que na documentação leonesa antiga consta ainda, em 1136, um local designado por *Mazarefos*.

Segundo Pedro Cunha Serra, *é evidente que os topónimos incluídos neste estudo têm uma origem comum. Hesitamos um pouco em indicar a raiz da qual haverá procedido o participío que, usado primeiro como nome pessoal, se fixou depois como nome local. Sem impor opinião, cremos ser mais aceitável a primeira das duas hipóteses que apresentamos*⁴. E prossegue no sentido em que teríamos, por um lado, *muzajraf* (raiz *zajrafa*) com o sentido do latim *ornatos*, seja ou não esta explicação exacta: *o facto é que um curioso paralelo se nos apresenta: tal como o participío árabe muzajraf “ornatus” foi empregue como nome e se fixou depois como nome pessoal, vindo a fixar-se igualmente como nome local, a saber, Villaornate*⁵, colocando de parte a segunda hipótese como menos aceitável, visto que todas as formas antigas apresentam *Z*, assentaria numa base também participial de uma forma 10.^a da raiz *tarafa*; tal participío, *mustatraf*, com a significação de «*não-nascido em casa de seus pais*», seria, segundo ele, do ponto de vista semântico, aproximável de certos espécimes da onomástica pessoa latina que claramente aludem a circunstâncias do nascimento⁶. Porém, como adiante veremos, duma certeza ficamos na sua origem árabe e/ou moçárabe, quer pela filologia quer mesmo pelos vestígios arqueológicos.

³ S. SIMÃO – Topónimo local. 1150 «de Sancto Simeon de Junqueira» CB 23; 1220 «de Sancto Simeone de Junqueira» IS 28; 1258 «Couto Sancti Simeonis de Mazarefes» IS 315; 1290 «freguesia de Sam Simhom de Junqueyra». 959 «prius in ecclesia positos sanctos apóstolos Simon» DC 76. A documentação em epígrafe pertence à actual freguesia de Mazarefes, onde ainda se tem o mero hagiopónimo São Simão e uma recordação material da primitiva igreja da paróquia, que se dedicou a S. Simão (mudada, depois, para o lugar actual, com o título de S. Nicolau – ou uma igreja deste santo tomada como paroquial, depois de abandonada a de S. Simão no sítio de Junqueira, mais à beira do Lima). De acordo com essa primitiva localização, vigora ainda o topónimo complexo Veiga de S. Simão.

⁴ SERRA, Pedro Cunha – *Contribuição Topo-Antroponímica para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*, p. 54. Mazarefes (Viana do Castelo) – em 985 Mazarefes (Arqueólogo Port. v. XXVII, p. 150), em 1063 Mazarefes (*Ib.* p. 154), em 1258 Mazarefes (*Inq.* p. 315) e em 1527 Mazarefes (AHP, v. III, p. 269).

⁵ *Idem, ibidem*, p. 55.

⁶ Prescindindo de uma demonstração pormenorizada, Pedro Serra apenas intentando demonstrar como a mesma base, em domínio castelhano, teve diferente tratamento – *mazariefo* (ditongação do *e* tónico) > *mazarie o* (perda de *f* intravocálico) > *mazariego* (aparecimento de *g* anti-hiático) – acabou por apresentar alguns dados para a história do topónimo *Mazariegos* (Burgos – Mecerreyes – Mazariegos: em 923 *Mazarefos* (Serrano, Cartulario de Arlanza, p. 18), em 978 *Maçarrefos* (Muñoz, Fueros, p.48: há que corrigir a leitura de *s* comprido, em vez de *f*), em 1038 *Mazarefos* (Serrano, Cartularia de Arlanza, p. 67) e em 1228 *Maçarriegos* (Pidal, Doc. Ling. de España, p. 233), etc. – *In*, SERRA, Pedro Cunha – *Contribuição Topo-Antroponímica para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*, p. 54-55.

O primeiro documento que nos diz haver mudança de orago é de 1551: *S. Simão da Junqueira que às vezes também se chama S. Nicolau de Mazarefes*, sem que isso significasse tratar-se de duas freguesias distintas, mas, circunstancialmente, de uma freguesia que tinha a sua primitiva igreja paroquial, vindo a possuir outra, face ao assoreamento do rio.

A propósito de caminhos pré-romanos no litoral, segundo Carlos A. Brochado de Almeida, se olharmos com atenção para os sinais da presença humana na nossa região, nomeadamente a partir da sedentarização de populações que anteriormente viviam de um nomadismo, facilmente concluiremos que a densidade de vestígios, *mormente a partir do chamado megalitismo (IV/III milénio a.C.), porque a norte do Lima há registos bastante seguros da presença humana*⁷, atestam a verosimilidade de que ao longo da orla litoral, entre os rios Douro e Minho, há um grande número de topónimos conotados com o megalitismo. Para além de reforçar a ideia que, tomando em linha de conta alguns dos menhires já identificados ao longo da orla litoral, a estátua-menhir de São Bartolomeu do Mar e relativamente próximo os dois de São Paio de Antas, com um terceiro em Forjães, na divisão com São Romão de Neiva, não deixa de referir que *se derivarmos um pouco para o interior vamos encontrar outros menhires no planalto dos Feitos, em Vila Cova e em Palme, todos eles situados na periferia de um dos mais antigos itinerários desta região, aquele que atravessa o rio Cávado na Barca do Lago e pela futura ponte de Fragoso (Barcelos) atingia o rio Lima no sítio da Passagem (Moreira de Lima) após passar pelas antas da Infia (Fragoso), pelo sítio da Mámua em Mazarefes e pelos menhires de Deocriste e de Santa Maria de Geraz do Lima*⁸.

José Joaquim Saleiro Beirão também se refere a Fragoso e ao Caminho de Viana, a propósito de Santa Isabel peregrina de Santiago: após atravessada a ponte sobre o Rio Neiva, a cerca de 50 m para a direita, tomava a direcção da Infia, passava ao lado da Pedra da Mulher, continuava por Vila de Punhe até às Neves e dali por Mazarefes até Darque donde passavam para Viana do Castelo⁹.

Sem termos nada a temer, quer seja pelo realçar da narrativa ou mesmo pela obrigação que nos é inerente, e apesar do espaço geográfico denominado Veiga de S. Simão perder-se na aragem da memória colectiva, memorizado apenas pela persistente razão de não virarmos as costas às nossas raízes, quando temos vindo a afirmar há mais de cinquenta anos, altura em regressamos, em 1970, com 14 anos de Terras de M'Banza Congo (Angola), que o povo de Mazarefes nunca esqueceu as suas origens: *Urge recordar*,

⁷ ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – “A rede viária pré-jacobeia no Minho litoral”, p. 10.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 11.

⁹ BEIRÃO, José Joaquim Saleiro – *Fragoso nos Caminhos de Compostela*, p. 82-83.

entretanto, antes de mais, que a freguesia não topou os primitivos caboucos no local onde se edifica, mas sim na veiga de S. Simão, assinalada hoje pela capela ao santo do mesmo erigida. Por S. Simão da Junqueira de Mazarefes se conhecia então, fundamentado o motivo nas compactas extensões de juncos, que se descortinavam, orlando a margem do Lima, sedução, nesse tempo, cabe dizê-lo, dos olhos bárbaros de muitas e enamoradas gentes¹⁰.

De facto, o espírito de comunidade destas gentes de Mazarefes teve origem nas margens do rio Lima, quando dessas terras brotavam o milho, o trigo e o centeio em abundância, e o peixe subia o ribeiro de S. Simão para contento das suas gentes e da natureza, que os havia colocado naquele maravilhoso local. Daí, a hipotética teoria de sintaxe, segundo o Abade Matos, Mazarefes ter origem no vocábulo árabe *Zarafa*, que significa: lindo, gracioso, belo¹¹. Mesmo o professor Batalha Gouveia, quando a Mazarefes se refere apresenta-a como uma graciosa freguesia do concelho de Viana do Castelo, estando situada na margem esquerda do Lima, cujo topónimo aparenta ser a prosódia moçárabe dos termos alatinados *masa e ripa*.

Na sua bem estruturada argumentação leva-nos até ao nosso remoto ancestral, quando imbuído de um forte espírito religioso, transportou para a Terra o *habitat* dos deuses, escolhendo para tal fim o cimo dos altos montes como é o caso do *Olimpo* grego. Nessas áreas mais ou menos plana desses elevados cumes construiu, segundo ele, aquilo que passaria a designar por *Templo* (latim *Templum*), um metaplasmo do ligúrico – latino *tabulu* significativo de *mesa (tab)* do *monte (ulu)*: *O templo latino dispunha de uma abóbora interior que prefigurava o céu. Essa abóbora tinha o nome de etrusco de mundthu de que se originou o latim mundus, matriz do português mundo. Além de mundus, o termo etrusco de mundthu fonetizou-se ainda de Manthu de que derivam os vocábulos ibéricos manto e manta. Em latim, a dicção manthu designava também um adorno feminino como que a imitar o manto cósmico que com os astros adornam o céu. Manthu passou assim a estar conotado com a casa divina, advindo dela o latim mansioonis, representando no picardo mason normado maison, no provençal mazo, no espanhol mêson e no português mansão, ao qual veio juntar-se uma importação árabe do latim Rip, na margem do rio¹², não lhe retira quaisquer dos adjectivos, já que tudo quanto precede extrai-se a natural conclusão de que o mesmo topónimo significava, pela já citada formação lexical, *Mansão da beira rio*. A salientar que, pela sua complexidade, no que*

¹⁰ GONZAGA, Norberto – “Os três santos de Mazarefes”, p. 54.

¹¹ Opinião defendida pelo P.e António Francisco de Matos (Abade Matos), numa monografia (manuscrita) de Mazarefes, existente, ao tempo em que a consultamos, no Cartório Paroquial de Mazarefes.

¹² GOUVEIA, Batalha – In, Jornal “Incrível”, n.º 281.

toca à origem das línguas, o vocábulo da língua quicongo¹³ *maza*, significar na sua tradução para português, *água*.

Os Castros de Roques – talvez o maior e mais importante da Península Ibérica – e Sabariz, sobranceiros a estas terras de Mazarefes, justificam um recuo até à proto-história, onde as actividades de subsistência, se pautavam pela estratégia de utilização dos recursos ambientais em que se completa a agricultura com a actividade recolectora. Os montes da Ola e do Galeão, pelos seus enquadramentos, também eles sobranceiros às terras de S. Simão, obrigam-nos a questionar as nossas origens muito para além da própria história, quando é dado saber que na proto-história, além da actividade agro-silvo-pastoril, também a exploração dos recursos marinhos pelas comunidades do litoral e desses castros com vestígios de recolha de marisco e actividade piscatória.

Que importância tinham as terras de S. Simão da Junqueira de Mazarefes para os povoados castrejos à sua volta? Talvez mais do que aquilo que possamos pensar. O Atlântico; o Rio Lima; a penetração da ribeira de S. Simão; o sal, cujas salinas se localizam mesmo nos limites com Darque; o junco para fertilização das terras e a fauna, atribuíam-lhes a verdadeira simetria do litoral, com terras férteis, rios navegáveis e clima temperado. O topónimo *Conchada*¹⁴, dos mais antigos da freguesia, erradamente atribuído ao antigo lugar do Monte, atesta essa mesma importância. Foi neste Lugar da Conchada que se elevou, entre o finar do século X e os primórdios do seguinte, a capelinha de S. Bento, algum tempo antes da fundação do mosteiro, por iniciativa dos monges beneditinos de S. Paio de Ante Altares: *De Sancto Simeone de Junqueira. Gunsalvus Moogo abbas, Fagundo Goterriz, Petrus Filius, Gunsalvio, Petrus Menendiz, Pedrus Petri, Martiinus Petri, Don Simon, Vicente Gomez, Petrus Gunsalvi, Gunsalvus Niger, jurati dixerunt quod ista ecclesia habet senarias et mediam casalis. Et ista ecclesia est de Sancto Pelagio de Antaltares de Gallicia cum tota collatione, e sunt ibi xxij. casalia, j. quintana*¹⁵.

O Pe. Artur Rodrigues Coutinho, por exemplo, partilha também de uma opinião deveras curiosa, quando nos dá nota, num dos seus inúmeros apontamentos, que *Mazarico* – Também o nome de uma ave... topónimos na Galiza *Mazericos*. Mazarefes foi uma localidade de um grupo de povos Límicos com sede, talvez, no Xingo de Límia, no local, onde as estradas pré-romanas se encontravam e aí se convergiam para um Fórum Limicorum. Nesse local nasce o rio Lima que desagua no mar de Viana e o topónimo Mazarefes está bem conectado com a água, casa, *Conchada*, concha pela sua morfologia.

¹³ Língua oficial, e não dialecto como muitos pretendem atribuir, do Antigo Reino do Congo.

¹⁴ Do latim “Conchatus” – *Conchado, Conchada* – em forma de concha. Provavelmente, este topónimo já existia ao tempo de S. Simão da Junqueira de Mazarefes.

¹⁵ *Portvgaliae Monvmenta Historica: Inquisitiones*, Volume I, p. 229.

Outro aspecto de que se lembra, principalmente na sua juventude, é de pássaros coloridos que apareciam na Veiga de S. Simão, em Mazarefes, junto do lodo andando por perto do limão ou da lama. Quem sabe se alguns deles seriam da família das aves limícolas, do latim *Limus*.

Por outro lado, a escolha de S. Simão, apóstolo martirizado como o profeta Isaías: serrado ao meio (por isso, a serra como atributo), para padroeiro, é comum nas povoações junto às margens dos rios e em terras férteis. Num estudo por nós efectuado há cerca de trinta anos, chegamos à conclusão de um facto curioso, quando depreendemos desse mesmo estudo, que a freguesia de S. Simão, situada no concelho de Niza, distrito de Portalegre e Castelo Branco, em terreno fértil, a NE da margem esquerda da ribeira de Niza, também designada por S. Simão da Serra e Pé da Serra; a freguesia de S. Simão de Litém, concelho de Pombal, distrito de Leiria, situada perto da margem esquerda do rio Arouca; e, aqui bem próxima, a de S. Simão da Junqueira¹⁶, que pertenceu ao concelho de Barcelos e foi integrada no concelho de Vila do Conde, distrito do Porto, pela divisão administrativa de 1836, banhada a norte pelo Rio Este e a sul pelo Rio Ave, sendo que o Rio Este desagua no Rio Ave na divisa de Junqueira com a Freguesia de Touguinhó, estabelecem uma perfeita simbiose com a de Mazarefes, também situada na margem esquerda de um rio, o Lima, o “Lethes”, o rio do esquecimento, fazendo jus à lenda de Décimo Júnio Bruto, que aqui um dia chegou com as legiões romanas, ostentando as altivas águias a tremularem nos pendões, depois de atravessar o Rio Douro: “...*atravessou o Douro, o Lima e o Minho. O rio Lima era considerado pelos Romanos como rio do Esquecimento: quem o cruzasse esqueceria a pátria e os amigos. Lívio informa que, «negando-se os seus soldados a atravessar o rio do Olvido, Bruto arrebatou o estandarte ao que levava e atravessou-o ele mesmo, persuadindo-os a passá-lo»*¹⁷”. O desígnio do esquecimento estava na beleza das suas margens.

Mazarefes (*Maza Rip*), parte integrante do bucolismo ribeirinho do Lima, faz-nos acreditar num passado bastante longínquo, quando à sua volta, os vestígios permitem-nos divisar a importância pela fertilidade das suas terras, a fauna e a flora.

¹⁶ A Junqueira é uma paróquia muito antiga que já consta no “Censual do séc. XI”, com a designação de “Sancto Simeon” da Terra de Vermoim de Jusão, e ao que se diz, fundada em terras de D. Paio Guterres, fundador do Castelo de Leiria, que o rei D. Afonso Henriques coutou e doou ao Arcediago para manutenção do Mosteiro dedicado aos Apóstolos Simão e Judas Tadeu. [1136, Março, 25 – Carta de couto outorgada a Paio Guterres, na qual se compreendem as propriedades que ele e o mosteiro de S. Simão da Junqueira possuíam no «território» de Braga entre os rios Este e Ave, e outras que lhe são agora doadas juntamente com certos direitos reais] – In, TT. – Tombo de S. Simão da Junqueira, liv. II, fl. 31 [A.], S. Simão da Junqueira, cop. Sec. XVIII.

¹⁷ ALARCÃO, Jorge – *O Domínio Romano em Portugal*, p. 22.

A testemunhar esta povoação ribeirinha de S. Simão da Junqueira de Mazarefes confirma-se através do aparecimento de tijolos; pedras; fragmentos de cerâmica; ossadas humanas; uma piroga descoberta, em 1996, por Manuel Dias Viana Barreto, enterrada na areia numa ínsua do rio Lima, desta freguesia, piroga essa de cerca de 5 metros de comprimento, cavada num tronco de árvore, e que segundo os peritos em arqueologia naval remonta ao século IX-X; e ainda pela capela de S. Simão aí existente. Esta, não é a primitiva, tendo a actual sido reconstruída sobre os escombros da antiga Igreja Paroquial, com o resto da pedra que não foi necessária para a construção/ampliação da Capela de Nossa Senhora das Boas Novas, em 1805, com muita da pedra aproveitada de S. Simão, trazida para ali em carros de bois. A actual Capela de S. Simão, de traça simples, alpendrada, com adro amuralhado e escadaria central, pois a mesma encontra-se mais elevada que o terreno circundante, foi reconstruída por volta de 1860, fruto da vontade e do impulso do Pe. José de Araújo Coutinho, que morreu em Braga na rua de S. Vitor.

Alguns dos vestígios da antiga igreja paroquial de São Simão da Junqueira de Mazarefes, que a seu tempo alertamos para o facto, ainda hoje se podem ver nos muros da actual capela invocativa do primeiro patrono da freguesia, nomeadamente através de algumas pedras com decoração geométrica, tipo silhares pré-românicos com decoração em losango, que atestam a proximidade da arquitectura moçárabe. Estas pedras e outras tantas subterradas que serviram de suporte ao adro da capela, são da antiga igreja paroquial.

Mazarefes que um dia se chamou de S. Simão da Junqueira, passou a designar-se de S. Nicolau¹⁸, quando, face às transformações ecológicas, onde pesou o assoreamento do rio e a conseqüente invasão das águas salgadas, a comunidade ribeirinha mazarefense se viu forçada a deslocar para a parte alta, a sul, de onde haviam descido seus ancestrais: *Aluviões pertinazes determinaram que a aldeia se deslocasse da varja, vindo assentar no lugar onde se acha e do qual se desfruta um dos mais aliciantes espectáculos de todo o Minho, distendidas como estão a seus olhos – painel maravilhoso dum mago pintor – esses rincões de Cardielos, Santa Marta, Serreleis, Meadela, Vila-Mou, Lanheses, e não sei o que mais, com a serra ao fundo fixando contrastes negros à tepidez, à alacridade, à macieza, dos verdes tenros, do azul desmaiado, do branco de jaspe, do lilás ténue, do laranja vibrante, do cinábrio denso, domínio de uma luz doirada, igual, farta e transparente*¹⁹.

¹⁸ Mazarefes chamou-se S. Simão da Junqueira até ao século XVI, mudando depois para S. Nicolau de Mazarefes, por ter sido construída nova igreja, bastante a sul da antiga, em virtude de esta ter passado a estar cercada pelas águas do rio Lima, durante boa parte do ano. (In, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, Volume I, p. 454.)

¹⁹ GONZAGA, Norberto – “Os três santos de Mazarefes”, p. 54.

3.4.2. Mazarefes: do século X ao século XX

Acedendo a dois documentos inéditos anteriores à nacionalidade, com anotações aturadas, nos quais se prova a passagem de testemunho destas terras de D. Telo, vassalo do rei de Leão, para os monges beneditinos de *S. Paio de Ante Altares*, aqueles que se tornaram guardiões do túmulo de Santiago de Compostela, inquietação documentada e falta de intervenção arqueológica, quando aqui passava uma das mais importantes estradas reais (N.º4)²⁰ e o topónimo “breias”²¹ lhe dão o cunho da antiguidade, iremos falar de quanto influente foi a freguesia de Mazarefes para o desenvolvimento do Mosteiro de São Romão de Neiva, uma das grandes referências nos propalados *Caminhos de Santiago*.

Com a presença dos monges beneditinos, este centro foi-se tornando cada vez mais povoado, mas, no reinado de D. Fernando, entraram em litígio, com o pretexto de que o D. Abade Geral da Congregação Beneditina de Santiago de Compostela andava nas hostes de Henrique II, rei de Castela, lutando contra Portugal. E assim os monges retiraram-se para a Galiza; depois de terem obtido para isso licença pontifícia, fizeram emprazamento dos bens que aqui possuíam aos parentes mais próximos dos fidalgos D. Telo e, sua esposa, D. Muma que lhas haviam doado. A testemunhar, ainda, a passagem destes monges por estas

²⁰ Hoje com o topónimo de “Rua da Estrada Velha”. Justificação: Antiga Estrada Real (Ver também Rua das Breias). Escreveu José Rosa Araújo no seu livro “Caminhos Velhos e Pontes de Viana e Ponte de Lima”: *Se quiséssemos seguir para o Porto, logo defrontaríamos a fachada da fábrica de louça, ao pé do rio, aonde vinham as barcaças com barro de Lisboa – barracão ainda hoje visível, de onde saíram essas peças de encanto para os olhos, enlevo dos colecionadores, fundada em 1774 e que veio a fechar as portas em 1885. Seguiu a estrada por chão de areia até ao cruzeiro do cemitério de Darque e dali cortava para S. E. cortando a actual estrada pública. Ia passar em frente ao portal da Quinta da Estrela e obliquava para o rio, devendo sobre o seu leito estar construída a estação dos Caminhos de Ferro de Darque. Dali para a frente, no meio de bouças, ainda se distingue o largo caminho, vedado num e noutra pontos. / É fácil, segui-lo até uma fábrica de moagens já na freguesia de Mazarefes e dali em diante, até à Ponte Seca, na freguesia de Vila Fria deparava-se-nos uma bifurcação: o caminho que virava para o sul ia para o Porto e o outro, que rompia através de pinheirais, ia para Braga. [...]. Limite: Início – Avenida da Igreja / Fim – Rua da Malafaia (Darque) e Rua das Breias.*

²¹ Topónimo local. Nitidamente a toponímia do nome comum arcaico «verea» <lat. *Vereda* que designava uma via de qualquer tipo (isto é, não tinha o restrito sentido do nosso vocábulo actual «vereda», de origem erudita): 906 «usque in estrada de vereda» DC 13, e 911 «via quam dicunt de vereda» LF 19 são exemplos em que «vereda», se não é já topónimo, começa a funcionar como tal (visto que com aquele nome ocorre a menção da via ou da estrada que originou essa mesma designação Vereda). *Esta toponímia define nitidamente duas ou três vias. Uma atravessava a planície do sul do Lima (vindo de Braga ou de Portucale), pelos pontos Breia de Capareiros, Mujães, Vila Fria e Mazarefes, atravessava o «porto» de Darque-Viana e continuava, agora ao longo do litoral, entre o mar e a costa hercínica paralela, pelos pontos Sobreia («sô Vereia, com «sô» <lat. Sub), na Areosa, e Breia em Carreço e Afife, em direcção à foz do Minho [...] – A Almeida Fernandes. Cadernos Vianenses, Tomo IV, pp. 267-268. Hoje nome de rua. Esta rua cruza com a antiga Estrada Real – subentendesse Lugar das Breias, precisamente pela <lat. Vereda(s) que designava via(s) de qualquer tipo (Breias), como nos afirma Almeida Fernandes. Limite: Início – Avenida S. Nicolau / Fim – Rua da Estrada Velha e Rua da Malafaia (Darque).*

terras, citamos ainda o topónimo de S. Bento toda a região do lado Norte da igreja paroquial até à E.N. nº 203²².

Norberto Gonzaga, em artigo publicado no “Arquivo do Alto Minho”, Vol. I, com o título “Os três Santos de Mazarefes” faz referência a tal facto, quando escreve: «*Dos lugares que constituem é o do Monte um dos mais recentes e o mais antigo o da Conchada. Aqui se elevou, entre o finar do século X e os primórdios do seguinte, a capelinha a S. Bento, algum tempo antes, portanto, da fundação do mosteiro...*»²³ –, antecedendo com uma interessante revelação: «*Já em 985 o nome de Mazarefes nos aparece escrito, sendo provavelmente a mais remota das freguesias, a-par-da da Senhora das Areias.*»²⁴ É evidente que o lugar da Conchada a que se refere é o que hoje é denominado de Ferrais, enquanto o do Monte tomou (erradamente) o topónimo de Conchada.

Por outro lado, o Pe. Artur Rodrigues Coutinho, num dos seus inúmeros e interessantes apontamentos, escreve: «*...a tradição diz ter havido uma capela de S. Bento naquela região, mas tal não é localizada. Mas também a mesma tradição dizia ter havido um fontenário de S. Bento, junto à igreja paroquial e, o que é certo, é que há anos quando se abria um poço a cerca de trinta metros daquela, numa propriedade que confina com o adro do lado nascente, apareceram ainda os vestígios da dita fonte e mais abaixo um cano em pedra para condução da água.*

Ainda existe um facto muito interessante na acção dos monges, foi terem pedido a D. Fernando Magno a constituição destas terras em Couto, tendo este aproveitado a vinda à Vila dos Arcos para conceder a carta de Couto, o que aconteceu em 1063 com as seguintes terras limitrofes: Sabariz, Vila Fria, Anha, Rio Covo, Rio Lima, Darque e Gondufe...».

Volvidos que foram largos e vários anos a questionar o assunto e os beneditinos a não auferirem proventos dessas terras, herdaram-nas Martim Mendes de Berredo, alferes-mor do rei D. Afonso V, filho de Gonçalo Pereira, de Riba Vizela, por alcunha “o das armas”, casado com sua parente D. Maria Pereira, filha de Rui Pereira, senhor das terras de Santa Maria da Feira. Porque parecesse signa da casa, Martim Mendes de Berredo morreu na Corte de França, onde foi embaixador. Como não tinha geração, a sua mulher vendeu os coutos, as herdades e os padroados com o direito de apresentação das ditas Igrejas, a fim de mandar construir o Convento de Jesus, em Aveiro. Para isso pediu licença aos monges

²² Foi-lhe atribuído o topónimo de Av. de S. Nicolau.

²³ GONZAGA, Norberto – *Os Três Santos de Mazarefes*. Viana do Castelo: Arquivo do Alto Minho, Vol. 1, p. 54.

²⁴ Idem, *ibidem*.

para vender o domínio útil a seu parente Diogo Pereira, filho de Lopo Rodrigues Cerveira²⁵ e de sua mulher D. Brites Pinheiro, do Solar dos Pinheiros, em Barcelos, neto de Rui Lopes Cerveira, primeiro Alcaide de Vila Nova de Cerveira, e de sua mulher D. Maria Pereira, irmã do condestável D. Nuno Álvares Pereira. Diogo Pereira era cavaleiro na casa de El-rei e almoxarife, um dos cargos mais elevados do reino. De salientar que seu pai, Lopo Rodrigues Cerveira fora escudeiro e almoxarife de Ponte de Lima.

Diogo Pereira, ao comprar o domínio útil dos referidos Coutos, pertencentes outrora ao Mosteiro beneditino de S. Paio de Ante Altares, em Santiago de Compostela, tornou-se assim Senhor de uma grande e opulenta Casa, que recebia das dezenas de caseiros, que lhe exploravam as férteis e imensas veigas, a quarta parte de todos e quaisquer frutos. Já na altura, Diogo Pereira era Senhor de riquezas avultadas, que faziam da sua Casa uma das mais abastadas da Província de Entre Douro e Minho²⁶.

Tal facto é reforçado por António Lambert Pereira da Silva, nas “Nobres Casas de Portugal”²⁷, quando escreve que *«foi Diogo Pereira alcaide-mor de Vila Nova de Cerveira, almoxarife de Ponte de Lima como seu pai, cavaleiro da Ordem de Avis, com tença que lhe deu o rei D. João II, por se ter encontrado com ele na batalha de Toro, quando o seu pai D. Afonso V pretendia a coroa de Espanha. Senhor de uma enorme fortuna que lhe rendia onze mil cruzados, recebia das dezenas de caseiros, que granjeavam as férteis e imensas veigas a quarta parte de todos os frutos, incluindo madeiras e matos.»*

Fácil será concluir que, Diogo Pereira usufruiu o direito de, nos seus domínios, ninguém poder construir casa ou sobrado, sem sua licença, nem possuir lagar ou eira. Este fidalgo não casou, mas teve uma amante, a Madureira. Desta amante, de entre outros filhos, teve: Fernão Pereira, que foi senhor dos coutos, das fazendas e padroados de seu pai. Foi seu único filho Martim Pereira, herdeiro, por sucessão, de avultada fortuna. Este por sua vez teve também um único filho, Jorge Pereira, fidalgo da Casa Real, senhor por herança dos coutos e dos mais bens de seu pai. Casou em Ponte de Lima com D. Isabel Pires Malheiro, filha de Gonçalo Pires Cerqueira, feitor dos direitos reais da ilha da Madeira, senhor da Casa do Patim, em Ponte de Lima, e de sua mulher D. Leonor

²⁵ Senhor da Honra de Loivo (Cerveira), do Couto de Mangoeiro (Gondarém), Padroeiro das Igrejas de Santa Maria de Cossourado, São Martinho de Coura, São Pedro de Gondarém e Santa Maria da Cunha, Alcaide-Mor de Vila Nova de Cerveira, e teve ainda os Reguengos de Ponte de Lima e seu termo por Merce de D. Duarte no ano de 1433 estando em Santarém, que depois lhe confirmou D. Afonso V (Cf. FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa – *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Edição de Carvalhos de Basto, 1992, VIII Volume, Tomos XXII, XXIII e XXIV, p. 200).

²⁶ Cf. SANTOS, Luciano Afonso dos – *Apontamentos para a história da Paróquia e Mosteiro de S. Romão de Neiva*. Neiva: Voz de S. Romão de Neiva, 1977, p. 5.

²⁷ Obra elaborada em fascículos, mas que, por morte do autor, não chegou a ser concluída.

Malheiro. Foi precisamente um dos seus filhos, Dr. Gaspar Álvares Pereira, que viveu em meados do século XVI que viria a herdar as Terras de Mazarefes e Paradela. O Dr. Gaspar Pereira foi fidalgo-mor de El-Rei e do Conselho do mesmo Senhor, Chanceler da Casa de Suplicação e Senhor dos Coutos de Mazarefes, em Viana da Foz do Lima (assim se chamava naquela altura) e de Paradela e Castro em S. João da Ribeira, Ponte de Lima, com direito de Padroado e Apresentação das respectivas Igrejas.

Só por si todos estes “adjetivos” fazem patentear algo que muitos pretendem ignorar. Mazarefes não é uma terra qualquer. Tem o seu passado histórico, e como atrás citamos, já muito antes da nacionalidade estas terras tinham o timbre da nobreza, ao serem doadas ao Conde D. Telo pelo Rei de Leão, para premiar os seus serviços como vassalo.

De D. Telo aos monges beneditinos de Santiago de Compostela; dos monges a Martim Mendes de Berredo e sua mulher D. Messia Pereira, filha de Rui Pereira (1451), cedo se poderia adivinhar que as mesmas viriam a ser berço da mais lídima nobreza de Portugal, apesar de Anselmo Freire afirmar no 1º Volume dos «Brasões da Sala de Sintra» que *outras casas há, igualmente antigas e ilustres, as quais, usando o apelido de Pereira, são contudo ramos destroncados da árvore principal. Tais são os Pereiras Coutinhos, morgados e Viscondes da Baía, os Pereiras de Alcochete dos quais são chefes os morgados da Amieira, hoje Pereiras de Lucena, os Pereiras Coutinhos da Casa de Penedono, Pereiras Patos, os Pereiras de Bertandos, os dos coutos de Mazarefes e Paradela, daqueles derivados, etc.*²⁸

Enquanto isso, convém referir que a situação específica dos mosteiros beneditinos na diocese de Braga nos séculos XIV e XV, face às tensões, violências e arbitrariedades praticadas contra as instituições eclesíásticas, repercutiu-se fortemente nas instituições monásticas, contribuindo para a sua generalizada degradação²⁹. A propósito do Mosteiro de São Romão de Neiva, José Marques escreve: *«Foi por isso que o prior e os monges de S. Romão do Neiva, reunidos em capítulo, no dia 27 de julho de 1419, tomaram providências tendentes a garantirem a autonomia e liberdade indispensáveis à vida do mosteiro. A comunidade era diminuta, pois, além do abade, D. Frei João, e do prior, Frei Estevão Gonçalves, havia apenas dois monges: Frei Gonçalo Eanes e Frei Estevão. Tanto o prior como os dois monges com ele reunidos em sessão capitular tinham consciência do perigo que pairava sobre o mosteiro...»*³⁰

²⁸ Cit. FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol. I, 3.ª ed., 1996, p. 315-316.

²⁹ Cf. MARQUES, José – *O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga, no século XV*. Braga, 1981, p. 17.

³⁰ Cit. Idem, *ibidem*, p. 23-24.

Retomando o nosso itinerário na história de Mazarefes, recapitulando ao mesmo tempo, em 1494, passou o domínio destes coutos para Rui Pereira, filho de Diogo Pereira. Chegando mais tarde, já em pleno século XVI, à posse do seu descendente, o citado Dr. Gaspar Álvares Pereira, pensou este fidalgo vinculá-los, para que nunca pudessem ser partilhados ou de qualquer forma alienados e constituíssem a estrutura económica e a garantia segura de perenidade da nobre e honrada família dos “Pereiras” de Mazarefes, de que ele se julgava fundador – como nos diria o nosso grande amigo, infelizmente já desaparecido, Cónego Dr. Luciano Afonso dos Santos, num dos seus apontamentos para a História da paróquia de S. Romão do Neiva.

Em 1579, por alvará de El-Rei, vinculou e instituiu morgadio os coutos de Mazarefes, Paradela e Castro, determinando ao mesmo tempo em testamento que não podiam ser partidos, nem divididos, nem vendidos, nem trocados, nem descambados, nem emprazados, nem alienados *«por qualquer modo ou maneira que seja, ainda que seja para a liberdade do próprio possuidor deles, ou de seus filhos ou filhas»*. Determinou ainda que era sua expressa vontade que os coutos não saíssem nunca *“da sua geração dos Pereiras, enquanto o Senhor Deus por sua misericórdia o houver por bem, e permitir que haja memória deles”*, e que o seu Senhorio só podia ser transmitido a filho legítimo varão, ou mesmo neto, escolhido pelo Pai, ou, não sendo, ao Primogénito ou ao seu filho varão mais velho, se aquele já tivesse falecido. Só por falta de herdeiros masculinos entre filhos e netos é que o vínculo poderia ser herdado por uma filha ou neta. *«Não havendo nenhum dos nomeados virá ao parente mais chegado da minha geração»*, isto é, dos Pereiras³¹. – concluiria.

O Dr. Gaspar Pereira aproveitou-se dos privilégios inerentes aos cargos que exercia no reino, para obter sentença de lhe permitir pôr, no Couto de Paradela, um mordomo a exercer vigilância sobre os seus domínios e receber as rendas dos caseiros. Este privilégio meramente pessoal acabou com a sua morte. Foi talvez Gaspar Pereira o fidalgo mais ilustre e relacionado com a história desta terra. Dele se conserva ainda hoje um jazigo num dos corpos laterais ampliados da igreja paroquial com a seguinte legenda pintada na parte superior: *«Este jazigo mandou fazer o Dr. Gaspar Pereira, Senhor dos Coutos de Mazarefes e Paradela, cavaleiro da ordem de Cristo, fidalgo-mor de El-Rei Nosso Senhor e do Conselho do mesmo Senhor, Chanceler da Casa da Suplicação. Ano de 1579»*.

Sucedeu-lhe no domínio destas terras seu filho Rui Pereira, homem de grande cultura, mas de temperamento despótico que muito lhe valeram os grandes serviços

³¹ Cf. SANTOS, Luciano Afonso dos – *Apontamentos para a história da Paróquia e Mosteiro de S. Romão de Neiva*. Neiva: Voz de S. Romão de Neiva, 1977, p. 6.

prestados ao Reino, pois não conservou sempre elevada a honra que devia merecer e que o seu pai tinha conquistado. Recorde-se que Rui Pereira era filho de D. Catarina Paiva, filha do Dr. Luis Afonso, cavaleiro da Ordem de Avis, chanceler do Mestrado de Santiago de Avis. Mas Rui Pereira não era filho único!

Como atrás descrevemos, Rui Pereira foi homem de temperamento destemido e prepotente: acoberto pelo favor da corte e dos bens paternais, deixou episódios para recordar aos vindouros quase lendários. Por três vezes foi à Índia e, numa delas, com prudência e intrepidez se meteu a ir por terra, escrevendo o Itinerário de Portugal até à Índia. É de facto inimaginável levar a cabo tão ousada proeza, em andanças por terras orientais, onde militou valentemente e foi capitão governador de Mombaça. O certo é que o fez!

Escrevendo sobre o seu lado negativo, Rui Pereira, dizendo-se senhor do Couto de Paradela, obrigava com violências os moradores a trabalharem as suas terras e aos que se opunham arrasava-lhes as casas e as paredes. Ao conhecermos este seu temperamento, fácil será compreendermos o mais triste episódio da sua vida. De facto, Rui Pereira roía-se de amores pela jovem Isabel da Silva, descendente do Paço de Vila Fria, onde residia. Porque a sua apaixonada não correspondesse ao ímpeto da cegueira dos seus amores, Rui Pereira resolveu raptá-la pela calada da noite de 5 de agosto de 1590. Capitaneou um grupo de oito ou dez homens, parentes, amigos e seus servidores, todos bem armados com espingardas, arcabuzes e espadas, com cascos na cabeça. Dirigiram-se ao Paço de Vila Fria, do falecido Jerónimo de Alpuim, onde se encontravam a viúva D. Belisenda da Silva, a sua filha Isabel (na altura com vinte anos) e um filho de treze anos. Cercaram o Paço, bateram à porta fazendo-se passar por oficiais da justiça. Franqueada a entrada, arrombaram as portas interiores, espancando os criados. Ao barulho e aos gritos da criadagem acudiram outros. Saltaram da cama D. Belisenda e sua filha, pretenderam arrastá-la para fora, mas porque ela gritasse e se defendesse corajosamente, Rui Pereira, já desalentado do seu intento e da resistência oferecida por sua amada, para se vingar dos seus amores contrariados, cortou-lhe o nariz. Perante tal cenário arrepiante deu-se a fuga precipitada, assistindo-se aos disparos em vão das espingardas e arcabuzes dos raptadores³².

Deste escandaloso atentado chegou a notícia à corte, baixando logo ordem para que o Doutor Luís Galvão, desembargador dos Agravos na Relação do Porto, fosse tirar devassa a Vila Fria, ficando os principais culpados Rui Pereira e seu primo Jácome Pereira, Francisco Rocha Cardoso, o galego “Bobeta”, os criados e o escravo de Rui Pereira,

³² Cf. GUERRA, Luís de Figueiredo da – “EPISODIO VIANNEZ”. In, *Archivo Vianense*. Viana do Castelo, Volume I (1891-1895), N.º 2, p. 31-32; N.º 3, p. 44-46.

António Martins, seu filho Paulo e o escravo António por alcunha “O Cerveira”, Pedro Alves, sua mulher Inês Antunes e o criado de Nuno Álvares Pereira. A sentença foi proferida em Barcelos, a 12 de dezembro de 1590, e a justiça não se deixou enternecer com a qualidade dos fidalgos acusados. A fuga para a Índia valeu a Rui Pereira e ao seu primo Jácome Pereira não subirem ao patíbulo. Os restantes réus, depois de andarem condenados pelas ruas de Barcelos, com barço ao pescoço, foram açoitados e condenados a galés.

Finalmente, quando Rui Pereira andava a dar caça aos corsários, a nau naufragou no Cabo da Boa Esperança e Rui Pereira acabou ali os seus dias, nas mãos dos cafres. Apenas a título de curiosidade, a fuga de Rui Pereira e seu primo Jácome Pereira para a Índia deu-se pela alta madrugada, embarcaram, no porto de Viana na nau S. Salvador, que fazia carreira para aí.

A sentença a que estiveram sujeitos impôs ainda o derrube, para jamais serem levantadas, das armas e ameias de cima da padieira do portal da casa de Mazarefes, sob pena de perda da casa, quintal e mil cruzados a favor das ofendidas.

Isabel da Silva, por alcunha “*a desnarigada*” depressa se desagravou e casou com Francisco de Sousa Menezes.

A propósito deste acontecimento e descrição, que um dia seria publicado no jornal «A Aurora do Lima» com o título “Proezas de um fidalgo”, escreveu Francisco Manuel Cardoso de Menezes Pinheiro Azevedo, em resposta à hábil provocação de um leitor mais atento desse decano dos jornais:

Devo, a propósito dum artigo subordinado a este título, algumas palavras a alguém que, a modo de desafio, acaba de enviar-me o nº 42 de “A Aurora do Lima”. Para isso me valho da obsequiosa condescendência da Redacção deste velho e honrado jornal: porquanto, nem pela caligrafia do endereço ou carimbo do correio, pude averiguar a quem ficaria em obrigação o favor.

A Moral é só uma, Amigo! Ora, perante à narração tão clara dum facto conhecido, forçoso é convir na ruindade da acção de Rui Pereira, à qual não faltou premeditação, violência e até cilada na força e na hora empregada e escolhida. Vai, porém, largo caminho do reconhecimento da culpa ao julgamento definitivo do homem culpado. Se a tal, me metera, logo de entrada tropeçaria na ignorância dos antecedentes: pois me não bastam, nem tenho por motivos seguros intrigas de onzeneiras e bestialidades insofridas para levar um Fidalgo, ilustre e ilustrado, a assaltar de noite uma casa, espancar a Dona e desnarigar-lhe a Filha.

Dos muitos crimes atribuídos pelo Pe. Carvalho a Rui Pereira, apenas chegou ao nosso conhecimento o caso de Vila Fria. Nada, contudo, sabemos acerca do feitio da mãe de D. Isabel, que assentamos fosse bom, se bem pudera ser até excelente, ou sair-nos muito ao contrário. Que espécie de relações havia anteriormente entre os de Mazarefes e os de Vila Fria? O cortar de orelhas e narizes foi castigo muito vulgar naqueles tempos: e quem nos diz se não estaremos, tão somente, em presença duma vingança de família? Vingança terrível e implacável, sem dúvida; mas muito à feição do temperamento desses homens da Renascença, cujos traços característicos eram a energia do carácter e a violência das paixões. Tão depressa nos escandalizavam com as suas brutalidades, como nos seduzem pelos seus modos perfeitamente ordenados de gente magnânima, justa e conciliadora. Compare-se o Rui Pereira do assalto a Vila Fria com esse mesmo Rui Pereira, tão outro na valentia, prudência e intrepidez com que se meteu a ir por terra à Índia. Imagine-se bem quão raras e nobres qualidades seriam, então, necessárias para levar a cabo tão ousada proeza? Qual deles dois vale mais? Qual merece, a olhos dos Portugueses, a homenagem de se esquecer o outro?

Bem sei que não faltou quem se comprazesse em tornar odiosos, à conta de sanguinários aventureiros, os nossos Homens da Índia, de quem compungidamente deveríamos afastar os castos olhares; porque, a milhares de léguas da sua terra, arrastando muita privação e engano, muito perigo e traição, não tiveram esta beatífica candura com que nós outros modestamente nos escondemos atrás de nuvens e de gazes mortíferos, de bombas incendiárias, de torpedos e aviões a despejar toneladas de metralha sobre velhos indefesos, crianças e mulheres!

Notai que nem sequer nos quizeram dizer se saíram melhores os demais Europeus que nos sucederam na Índia, para não falar do que os nossos grandes hermanos fizeram na América...

Nem toda a gente, porém, foi tão injusta com eles. Ouvi, senhor (e acabarei contente convosco e comigo), estas palavras que traduzo, à pressa, dum livro do inglês Sir K.G. Jayme e entretecerei como à maneira de ramo que, por amor de Rui Pereira, vos ofereço daqui junto das pedras que ele amou.

“Foi uma época de singulares e violentos contrastes: os mesmos homens que espoliavam os hindus fundavam em Goa a Santa Casa da Misericórdia. E não há para que pensemos em os desculpar por semelhantes antinomias que não foram exclusivas de Portugueses, antes muito vulgares entre todos os povos da Europa.

Diz-se a Renascença entrou tarde e com pouca demora em Portugal; mas a mais pura e delicada essência do seu espírito, esse ideal de múltiplas actividades, gostou da

terra, germinou, cresceu, e cobriu-se de flores. A existência humana tem, por vezes, decorrido ao longo de canais mais largos e profundos, raramente em águas tão luminosas e espalhadas; pois será difícil encontrar-se na história das nações uma sociedade de tal forma versátil e ao mesmo tempo com tanto brilho como foi a dos Fidalgos. Esses Portugueses aqueceram as mãos à vontade na grande fogueira da vida; cumpriram corajosamente e em toda a plenitude a sua missão; ninguém melhor que eles soube bater-se, amar, vir a morrer!

E o herói da grande Empresa, embora sob diversos nomes, foi sempre o Fidalgo: igual a príncipes pelo nascimento, perfeito GENTLEMAN no trato, destemido e galhofeiro, e, por firme convicção, o mais dedicado súbdito da Igreja e da Coroa. Foi ele quem arrancou às estrelas o segredo das estradas do mar; soube pegar duma espada com maestria consumada, governar uma Província, conversar em meia dúzia de línguas, compor um soneto e jogar com acerto uma partida de xadrez!”

.....

Tais foram as proezas dos Fidalgos de Portugal.

De Mazarefes

aos 2 de Junho.³³

Por morte de Rui Pereira, foi então o seu irmão Nuno Álvares Pereira homem de grande talento, Senhor dos Coutos de Mazarefes, Paradela, metade de Castro e dos casais de Freiris. Acompanhou D. Sebastião a Alcácer-Quibir, onde ficou cativo e comprometeu bastante a sua casa com o resgate. A justiça caiu-lhe em cima e foi citado a depor judicialmente por causa das turbulências do seu irmão, em Vila Fria, e do aludido Couto de Paradela. Timidamente declarou que seu pai, seu irmão e ele nunca exerceram atos de jurisdição em Paradela. Em face da sua confissão, Nuno Pereira disse que não era senhor do Couto, mas apenas de fazendas e herdades que possuía naquela freguesia. O corregedor, por sentença de 6 de janeiro de 1598, decidiu o pleito a favor dos vereadores de Ponte de Lima, cuja sentença foi confirmada pela Relação do Porto, a 29 de maio de 1599, e pela Casa da Suplicação, a 3 de janeiro de 1600.

Nuno Pereira casou com sua prima D. Isabel de Mesquita, filha do Dr. João Luís Afonso, Desembargador da Suplicação e de sua mulher D. Marcela de Mesquita. Foi seu filho, entre outros, Gaspar Pereira, comendador da Ordem de Cristo, Senhor do Couto de Mazarefes e das respetivas herdades de seus pais.

³³ Cf. «A Aurora do Lima», n.º 42, de junho de 1932.

Como já tivessem passado cerca de 84 anos, Gaspar Pereira, mais concretamente em 1674, levantou a padieira do portal da Casa de Mazarefes e encimou-lhes as ameias e armas dos “Pereiras”. Não consta que os Alpuins do Paço de Vila Fria reclamassem a casa ou os mil cruzados. Gaspar Pereira por sua vez casou com D. Bernarda de Castro ou Coutinho, filha de Jorge Pessanha e de sua mulher D. Madalena de Castro. Deste casamento haveriam de nascer quatro filhos, prosseguindo assim a linhagem dos “Pereiras”. Só que o filho primogénito Diogo Pereira, que devia ser o continuador desta família, morreu solteiro e sem geração. Ao Nuno Álvares Pereira traçou-lhe o destino a humildade monacal e ingressou na Ordem de S. Bento da Saúde, em Lisboa. Nuno Pereira optou pela Ordem de S. Bento, a mais rica no Norte de Portugal e que outrora fora proprietária dos Coutos de Mazarefes. Ainda hoje podemos observar um nicho (ainda que recente), do lado esquerdo do portal principal do Paço³⁴, onde se encontra o referido patrono.

Em 30 de Julho de 1679 Nuno Pereira recebia o hábito de monge beneditino no Mosteiro de S. Bento da Saúde em Lisboa. Deixava, portanto, para trás, todos os bens e fortuna da Casa dos “Pereiras”, inclusive o nome “Pereira”, tal como já havia feito o Beato Nuno de Santa Maria. Em vez do nome da família, escolhia para si apenas Cruz, distintivo heráldico dos Pereiras. A partir daquele dia passaria a chamar-se Frei Nuno da Cruz, levando consigo apenas uns magros 50.000 reis anuais que ficava a receber de sua casa como dote. Como qualquer monge, sujeitou-se a todas as prescrições. Mais tarde haveria de ser ordenado sacerdote com o título de Pregador, depois de frequentar colégios de Filosofia e de Teologia.

Em 1695 já se encontrava entre os monges do Mosteiro de São Romão do Neiva³⁵, não se sabendo ao certo a data da sua entrada no referido Mosteiro, mas em Dezembro do

³⁴ Obra executada por José Alves Ferreira, canteiro e mestre que foi do Templo do Sagrado Coração de Jesus, vulgo de Santa Luzia, natural de Vila de Punhe (conhecido por Tio Zé da Emília), mas sepultado no Cemitério de Mazarefes.

³⁵ Adaptado para o português corrente: «Chamou-se São Romão do Neiva, por estar perto do rio Neiva, e em terras, que de Neiva se chamam. O fundador foi um ilustre varão, por nome Dom *Payo Soares Caminhão* que foi filho de Paio Mendes, fidalgos conhecidos em tempo del Rei Dom Afonso VI de Leão. Era Dom Payo Soares senhor daquelas terras de Neiva, nelas edificou o dito Mosteiro, não muito sumptuoso, mas bastante para ser como morgado de seus descendentes, conforme ao costume daqueles tempos antigos...» (In, S. TOMÁS, Frei Leão de – *Beneditina Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, Tomo II, p. 325). De facto, a fundação primitiva do Mosteiro beneditino de São Romão, em terras de Neiva, data do mesmo período do Cenóbio de Mazarefes, séculos X-XI, tendo o cenóbio de São Romão ampliado e sagrado em 1087 pelos bispos de Braga e Tuy. No entanto, nos primeiros anos do século XII, devido às incursões árabes no norte da Península, esta mesmo cenóbio estava em estado ruinoso, pelo que D. Paio Soares mandou reedificar toda a sua estrutura depois de 1110, como é referido também na *Beneditina Lusitana*. Durante o reinado de D. Afonso Henriques recebeu foral (Carta de Reguengo), concedendo-lhe as terras que actualmente formam as freguesias de São Romão, Alvarães, Chafé e Anha.

ano atrás citado já o Pe. Gastador o mencionava entre os monges que receberam roupas e sapatos, no valor de 1650 reis, como provimentos do Natal.

D. Isabel, a quarta por ordem de nascimento, professou no Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde. Arvorou-se senhora do vínculo da casa de seus pais de Mazarefes, legou-o a favor de João Malheiro, senhor da Casa de Castro, em Ponte de Lima, por escritura passada em S. Pedro de Rates, cuja nomeação depressa revogou, e nomeou o mesmo vínculo em Luís Manuel Correia Pereira Figueira, casado com D. Inácia de Vilhena de Sousa, que viria a falecer no Porto também sem geração legítima, no dia 8 ou 9 de outubro de 1724. O Senhorio dos Coutos de Mazarefes e Paradela passou assim para o humilde monge Frei Nuno da Cruz.

Apesar dos atos de violência de que usaram os seus parentes, Pedro Lopes de Azevedo e seu filho Leonardo, em Mazarefes, na véspera da chegada do cadáver de Jorge Pessanha Pereira, e os seus comparsas, em Paradela, com testemunhas falsas de que se serviram pai e filho, não conseguiram arrebataram das mãos de Frei Nuno da Cruz a posse do vínculo da casa de seus pais.

Por volta das 9 horas do dia 10 de outubro de 1724, apareceu Frei Nuno, talvez acompanhado de um criado do Mosteiro, na eira da Casa de Mazarefes, fronteira à igreja paroquial, munido da Procuração do D. Abade e dos demais monges de São Romão, para tomar posse do seu Morgado e de suas pertenças. Às 17 horas do mesmo dia, tomava posse do Couto de Paradela, em S. João da Ribeira, Ponte de Lima, o Pe. Frei Jerónimo da Assunção, com a procuração de Frei Nuno e do seu Mosteiro.

Como Frei Nuno tinha voto de pobreza e nada podia possuir, foi-lhe contestado o direito de posse dos referidos coutos pelo seu parente mais próximo. Só assim se pode explicar a violência travada na véspera da chegada do cadáver de Jorge Pessanha Pereira. Apesar de tudo, mesmo assim, os monges tiveram de interpor no Tribunal, para defenderem os seus legítimos direitos.

Como os litígios eram constantes, em 1728, ambas as partes chegariam a um acordo amigável e, por contrato aos vinte dias de Dezembro do mesmo ano, celebrado em Braga, nas Casas do Hospício Beneditino, em frente à Igreja de Nossa Senhora do Carmo, estipulariam que o usufruto do Morgado ficaria a pertencer ao Mosteiro de São Romão de Neiva até à morte de Frei Nuno da Cruz, passando depois, em pleno, como determinava o Testamento do Fundador, Dr. Gaspar Pereira, para a casa dos parentes mais próximos. Assim aconteceu mais tarde, em 1736 ou, pelo menos, depois da morte da sua irmã Isabel, a professor no Convento de Santa Clara em Vila do Conde.

Durante cerca de oito anos após o referido acordo, largos milhares de cruzados, que os coutos de Mazarefes e Paradela rendiam, deduzidas as despesas com a sua administração, começaram a ser despejados nas velhas arcas do Mosteiro de São Romão.

Frei Nuno viria a morrer em 1736, sendo sepultado na terra fria do seu Mosteiro, ao lado de tantos outros, que ali dormem o seu último sono: *«E o humilde e fidalgo monge, abraçado em vida e na morte à Cruz dos Pereiras e de Cristo, sem o nome da Família e nem sequer dos Pessanhas, amortalhado em farta túnica de estamemha preta e cogula na cabeça tonsurada, a alma perfumada de virtudes e as mãos cheias de benevolências, descansou enfim na paz do túmulo e do Senhor a quem serviu, no claustro novo que o seu dinheiro levantou. Tão perto de Mazarefes, nem assim quis repousar ao lado dos seus maiores, em jazigo de família; preferiu a terra fria do seu Mosteiro, ao lado de tantos outros, que ali dormem o seu último sono, à sombra das arcarias e das paredes da sua igreja, para ali ouvir melhor o canto nocturno de Matinas dos seus irmãos monges e o ciciar fervoroso dos filhos e netos dos que, em vida, foram seus paroquianos.*

E, passados séculos, expulsaram os monges, caíram paredes e derrubaram-se arcos; extinguiu-se a voz das águas que caíam no chafariz vizinho, cresceram sobre o seu túmulo as silvas e as ervas, amontoou-se o lixo, arrancaram-se as próprias pedras das sepulturas e caiu sobre tudo o silêncio de um Mosteiro sem vida e sem monges! Com ele, o Fr. D. Nuno Álvares Pereira, desceu ao túmulo e ao esquecimento da morte a nobre e opulenta família dos Pereiras de Mazarefes.»³⁶

Para avaliar a importância que teve este período em que Frei Nuno da Cruz usufruiu proventos da Casa de Mazarefes e Paradela a favor do Mosteiro de São Romão de Neiva, é que a mesma não podia chegar em melhor altura, para acudir ao estado deplorável em que se encontrava a igreja e o convento, com os telhados a meterem água e os madeiramentos todos apodrecidos. A igreja, que havia sido construída e sagrada nos fins do século XI, tornava-se pequena e acanhada para tantos fiéis que vinham das aldeias circunvizinhas.

Na visita canónica terminada em 22 de setembro de 1731, o D. Abade Geral, padre mestre Dr. Manuel dos Serafins, para evitar que o dinheiro fosse desviado para outros fins, “o que acontecia”, ordenou que o dinheiro do vínculo de Mazarefes, Paradela e os demais rendimentos que o convento cobrava, pela transação e composição que fizeram com Leonardo Lopes Azevedo, fosse aplicado na construção de uma nova igreja, ampla do estilo dos fins do século XVII. Em fevereiro de 1733, sendo D. Abade do Convento de São Romão o padre Fr. António de S. José, iniciaram-se as obras da atual igreja.

³⁶ Cit. SANTOS, Luciano Afonso dos – *Apontamentos para a história da Paróquia e Mosteiro de S. Romão de Neiva*. Neiva: Voz de S. Romão de Neiva, 1977, p. 15-16.

Comprometeram-se dois mestres pedreiros, por escritura, e dá-la pronta de pedraria, pela quantia de 12.500 cruzados, dentro de três anos. Frei Nuno não a viu terminada. Precisamente, quando perfaziam os três anos, ainda faltava concluir a abóbada, a segunda torre do lado direito e arrematar alguns acabamentos, e como atrás citamos, Frei Nuno haveria de falecer em 1736.

O cronista do Mosteiro de São Romão de Neiva já nessa altura, ao referir-se à Casa de Mazarefes afirmava *«sem controvérsia, era a Casa mais rica e de mais avultadas rendas, que naquele tempo havia nesta Província, porque constava ter mais de doze mil cruzados de renda»*.

Em 1834, ao abrigo da “Reforma Geral Eclesiástica” empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), pelo Decreto de 30 de maio, ao serem extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosas, sujeitas aos respetivos bispos, até à morte da última freira, data de encerramento definitivo, também o mesmo viria a acontecer ao Convento e Mosteiro de São Romão.

Em fevereiro de 1991, fomos ver o Mosteiro de São Romão de Neiva (já não era a primeira e não seria a última vez), onde constatamos do seu aspeto deplorável e adiantado estado de degradação, contudo dando-nos a sensação de estar em obras, pois o corpo frontal do mosteiro apresentava um bom aspeto, vendo-se espalhado pelo chão do adro, brita e areia. A área conventual continuava a apresentar um cenário semelhante ao que o Cónego Dr. Luciano Afonso dos Santos (1913-1992)³⁷ nos descreveu, após a expulsão dos monges. Treze anos mais tarde, acompanhados por António Maranhão Peixoto – ilustre “paleógrafo/epigrafista” e historiador – e pelo pároco da freguesia de Neiva, José Fernandes Moreno do Couto³⁸, tentamos localizar a pedra tumular de Frei Nuno da Cruz, o que nos seria facultada a sua visualização numa das paredes laterais de entrada para a sacristia do templo: *«S.a Do P. P. [Padre Pregador] Frei Nuno da Cruz Bemfeitor deste Mosteiro Anno de 1736»*, para aí trazida e encastrada, aquando das obras de restauro do templo: *«Bemfeitor deste Mosteiro? Sim, insigne benfeitor do Mosteiro e da freguesia. Mais do que as esmolas e o carinho para com os pobres os indigentes, mais que os*

³⁷ Natural de Alvarães, integrou o Cabido da Sé de Braga, onde desempenhou as funções de Deão, fundou o Museu Pio XII (1957) e o Museu Medina (1984); foi sócio da Academia Portuguesa de História; agraciado com a Medalha de Mérito Cultural (1986) pela Secretaria de Estado da Cultura e a Comenda da Ordem de Mérito (1990) pelo Presidente da República.

³⁸ Homenageado pelo povo da freguesia com um busto em bronze, erigido sobre um pedestal em granito, com uma placa em latão gravada a baixo-relevo: *«HOMENAGEM / DAS GENTES DE S. ROMÃO DO NEIVA / AO SEU QUERIDO PÁROCO, / JOSÉ FERNANDES MORENO DO COUTO, / PELOS SEUS CINQUENTA ANOS / DE DEDICAÇÃO A ESTA COMUNIDADE. / 22 DE SETEMBRO DE 2013»*. À sua morte, substituiu-o na paróquia, seu sobrinho Pe. José Luís Esteves do Couto.

*desvelos e os cuidados pastorais pelos seus fiéis e as virtudes de monge humilde, mais do que o seu amor a esta terra que fez sua na vida e na morte, deve-lhe a freguesia de S. Romão de Neiva a sua igreja monumental e a ala norte do Convento. Bem merece da freguesia todo o reconhecimento e a perene gratidão e que o seu nome fique gravado, em letras de bronze, à cabeça daqueles que mais fizeram pelo progresso desta terra...»*³⁹ – assim pensava e respondia o Con. Dr. Luciano Afonso dos Santos, a questões que outros não colocavam.

Como a morte de Frei Nuno da Cruz, Pedro Lopes de Azevedo, Moço Fidalgo que foi da Casa Real, por Alvará de 20 de abril de 1663, servindo como voluntário na Guerra de Aclamação, Senhor do Solar de Azevedo em Lamas, Barcelos, contestou, como anteriormente referimos, pelo Tribunal aos seus parentes a posse do Solar dos Pinheiros, do Morgado de Pouve, do Couto de Mazarefes e das herdades de Paradela, em S. João da Ribeira. As demandas correram pelos tribunais alguns anos e não viu, em sua vida, o pleito resolvido.

Casou com D. Maria de Luna Sotomaior. Foi seu filho, Leonardo Lopes de Azevedo, que nasceu em 1663, na sua Quinta de Jou, Trás-os-Montes. Senhor do Solar de Azevedo, Moço Fidalgo da Casa Real, por Alvará de 9 de dezembro de 1699, ganhou a questão posta por seu pai sobre os aludidos bens, enriquecendo assim enormemente a sua grande Casa. Entregou à freguesia de Mazarefes a capela da sua casa, que é hoje a atual igreja paroquial de S. Nicolau. Na parede lateral virada ao sul, ainda se veem as armas dos Pereiras Pessanhas. Leonardo Lopes de Azevedo casou com D. Margarida Isabel de Sousa, que faleceu em 1767, filha de Fradique Lopes de Sousa, Senhor do antigo Morgado de Bordonhos, e de sua mulher D. Isabel Francisca de Azevedo Cerqueira Coutinho.

Foi seu filho, entre outros, João de Lopes de Azevedo, Moço Fidalgo da Casa Real, que sucedeu na avultada casa de seus pais, por morte dos seus irmãos sem geração. Casou à uma hora da noite com D. Maria Teresa Pereira de Faria Vilas Boas e faleceu no mesmo dia, em 28 de abril de 1787.

Foram seus filhos: João Lopes de Azevedo, D. Maria Emília Lopes de Azevedo e D. Maria Emília Lopes de Azevedo Pinheiro e Sá, que nasceu depois da morte de seu pai. João Lopes de Azevedo nasceu em julho de 1786, sucedendo a toda a grande casa de seus pais. Casou com D. Francisca Pereira Caldas, filha herdeira do General Gonçalo Pereira Caldas, Senhor da Casa de Sande, em Monção, e de sua mulher D. Inácia Antónia Micaela de Castro e Vasconcelos.

³⁹ SANTOS, Luciano Afonso dos – *Apontamentos para a história da Paróquia e Mosteiro de S. Romão de Neiva*. Neiva: Voz de S. Romão de Neiva, 1977, p. 12.

João Lopes de Azevedo faleceu também após o seu casamento, deixando do seu matrimónio apenas um filho de nome João, que morreu com 5 anos de idade, vindo a ser herdeira da fabulosa fortuna a sua tia D. Maria Emília Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira e Sá, que nasceu em 28 de maio de 1787 e faleceu em 26 de fevereiro de 1828. Foi Senhora dos Solares de Azevedo, do dos Pinheiros, em Barcelos, dos Morgados dos Coelhoos, em Vila do Souto da Riba-de-Homem, e do de Pouve, do Couto de Mazarefes, das herdades de Paradela e Castro. Casou, em 13 de maio de 1807, com António Martins Velho de Fonseca Barbosa Sousa e Castro, que nasceu a 14 de agosto de 1785 e faleceu em 28 de julho de 1859, Senhor do Paço de Castro de Marrancos, Fidalgo da Casa Real, Tenente-Coronel do regimento de Milícias de Barcelos, filho de Francisco Velho de Fonseca e Barbosa, Fidalgo da Casa Real e de sua mulher e prima D. Maria Luísa Arriscado de Lacerda, da Casa dos Arriscados de Barcelos.

Foram os seus dois filhos, Francisco Lopes de Azevedo Velho de Fonseca Barbosa Pinheiro e Sá Coelho e D. Maria José de Livramento de Azevedo Velho Barbosa. Esta nasceu a 27 de julho de 1817 e casou, a 8 de junho de 1837, com Estevão Falcão Cota e Meneses, Fidalgo da Casa Real, Senhor dos Morgados da Torre de Real, do dos Meiras Falcões e do de Caldelas.

Francisco nasceu na Casa de Marrancos, em Vila Verde, a 21 de fevereiro de 1809, e faleceu na sua Casa de Santo António do Penedo, no Porto, a 25 de dezembro de 1876. Foi Moço Fidalgo da Casa Real com exercício no Paço, por Alvará de 9 de setembro de 1846, primeiro Visconde de Azevedo, por carta concedida pela Rainha D. Maria II, em 19 de agosto de 1846, elevado à grandeza de Conde, por Decreto de 23 de novembro e Carta de 5 de dezembro de 1876, passada pelo Rei D. Luís I, poucos dias antes da sua morte. O opulento fidalgo foi Senhor dos Solares de Azevedo, dos Pinheiros, em Barcelos, e do de Marrancos, dos morgados dos Coelhoos de Vila do Souto de Riba-Homem e do de Pouve, do Couto de Mazarefes, das herdades de Paradela e Castro. A instâncias do Visconde de Santa Marta, em 25 de abril de 1832, tomou posse do cargo de coronel-comandante dos Voluntários Realistas, que se achavam em Viana. Passou com o seu batalhão a fazer parte da quarta Divisão Realista e, depois, da Coluna Móvel ao Norte do Douro, sendo agraciado com o hábito da Torre-e-Espada e com a comenda da Ordem de Cristo.

Comandou, durante algum tempo, a brigada que guarnecia a extrema esquerda nas linhas do exército realista. Foi, depois, com a divisão do General João Gouveia Osório para o Campo Maior. Aí se achava quando da convenção de Évora Monte.

Nunca tomou parte nem se envolveu em perseguições políticas.

Em dezembro de 1843, foi viver para Braga e, só depois de outa muito instado por Silva Passos e Teixeira Vasconcelos, se resolveu a auxiliar o Partido Progressista na campanha eleitoral de 1845.

Em 29 de maio de 1846, ainda os ânimos dos políticos estavam agitadíssimos pela revolta de Maria da Fonte, foi nomeado Governador Civil de Braga, lugar que tomou posse em 1 de junho de 1846, demitindo-se logo em 6 de julho. A 11 de outubro, ao realizarem-se as eleições para deputados no Porto, foi eleito pelos setembristas e cabralistas. Mas, entretanto, ocorreu uma revolta naquela cidade, onde se constituiu uma Junta Provisória do Supremo Governo do Reino, sob a presidência do Conde das Antas, e não chegaram a reunir-se as câmaras legislativas. Foi ainda eleito deputado por Braga, na legislatura de 1851 e 1852.

O seu estado de saúde não lhe permitiu continuar a sua atividade política que abandonou para se consagrar aos seus trabalhos literários.

Senhor de vasta cultura e de uma excelente biblioteca, foi tal o seu amor às obras antigas que algumas foram reeditadas numa tipografia que instalou no seu Solar de Azevedo. Foi também um assíduo e dedicado colaborador de Inocêncio Francisco da Silva na publicação do *Dicionário Bibliográfico Português*.

Em maio de 1857, foi eleito sócio provincial da *Academia Real das Ciências* e, por proposta de Tomás Ribeiro, passou a sócio correspondente. Em 1870, vendeu o que restava em Paradela, apenas uma notável casa com torre e quinta, pela ação de tempo e pela sua antiguidade, se encontrava arruinada. Comprou-a o abade de S. João da Ribeira, padre João Coelho de Araújo, que não hesitou em demolir a torre solarenga, para com a sua pedra construir paredes na Quinta. Por morte do abade, tão importante prédio e a quinta passaram para os seus herdeiros.

O Conde de Azevedo casou, em 1827, com D. Maria José Carneiro da Grã Magriço, nascida a 6 de agosto de 1804, filha herdeira de José Carneiro da Grã Magriço, Senhor das Casas de Balazar, na Póvoa de Varzim, e da de Rio Tinto, e de sua mulher D. Francisca Henriqueta Coelho Fiúza Ferreira Marinho Falcão Sotomaior, senhora da quinta da Espinheira e da Casa dos Coelhos, em Vila do Conde.

Como não tinha geração, deixou por testamento a sua grande biblioteca ao seu primo, o segundo Conde de Samodães, Francisco de Azevedo Teixeira de Aguiar, e os seus avultados bens dividiu-se pelas suas sobrinhas, filhas de sua irmã D. Maria José do Livramento e de Estevão Falcão, cabendo a D. Maria Júlia Falcão Pinheiro Bourbon e Meneses o Solar dos Pinheiros, em Barcelos, e o Morgado de Pouve. D. Maria Cândida Falcão de Azevedo herdou o Solar de Azevedo, o Couto de Mazarefes e outros bens.

Casou com Francisco Barbosa Couto Cunha Sotomaior, Fidalgo da Casa Real e Senhor da Casa da Fontinha, em Pardilhó, Estarreja.

D. Maria Júlia Falcão nasceu a 1 de julho de 1853 e faleceu em dezembro de 1925. Foi, como atrás referimos, por herança de seu tio, Solar dos Pinheiros e do Morgado de Pouve. Casou em 19 de janeiro de 1871 com José de Azevedo Meneses Cardoso Barreto, Moço Fidalgo, por Alvará de 12 de março de 1870, comendador de S. Gregório Magno, Senhor das Casas do Vinhal, em Vila Nova de Famalicão, e da Portela, em Guimarães. Autor do livro *Ninharias* e de estudos genealógicos, era filho de Manuel Carlos Cardoso de Meneses Barreto e de sua mulher D. Maria Teresa de Azevedo Barros de Couto. Foi seu filho, entre outros, Francisco Manuel Cardoso de Meneses Pinheiro de Azevedo, nascido a 27 de junho de 1872 e falecido em 1936, Engenheiro Civil, Senhor da Casa do Vinhal e do Solar dos Pinheiros, por herança de seus pais. Casou, em 1 de julho de 1900, com sua prima D. Mariana de Jesus Barbosa Pereira de Sotomaior de Azevedo de Bourbon, que lhe levou em dote a Casa dos Pereiras de Mazarefes.

É sua filha, entre outros, a venerável Senhora D. Maria Júlia de Azevedo Meneses Pinheiro Pereira de Bourbon, nascida em 18 de maio de 1901, última proprietária da lendária Casa dos Pereiras de Mazarefes, já falecida e sepultada no cemitério público de Santa Marta de Portuzelo.

3.4.3. Toponímia, geografia e vias de comunicação

Mazarefes era uma das quarenta freguesias do concelho de Viana do Castelo, cidade que é simultaneamente capital do distrito do Alto Minho. Esta freguesia dista da sede do concelho cerca de seis quilómetros e tem uma área aproximada de 3,69 Km²⁴⁰. Situa-se na margem esquerda do rio Lima, a sul de Viana do Castelo. Confrontam: a norte o rio Lima; a sul a freguesia de Vila Fria e Vila Nova de Anha; a este a freguesia de Vila Franca e a oeste a Vila de Darque.

Esta freguesia é servida por excelentes vias de comunicação, de onde se destacam a E. N. n.º 203 (hoje Avenida de S. Nicolau), que a atravessa pela sua parte central; pelo lado Sul a E. N. n.º 308 (hoje, no que concerne à freguesia, está dividida em dois troços: Avenida da Conchada e do Monte); e pela A28, que inicialmente tinha a denominação de Itinerário Complementar (IC1). Para além disso, apesar de não possuir apeadeiro ou

⁴⁰ “Poder Local”, Revista de Administração Democrática, n.º 8, p. 58, julho/agosto 1978. Segundo a Câmara Municipal de Viana do Castelo, através de uma *Agenda* publicada em 1993, aponta uma área de 4,26 Km² para Mazarefes.

estação de caminho-de-ferro, é atravessada pela linha deste secular meio de transporte, ficando a estação mais próxima na Vila de Darque. Liga ainda a E. N. n.º 203 à E. N. n.º 308, a estrada municipal n.º 542 (hoje Rua Senhora das Boas Novas), estrada de grande movimento, com passagem de nível com guarda.

Outra estrada municipal é aquela que liga a Capela de Nossa Senhora das Boas Novas à Igreja Paroquial da freguesia, cujo patrono é S. Nicolau. Foi-lhe atribuído o n.º 1197, enquanto a que aquela que liga o largo da capela ao largo da Regadia, ser-lhe-ia atribuído o n.º 1196. Do passadiço da igreja paroquial até ao cruzeiro, numa extensão de cerca de 400 metros existe uma avenida (da Igreja) com duas faixas, separador central e passeios laterais. Esta avenida foi inaugurada a 2 de dezembro de 1990 por Roleira Marinho, governador civil do distrito; D. Armindo Coelho, bispo da diocese de Viana do Castelo; e, Carlos Baptista, presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, na altura em exercício.

Apesar de presentemente se aceitar que os caminhos municipais n.º 1196 e 1197 foram para a freguesia obras de extrema importância e/ou necessidade e desenvolvimento, o mesmo não se pode dizer quando as mesmas foram levadas a cabo. Na altura, principalmente parte dos proprietários dos terrenos a expropriar, gerou-se uma forte oposição que, por vezes, levou a situações caricatas, muito pouco comuns nesta acolhedora e pacata freguesia. Embora se pensasse o contrário, foram dois empreendimentos de grande importância para a ligação viária pelo interior, entre os dois extremos da freguesia. Embora as actas da Junta de Freguesia omitam tais obras, por deferência do nosso conterrâneo e na altura presidente da mesma Junta de Freguesia, Miguel Gonçalves Forte, convém aqui salientar que a propósito do caminho municipal n.º 1197 (da Capela de Nossa Senhora das Boas Novas à Igreja Paroquial de S. Nicolau), foi apresentado um primeiro projecto com características de Estrada Municipal, tendo dado entrada nos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas, em 25 de Julho de 1950. Só em 22 de Fevereiro de 1960, aproveitando o processo do primeiro projecto (Processo n.º 151/4R/50), deu entrada nos mesmos Serviços de Urbanização um segundo projecto, mas desta vez com características de caminho municipal (46/MR/62). O processo arrastar-se-ia por mais alguns anos, até que o Director-Geral da Direcção dos Serviços de Melhoramentos Rurais do Ministério das Obras Públicas, Eng.º Macedo Santos, em ofício de 7 de Outubro de 1965, dirigido ao presidente da Junta de Freguesia, escrevia: *Relativamente à exposição dessa Junta de Freguesia, datada de 4 de Junho de 1965, respeitante à obra em epígrafe, tenho a honra de informar V. Exa., rogando se digne dar conhecimento ao Rev.º Pároco dessa freguesia, que subscreve a mesma exposição, em cumprimento de um despacho de Sua Excelência o*

Ministro das Obras Públicas, de 4 do corrente mês, de que a obra pretendida está anotada, por despacho de Sua Excelência o Ministro, de 24/05/65, para inclusão em futuro plano de melhoramentos rurais, de cujo despacho foi dado conhecimento, em 26/05/65, a sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo de Cizico.

A contento das aspirações e tendo a Junta de Freguesia tomado conhecimento da comparticipação dos Serviços de Urbanização de Viana do Castelo, destinada para a obra do «Caminho da Regadia» (1196), para além de agradecer essa mesma comparticipação, escrevia em officio de 25 de Novembro de 1966: [...] *cumpre a esta Junta informar V. Exa. que a aspiração máxima do povo desta Freguesia foi e será sempre o engrandecimento da mesma, querendo no entanto em unísono começar pelo Caminho da Igreja (Caminho Municipal das Boas-Novas E. M. 542, à Igreja Paroquial de Mazarefes - construção). / Sendo assim, esta Junta vem muito respeitosa e submissamente à presença de V. Exa. pedir se digne ordenar a respectiva troca.* Referindo-se a este mesmo officio, o Director da Direcção de Urbanização do Distrito de Viana do Castelo, informou em 30 de Dezembro do mesmo ano, que tinha sido verificada a impossibilidade legal de se inscrever aquela obra no Plano Intercalar, uma vez que, segundo o que determinava a lei, ela não se enquadrava nos objectivos do Plano de Viação Rural. Como só através do Plano de Melhoramentos Rurais essa obra poderia vir a ser comparticipada, informou ainda que a tentativa iria para a sua inclusão, se possível, no plano do próximo ano, conforme era aspiração do povo da freguesia: *Plano de Viação Rural – Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério das Obras Públicas, conceder à Câmara Municipal de Viana do Castelo, nos termos do Decreto n.º 21696, de 19 de Setembro de 1932, e da Lei n.º 2108, de 18 de Abril de 1961, a comparticipação total do Estado de 165.000\$, que corresponde à execução dos trabalhos de construção do caminho Municipal n.º 1196, da estrada municipal n.º 542 (Mazarefes) a Regadia, 1.ª Fase (Troço de extensão de 474 m), orçados em:*

<i>Expropriações</i>	<i>47.200\$00</i>
<i>Materiais</i>	<i>62.719\$00</i>
<i>Mão-de-Obra</i>	<i>96.861\$00</i>
<i>Imprevistos e despesas gerais</i>	<i>18.220\$00</i>
	<i>220.000\$00</i>

Estes trabalhos ficam sujeitos às alterações julgadas indispensáveis pela entidade fiscalizadora, sendo responsável pela sua execução a entidade comparticipada. / É fixado

para a realização destes trabalhos o prazo até 30 de Junho de 1968, incluindo 180 dias de garantia. / A liquidação da referida comparticipação do Estado poderá ser feita em prestações, conforme preceitua o artigo 11.º do Decreto n. 21696. / Ministério das Obras Públicas, 27 de Fevereiro de 1967 – Pelo Ministro das Obras Públicas, José Filipe Rebelo Pinto, Subsecretário de Estado das Obras Públicas⁴¹.

Em 4 de Abril de 1967, com publicação no Diário do Governo, aparece-nos finalmente os melhoramentos rurais – arruamentos rurais não abrangidos pelo Plano de Viação Rural – capítulo 4.º, artigo 21.º, n.º 2. O caminho municipal n.º 1197, seria assim contemplado: *Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério das Obras Públicas, conceder, pelo Fundo de Desemprego, nos termos do Decreto n.º 21699, de 19 de Setembro de 1932, as comparticipações abaixo indicadas para execução de obras:*

À Câmara Municipal de Viana do Castelo, comparticipação de 112.500\$ (obra de construção do caminho municipal n.º 1197, da estrada municipal n.º 542 à Igreja de Mazarefes), 1.ª Fase (terraplanagens e obras de arte, na extensão de 354 m) (processo n.º 151/MR/50, cujo orçamento compreende:

<i>Mão-de-Obra</i>	<i>62.045\$00</i>
<i>Materiais</i>	<i>26.680\$00</i>
<i>Expropriações</i>	<i>60.000\$00</i>
<i>Despesas Gerais</i>	<i>1.275\$00</i>
	<i>150.000\$00</i>

Para a execução dos respectivos trabalhos é fixado o prazo até 30 de Junho de 1968, incluindo 180 dias de garantia. / A liquidação destas concessões será feita em conta corrente com a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, nos termos do Decreto n.º 21699, de 19 de Setembro de 1932, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 34337, de 27 de Dezembro de 1944, à qual compete fiscalizar se as entidades comparticipadas executam as obras de acordo com os respectivos projectos e proceder às medições dos trabalhos para efeitos de pagamento. / No recrutamento do pessoal desempregado deve ser observado o disposto da Portaria n.º 9741, de 18 de Fevereiro de 1941, competindo a sua fiscalização ao Comissariado do Desemprego, nos termos da Portaria n.º 12745 de 26 de Fevereiro de 1949, publicada no Diário do Governo n.º 39, 1.ª Série, da mesma data, devendo as

⁴¹ Diário do Governo: Segunda-Feira 13 de Março de 1967, II Série, Número 61, p. 2100.

*entidades comparticipadas comunicar o início dos trabalhos com, pelo menos, oito dias de antecedência e, bem assim, a conclusão dos mesmos*⁴².

Como se pode ler na acta da Junta de Freguesia, de 15 de julho de 1969, os referidos caminhos municipais 1196 e 1197, foram inaugurados conjuntamente com o Rio do Bate-Estacas (Conchada), em 6 de julho de 1969: *Aos 15 dias do mês de Julho de 1969, na sala de sessões desta Junta de Freguesia, compareceram os cidadãos: Miguel Gonçalves Forte, José Gomes da Cunha, António Alves da Costa Dias, respectivamente presidente, secretário e tesoureiro. Sendo 10 horas, pelo Senhor Presidente, foi aberta a sessão. Foi resolvido por unanimidade convidar os seguintes senhores: Exmo. Senhor Governador Civil; Exmo. Senhor Presidente da Câmara; Exmo. Senhor Director da Direcção de Urbanização; Exmo. Senhor Director Escolar; Exmo. Senhor Comandante da Polícia; Exmo. Senhor Comandante da G.N.R.; Exmo. Senhor Palhares Delgado, Agente Técnico; Exmo. Senhor Lauriano Martins, Agente Técnico, para assistirem à inauguração dos caminhos da Igreja e da Regadia, de um fontanário e de um rio público no lugar da Conchada, realizada em 6 de Julho de 1969. No final foi servido um copo-de-água e exaltados alguns elogios ao novo melhoramento nesta freguesia.*

A freguesia de Mazarefes é ainda servida pela estrada municipal n.º 543 (hoje Rua Extremo da OLA), que liga a E. N. n.º 13 à freguesia de Alvarães, passando por Vila Fria. Em toda a sua extensão, tem toponímia própria.

Ao falar-se de vias de comunicação, convém referir a conhecida Estrada Velha (hoje toponimicamente conhecida por Rua da Estrada Velha), antiga Estrada Real n.º 4, estrada essa que José Rosa Araújo alude no seu livro «Caminhos Velhos e Pontes de Viana e Ponte de Lima» (ver capítulo III - História). Calcorreamos parte do traçado desta “estrada velha” e verificamos que em algumas zonas, nomeadamente em Mazarefes, esse mesmo traçado apresenta-se-nos bem delineado, apesar de aí aparecerem construídas três casas e um abandonado posto de inseminação. Entramos pela E. N. n.º 203 em Darque (hoje Rua da Estação), passamos em frente à residência da denominada Quinta da Malafaia, atravessamos o ramal de caminho-de-ferro da «Portuceb» e viemos sair ao largo do cruzeiro da Avenida da Igreja. De facto, esta Estrada Velha, conforme descreve José Rosa Araújo, passava à Fábrica de moagens, hoje desaparecida, em virtude do seu último proprietário, Manuel da Silva Liquito, ter aí construído a sua moderna moradia. A moagem funciona hoje noutra local ali bem perto, num armazém construído para esse fim. É sua

⁴² Diário do Governo: Terça-Feira 18 de Abril de 1967, II Série, Número 92, p. 3269/70.

proprietária Maria Marina Ribeiro da Cunha, e mantém o mesmo nome da sua fundação, «Moagem Boa Nova».

Antes da atribuição da toponímia às artérias da freguesia, a mesma possuía quatro lugares: Conchada, Monte, Ferrais e Regadia. Os lugares de Conchada e Monte, localizavam-se a sul, fazendo fronteira com Darque, Anha e Vila Fria. A norte destes lugares apareciam, então, os de Ferrais e de Regadia, fazendo fronteira com Darque, Vila Franca do Lima e Vila Fria. Para além disso, existe uma faixa de terreno que se estende da E. N. n.º 203 até ao Rio Lima, denominada de Veiga de S. Simão e que, em tempos mais remotos, foi sede da freguesia, isto antes do fenómeno de assoreamento, que obrigaria a população a fugir para a parte alta da mesma. Fácil será concluir que a Veiga de S. Simão é hoje uma zona sem habitação, pois as águas do Rio Lima, principalmente pelo Inverno, alagam por completo essas terras, apesar dos canais aí abertos atenuarem um pouco a drenagem das mesmas.

Para preservar este património natural, a Junta de Freguesia de Mazarefes, de parceria de Vila Franca do Lima, em 19 de Junho de 1987, resolveu mandar ofícios aos Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza; Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais; Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais; e, Câmara Municipal de Viana do Castelo, solicitando uma redobrada protecção à fauna na referida Veiga: *Esta autarquia tem-se empenhado em beneficiar as zonas húmidas da Veiga de S. Simão, compreendidas no espaço geográfico desta freguesia. É nosso objectivo beneficiar ainda mais esta zona, rica em fauna e flora, e evitar que sejam cometidos atentados contra o meio ambiente. Porém, conscientes de que não conseguiremos alcançar os fins a que nos propomos, apenas com os nossos esforços, vimos, muito respeitosamente, solicitar a colaboração indispensável à criação de uma zona de protecção da fauna, na supracitada área. Crentes de que este pedido terá a melhor receptividade, apresentamos os nossos respeitosos cumprimentos*⁴³.

De lá para cá, ao longo de todos estes anos, a freguesia sofreu radicais transformações, quer a nível de vias de comunicação ou, mesmo, quer a nível de loteamentos, com a subsequente construção de novos fogos. Tomaremos como ponto de referência a construção da nova ponte sobre o Rio Lima e todo o traçado do então denominado IC1, cujas dúvidas levantadas pelo povo da freguesia criaram alguma apreensão, levando a que, a 12 de Outubro de 1987, chega-se às mãos do então presidente da Junta de Freguesia, Manuel da Silva Liquito, um abaixo-assinado com cerca de

⁴³ A este ofício foi anexada carta ortográfica à escala 1:10.000 com a zona a proteger, devidamente assinalada.

duzentas e vinte sete (227) assinaturas, encabeçado pelo pároco da freguesia, Manuel Parente Pereira: *Os abaixo-assinados, moradores na freguesia de Mazarefes ao tomarem conhecimento de que a estrada de acesso à ponte de Viana do Castelo passaria a ser uma muralha a atravessar esta freguesia, precisamente pela parte mais habitada, pois estaria destinado fazer-se em aterro que atingiria em certos locais, oito a nove metros de altura, e como tal prejudicará enormemente os interesses dos habitantes desta freguesia, vem solicitar a V. Exa. se faça interprete das nossas reivindicações perante as entidades intervenientes neste processo e desde já exija: a) que as expropriações se façam com a consulta organizada da população e previamente ao começo das obras; b) que a estrada de acesso não se faça em aterro, na “zona habitacional desta freguesia”, mas sim em pilares.* Perante o apresentado, a Junta de Freguesia por entender que o mesmo documento era de extrema importância para a defesa dos mais elementares interesses da população, num gesto de solidariedade para com a mesma população, enviou um ofício à Câmara Municipal de Viana do Castelo, achando por bem que os acessos à aludida ponte fossem construídos em pilares entre as estradas nacionais n.º 308 (Braga) e n.º 203 (Ponte de Lima), uma vez que entre elas o percurso não ultrapassa oitocentos (800) metros e, com o projecto existente na altura, levaria apenas seis obras de arte.

Em 3 de Novembro desse mesmo ano, em reunião ordinária desse mesmo dia e após detalhada análise acerca deste assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter fotocópia daqueles documentos ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, manifestando a justeza das reivindicações da Junta de Freguesia e dos seus habitantes propondo, ao mesmo tempo, que os autores do projecto encarem-se outras alternativas menos gravosas, sem que isso pudesse ou viesse a representar atraso para a execução da obra em epígrafe.

Foram, ainda, tomadas medidas no sentido de reforçar esta deliberação camarária, com reuniões levadas a cabo com o director dos Serviços Regionais de Estradas do Norte, no Porto, sendo que esta problemática seria levada à Assembleia da República, através dos deputados do PSD (Partido Social Democrático), pelo círculo de Viana do Castelo: António Roleira Marinho, Hilário Torres Azevedo Marques, António Carvalho Martins e José Francisco Amaral. Estes, por sua vez, em ofício, com data de 16 de Março de 1989, dirigido ao Secretário de Estado das Vias de Comunicação, Eng.º Falcão e Cunha, escreviam: *O traçado projectado dos acessos à nova Ponte sobre o Rio Lima, em Viana do Castelo, corta a progressiva freguesia de Mazarefes em duas metades, exactamente no aglomerado populacional, estando previsto, nesse espaço, um talude com cerca de sete (7) metros de altura. / Para minimizar tais inconvenientes, a Junta de Freguesia, defendendo*

o justo interesse da população reclama que, pelo menos, no traçado entre as E. N. n.º 203 e E. N. n.º 308, se lance a nova estrada em viaduto. / Certos que V. Exa. não deixará de mandar averiguar das razões expostas e de mandar estudar tal hipótese, apresentamos os nossos cumprimentos da maior consideração e estima. Mesmo assim, e porque o processo se tornasse moroso, a Junta de Freguesia, a conselho do deputado e Governador Civil deste distrito, António Roleira Marinho, resolveu fazer mais um abaixo-assinado (recolhidas cerca de mil assinaturas): «Os abaixo-assinados, residentes e eleitores na freguesia de Mazarefes, concelho de Viana do Castelo, vêm expor e requerer a V. Exa. o seguinte: Chegou o grande momento, por todos há muito esperado, do início das obras da nova Ponte de Viana do Castelo. Seguir-se-ão os respectivos acessos que cortarão a nossa freguesia em dois núcleos populacionais distintos, dado os volumes dos “taludes” que se prevê sejam aqui necessários! / Ora, porque nos parece possível evitar esse “monstro”, que viria tornar mais difícil a nossa vida e travar o embelezamento desta nossa querida terra, ousamos requerer a V. Exa. que, sem prejuízo da realização de obra de tamanha importância, para a região e para o país, pelos menos no traçado compreendido entre as actuais estradas 203 e 308, seja considerada a hipótese de se construir a nova estrada em viaduto, de modo a permitir uma mais rápida e fácil mobilidade da população, a haver um elevado grau de segurança para as pessoas e ainda a permitir, em condições razoáveis, o uso agrícola dos terrenos em causa. / Os mazarefenses aguardam confiantes a justa decisão de V. Exas. e saberão ficar agradecidos», desta vez dirigido ao Secretário de Estado das Vias de Comunicação, Eng.º Falcão e Cunha, com conhecimento ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Eng.º Oliveira Martins. Depois de algumas reuniões com o Eng.º Oliveira Martins, haveria de ficar no ar a promessa de que o projeto iria ser repensado, sem, contudo, deixar de alertar para o transtorno, em termos económicos, que tal alteração ao projeto poderia vir a suscitar. A partir daqui tudo seria diferente para Mazarefes: pouco depois, o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Eng.º Oliveira Martins, haveria de demitir-se e, conseqüentemente, os acessos seriam construídos em aterro.

Vejamos a toponímia atual:

AVENIDA DA CONCHADA (1) – Topónimo local. Um dos topónimos mais antigos da freguesia, atribuído, agora, ao troço da E.N. n.º 308 que vai do quilómetro 0,2 (perto do cruzamento da E. N. n.º 13) ao quilómetro 1,2 (no cruzamento com a E.M. – hoje Rua Nossa Senhora das Boas Novas).

Norberto Gonzaga, em artigo publicado no “*Arquivo do Alto Minho*”, *Vol. I*, com o título “Os três Santos de Mazarefes” faz referência a tal facto, quando escreve: “Dos lugares que constituem é o do Monte um dos mais recentes e o mais antigo o da Conchada. Aqui se elevou, entre o finar do século X e os primórdios do seguinte, a capelinha a S. Bento, algum tempo antes, portanto, da fundação do mosteiro...” – antecedendo com uma interessante revelação: “Já em 985 o nome de Mazarefes nos aparece escrito, sendo provavelmente a mais remota das freguesias, a par da Senhora das Areias”.

É evidente que o lugar da Conchada a que se refere é o que hoje é denominado de Ferrais, enquanto o do Monte tomou (erradamente) o topónimo de Conchada – do latim, o feminino de conchado, em forma de concha: *Conchatus*. **Limite:** Início – *Avenida do Monte / Fim – Largo do Armazém do Sal (Darque)*.

RUA EXTREMO DA OLA (2) – Topónimo atribuído face à confinação com o Monte da Ola, freguesias de Vila Nova de Anha e Vila Fria (<lat. *Olla*, formado de *aula*, a oficina desse artefacto – panela de barro ou vaso similar). Contudo, **A. Almeida Fernandes** (*Cadernos Vianenses*, Tomo IV, pp. 296-297) diz-nos que para se averiguar o sentido, parece-nos indispensável de facto, atender ao topónimo *Olo* (fig. do c. Amarante), 1258 Orlo IS 1157 e 1377 – um século, ou menos, depois, já Ollo SS 368 e 369 (com coalescência da proposição «de», Dollo, indubitavelmente). Cp. O topónimo Melo, 1258 Merloo IS 765 e 808> Mello. A origem de *Olo* parece, assim, estar num masculino de «olla» <orla <lat. *Orula* (com «orla» restaurada por via erudita). O primeiro daqueles documentos pareceria, à primeira vista, ser topográfico, embora se não defina bem em que aspecto, mas talvez no sentido de beira ou cerca. Ora, neste caso, é o melhor levá-lo para a fortificação castreja – uma orla, digamos, de muro. Isto concorda mesmo com as expressões complexas Outeiro da Ola e Monte da Ola, aliás aplicadas às vizinhanças do antigo Castro Mou, sobre S. Romão e Anha, etc.: expressões relativas, pois, a elevações, como o é também a de 1212 «et inde à cabeça de Olelas (Olellas) LC 257. Cp., enfim, o fr. *Orle*, o it. *Orlo*, significativo de borda, beira, precipício.

E termina Almeida Fernandes: *Na verdade, parece-me menos de entender uma designação devida a fabrico de olas ou de cerâmica vária, ou um local onde aparecia tal cerâmica, arqueológica*. **Limite:** Início – *Rua do Junqueiro (Vila Fria) / Fim – Rua Extremo da Ola (Vila Nova de Anha)*.

RUA PROJECTADA À RUA DO OLIVAL (3) – Topónimo local. Proximidade à Rua do Olival. Permite, de futuro, a atribuição de um outro topónimo. **Limite:** Início – *Rua Extremo da Ola* / Fim – *Rua do Olival*.

RUA DO OLIVAL (4) – Topónimo local, já que aí existiu um grande olival. Ainda se podem ver algumas oliveiras a facear com a rua – do latim *Olivetum*. **Limite:** Início – *Avenida da Conchada* / Fim – *Rua do Limão*.

RUA DO LIMÃO (5) – Para perpetuar o topónimo do antigo Lugar do Limão (Darque), confinante com o Lugar da Conchada – ao tempo do *Monte* (Mazarefes). Esta rua é metade de cada freguesia, tendo sido as obras de beneficiação feitas de parceria e a atribuição toponímica, de comum acordo. Apesar da tradição popular apontar para a existência de uma Quinta (do Limão, da Ló e agora do *Vale do Monte* – Turismo Rural) com grande plantação de limoeiros, não será de descorar a tese de A. Almeida Fernandes, quando a propósito do topónimo «Limão» para a freguesia de S. Lourenço da Montaria escreve: *De maneira que me parece de encarar em Limão um antigo Limião (Limiano, derivado de Limia, a forma antiga de Lima): prédio de um Limiano ou de gente proveniente de Limia (assim chamada a região do Lima superior, na Galiza): cp. Limões <ant. Limianos, c. Ribeira de Pena. (Cadernos Vianenses, Tomo V, p. 203)*. Exemplos de designação individual são 1258 Pedro *Limiano* IS 300 e 1258 Domingos *Limiano* IS 480, isto é, «Limão» (Limião). O topónimo tem, pois, poucas probabilidades de ir além de familiar – citamos A. Almeida Fernandes. **Limite:** Início – *Rua do Limão (Darque)* / Fim – *Rua Extremo da Ola*.

BECO DAS PINHEIRAS (6) – Topónimo atribuído ao local por inerência da alcunha de uma das mais antigas famílias do Lugar da Conchada. Negociantes de pinhas bravas, delas extraíam os pinhões para as sementeiras e vendiam as pinhas para aquecimento dos fornos das padarias – daí, o apelido das “Pinheiras”. É aí, nesse local, que os descendentes das «Pinheiras» construíram as suas habitações e o troço que dá acesso às referidas habitações sempre foi conhecido pelo “Caminho das Pinheiras”. A atribuição de «Beco» é por não ter saída. **Limite:** Início – *Rua do Olival* / Fim – *Sem saída*.

BECO DOS LAVANDEIRAS (7) – Um dos topónimos mais antigos neste local, tendo origem em apelido familiar. A referência ao “Sítio dos Lavadeiras” encontra-se em escrituras antigas e é um dos topónimos que faz parte da relação feita pelo Pe. Artur

Coutinho (ver Introdução). Este troço dá acesso a duas habitações que foram construídas num dos topos de uma bouça que sempre foi conhecida pela “Bouça dos Lavadeiras”. Este apelido familiar ainda hoje continua existindo a “casa-mãe” na Rua do Limão, hoje propriedade de José Barbosa Lavadeira e de sua esposa Deolinda Salgado da Silva Lavadeira, casa essa em cujo quintal estão colocados dois marcos de divisão com as freguesias de Darque e Vila Nova de Anha. Um dos marcos ostenta na parte superior a coroa, formando o conjunto de coroa e escudo, em alto relevo, a bandeira nacional que vigorou de 1830 a 1910. **Limite:** Início – *Rua do Olival* / Fim – *Sem saída*.

RUA DO SOL (8) – Topónimo antigo. Do latim *sol*, sōlis. Pela excelente exposição ao Sol, antiga bouça na encosta do Monte do Calvário, aí seria construído um bairro e que os moradores baptizariam de “Bairro do Sol”. Daí, Rua do Sol, para perpetuar o topónimo e a vontade das gentes que aí construíram os seus lares. **Limite:** Início – *Avenida da Conchada* / Fim – *Rua Extremo da Ola*.

BECO JOSÉ ALVES FERREIRA (9) – uma das figuras ilustres de Mazarefes. **Limite:** Início – *Rua do Sol* / Fim – *Sem saída*.

RUA DO BATE-ESTACAS (10) – Topónimo Local. Inicialmente denominada de “Projectada à Avenida da Conchada. Esta artéria era conhecida, antigamente, pelo “Caminho do Bate-Estacas” em virtude de dar acesso a um ribeiro com o mesmo nome e onde havia um lavadouro público, extinto no princípio dos anos oitenta, aquando do aparecimento da rede pública de abastecimento de água e, conseqüentemente, das máquinas de lavar. Este ribeiro e lavadouro (presentemente cobertos de silvas) ficam situados junto à linha dos caminhos-de-ferro, bem próximo dos limites com a freguesia de Darque. Há várias versões para este topónimo, mas as mais plausíveis são as duas que apontam no sentido de a linha do caminho-de-ferro, naquela zona, ter sido construída em cima de estacas, face à abundância de água o que torna o terreno pantanoso e à estacaria para criar o leito da nascente e conduzir a água ao lavadouro passando por baixo da linha do caminho de ferro através de um túnel para o outro lado em direcção à Quinta, junto à Estrada Velha e às Breias. **Limite:** Início – *Avenida da Conchada* / Fim – *Rua Manuel Vaz Coutinho*.

RUA MANUEL FERREIRA TORRES (MIRA) (11) – Topónimo de homenagem aos imigrantes da diáspora da Galiza e à profissão de fogueteiro. Outra das figuras ilustres

de Mazarefes. (Ver também *Beco do Fogueteiro*). **Limite:** Início – *Avenida da Conchada* / Fim – *Sem saída*.

BECO DO FOGUETEIRO (12) – Topónimo local – Casinha do Fogueteiro. Estradão que dá acesso à única e pequena casa, hoje restaurada e habitada, e que foi uma pequena oficina do fogueteiro Manuel Ferreira Torres (Mira), de cuja rua, com o mesmo nome, parte o referido estradão. **Limite:** Início – *Rua Manuel Ferreira Torres (Mira)* / Fim – *Sem saída*.

BECO DAS CASTELAS (13) – Toponímia local que advém da Bouça da Castela (ou das Castelas – ainda hoje os que foram ou que ainda são proprietários destas bouças, são apelidados dos das «Castelas»). A propósito escreveu *A. Almeida Fernandes, nos Cadernos Vianenses, Tomo VI, p. 326: Deve ter sido Bouça de Castela (sem artigo: ver Bouça do Gomes); e, quanto à antiguidade, ver Cortinha da Castela. Entendo pouco de crer antroponímico o elemento Castela; mais naturalmente arqueológico.* Outra versão advém da mãe do Abade Matos, Antónia da Piedade de Passos Pereira Maciel, proprietária que foi duma das maiores áreas de bouça e terrenos existentes neste lugar, ser natural da freguesia de Castelo do Neiva e ter casado com Francisco António de Matos, natural desta freguesia de Mazarefes e, por inerência desse mesmo casamento, passou a ser a “Castela” – as “Castelas” por descendência (Ver Rua Abade Matos). **Limite:** Início – *Rua Manuel Ferreira Torres (Mira)* / Fim – *Sem saída*.

RUA PROJECTADA DE BONSUÍNHOS (14) – Topónimo local (Ver Rua de Bonsuínhos). Denominada de Projectada para que, de futuro, se possa atribuir outro topónimo. **Limite:** Início – *Rua das Travessas* / Fim – *Rua Manuel Ferreira Torres (Mira)*.

BECO DAS TRAVESSAS (15) – Topónimo atribuído a uma reentrância viária num loteamento que fazia com a Rua das Travessas. **Limite:** Início – *Rua das Travessas* / Fim – *Sem saída*.

RUA DAS TRAVESSAS (16) – Topónimo antigo. Do nome comum «travessa», mas não em qualquer das acepções actuais. Aparecem «leiras travessas» (1068, Lid. Fid. 247; PMH–Inq. 370°); «casa travessa» (1070 PHM–Dip. 492) e «paço travesso» (1132, DMP–Rég. 346), «regio travesso» (1258, PHM–Inq. 370); e ainda «travessa donega» (1068, L. Fid. 243) e «travessa» como propriedade individual: 1061 «fore in longo in ilas

travessas de Donon Eriguiz (PHM –Dip. 430), e no sentido de passagem por montes: 1258, «am a guardar as travessas do monte» (PHM–Inq. 375) – A Almeida Fernandes, Roteiro de Viana, 1975.

Antigo “Caminho das Travessas”, caminho transversal que faz fronteira com a freguesia de Vila Fria. Do latim «2. Rua ou caminho transversal: *via transversa*, Liv.; *transversus trames*, Liv. (cf. *Viela*) 3. V. *travessia*». Na actual delimitação da freguesia, esta rua funciona como limite com a freguesia de Vila Fria, apesar de os marcos obliquarem aqui e acolá. *Limite*: Início – *Rua Extremo da Ola* / Fim – *Rua de Bonsuínhos e Rua Agostinho Paulino*.

RUA DE BONSUÍNHO (17) – Topónimo antigo. Este topónimo é um fenómeno degenerativo na linguagem popular proveniente de *Boucinhas* ou *Bouçoinhas*, pequenas bouças. Segundo *A. Almeida Fernandes (Toponímia de Ponte de Lima, Volume II, pág. 41)* *Boucinha, Boucinhas, outro diminutivo, com -inha, (< “ia” < -ina); Bouçoinhas, equivalente, mas de “bouçola” (bauzolina no lat. tabeliónico), derivado de “bouça” + ola, a comparar com “lairona” 1086 LF 121 (“leiroinha”), Casainho, Candainho, etc. (sincope do -l-); Bouço, derivado impróprio de “bouça” + ola (> -ao >-ó), ou de forma anterior; Boução e Bouções, aumentativo de “bouço”*. *Limite*: Início – *Avenida do Monte* / Fim – *Rua das Travessas e Rua Agostinho Paulino*.

RUA AGOSTINHO PAULINO (18) – Figura ilustre de Mazarefes. *Limite*: Início – *Avenida do Monte* / Fim – *Rua das Travessas e Rua de Bonsuínhos*.

RUA MANUEL VAZ COUTINHO (19) – Figura. Ilustre de Mazarefes. *Limite*: Início – *Avenida da Conchada* / Fim – *Rua Avelino Sousa e Avenida da Igreja*.

CALÇADA DO CALVÁRIO (20) – Topónimo local. Trata-se de uma devoção pós-medieval, tardia (séc. XVIII), em certos aspectos, – os cortejos ululantes e atridos, implorativos da misericórdia divina contra as pragas e calamidades naturais e humanas (*clamores* > «chamores», e «ladaeiros» <lat. *Litanarios*), com paralelismo total na Idade Média (esses mesmos *clamores* e *litanarios*, que originaram os topónimos Chamor, ou a sua variante, e Ladário, ou a sua variante popular mais perfeita). Os «calvários», sem alheamento dessa finalidade piedosa, tinham-na, sobretudo de comemorar ou participar nas cerimónias quaresmais, que culminavam na comemoração e «participação» na Paixão de Cristo, sobretudo a Via Sacra e, já antes desta devoção, a Procissão dos Passos.

É o ponto mais alto da freguesia, onde existem apenas dois cruzeiros e bases de outros. Foi aí que foi colocado o depósito de abastecimento de água. **Limite:** Início – *Avenida da Conchada* / Fim – *Sem saída*.

RUA JOSÉ ALVES PEREIRA (21) – Figura ilustre de Mazarefes. **Limite:** Início – *Avenida da Conchada* / Fim – *Rua Manuel Vaz Coutinho*.

RUA MANUEL DA SILVA LIQUITO (22) – Figura ilustre de Mazarefes. **Limite:** Início – *Rua Senhora das Boas Novas* / Fim – *Rua Avelino Sousa, Rua Maria Júlia Bourbon e Rua José Gonçalves Rato*.

RUA AVELINO MARTINS DE SOUSA (23) – Figura ilustre de Mazarefes. **Limite:** Início – *Avenida da Igreja* / Fim – *Rua Maria Júlia Bourbon, Rua Manuel da Silva Liquito e Rua José Gonçalves Rato*.

RUA DA ESTRADA VELHA (24) – Antiga Estrada Real (Ver também Rua das Breias). Escreveu José Rosa Araújo no seu livro “Caminhos Velhos e Pontes de Viana e Ponte de Lima”: *Se quiséssemos seguir para o Porto, logo defrontaríamos a fachada da fábrica de louça, ao pé do rio, aonde vinham as barcaças com barro de Lisboa – barracão ainda hoje visível, de onde saíram essas peças de encanto para os olhos, enlevo dos colecionadores, fundada em 1774 e que veio a fechar as portas em 1885. Seguiu a estrada por chão de areia até ao cruzeiro do cemitério de Darque e dali cortava para S. E. cortando a actual estrada pública. Ia passar em frente ao portal da Quinta da Estrela e obliquava para o rio, devendo sobre o seu leito estar construída a estação dos Caminhos de Ferro de Darque. Dali para a frente, no meio de bouças, ainda se distingue o largo caminho, vedado num e noutro pontos.*

É fácil, segui-lo até uma fábrica de moagens já na freguesia de Mazarefes e dali em diante, até à Ponte Seca, na freguesia de Vila Fria deparava-se-nos uma bifurcação: o caminho que virava para o sul ia para o Porto e o outro, que rompia através de pinheirais, ia para Braga. [...]. **Limite:** Início – *Avenida da Igreja* / Fim – *Rua da Malafaia (Darque) e Rua das Breias*.

RUA DAS BREIAS (25) – Topónimo local. Nitidamente a toponímia do nome comum arcaico «verea» <lat. *Vereda* que designava uma via de qualquer tipo (isto é, não tinha o restrito sentido do nosso vocábulo actual «vereda», de origem erudita): 906 «usque

in *estrada de vereda*» DC 13, e 911 «*via quam dicunt de vereda*» LF 19 são exemplos em que «vereda», se não é já topónimo, começa a funcionar como tal (visto que com aquele nome ocorre a menção da via ou da estrada que originou essa mesma designação Vereda). *Esta toponímia define nitidamente duas ou três vias. Uma atravessava a planície do sul do Lima (vindo de Braga ou de Portucale), pelos pontos Breia de Capareiros, Mujães, Vila Fria e Mazarefes, atravessava o «porto» de Darque-Viana e continuava, agora ao longo do litoral, entre o mar e a costa hercínica paralela, pelos pontos Sobreia («sô Vereia, com «sô» <lat. Sub), na Areosa, e Breia em Carreço e Afife, em direcção à foz do Minho [...] – A Almeida Fernandes. *Cadernos Vianenses, Tomo IV, pp. 267-268*. Esta rua cruza com a antiga Estrada Real – subentendesse Lugar das Breias, precisamente pela <lat. *Vereda(s)* que designava via(s) de qualquer tipo (Breias), como nos afirma Almeida Fernandes. **Limite:** Início – Avenida S. Nicolau / Fim – Rua da Estrada Velha e Rua da Malafaia (Darque).*

AVENIDA DE S. NICOLAU (26) – Actual padroeiro (patrono) da freguesia: Bispo de Mira (Dembre, na actual Turquia), celebrizou-se pelo zelo pastoral e pela sincera bondade que o levaram a obter milagres tanto em vida como depois da morte. Em 1087 as suas relíquias foram transferidas para Bari, na Itália. É dos santos mais populares da cristandade, mas não estão criticamente documentados quer o relato da sua vida quer o elenco dos seus milagres. S. Nicolau é um dos temas mais fecundos, sendo representado com as insígnias episcopais e com um livro (símbolo da sabedoria, de que teria dado provas no Concílio de Niceia) ou três jovens numa tina (por ele ressuscitados) ou com três bolsas (em memória do dote que deu a três donzelas para as livrar da desonra). Em Mazarefes, S. Nicolau aparece-nos com as insígnias episcopais e com o livro, tanto na imagem do altar como na de pedra, no nicho, a encimar a porta principal da igreja paroquial, com o seu nome.

Num documento de 1551, o paralelismo dos padroeiros e bem notório. Com o assoreamento das partes baixas – a zona ribeirinha de S. Simão – e a conseqüente procura da então capela do Paço pode-se ler: *S. Simão da Junqueira que às vezes também se chama de S. Nicolau de Mazarefes* (Ver, também, Rua de S. Simão). **Limite:** Início – Estrada Nacional (Vila Franca) / Fim – Avenida da Estação (Darque).

BECO DO PAÇO (27) – Toponímia local. A. Almeida Fernandes relaciona o topónimo «Paço» *de facto, com fraca margem de erro, devem ser os casos de Capareiros (Couto arquiépiscopal por doação de nobres, 1126 LF 460, e 1258 IS 319), MAZAREFES*

(domínio condal no séc. X doado a um mosteiro galego pelo conde seu dono, 985 AP 150 e 1220 IS 229 e 1258 IS 315) [...] – *Cadernos Vianenses, Tomo IV, p. 298. Limite:* Início – *Avenida de S. Nicolau/ Fim – Sem saída.*

RUA DA ESCOLA PRIMÁRIA (28) – Implantado o loteamento inicialmente denominado da “Celnorte” e mais tarde da “Portucel”, já que foi essa empresa de celulose que mandou construir o referido bairro para aí alojar os seus trabalhadores, impôs-se a construção de uma nova escola primária, que viria a ser inaugurada em 1989, para fazer face às necessidades estruturais. A partir de 2003 passa a funcionar, também, o Jardim-de-infância, até então instalado nos baixos da Sede da Junta de Freguesia. Esta é a rua que dá acesso à referida Escola. *Limite:* Início – *Rua Artur Pedro Silva Domingues e Beco do Mourão / Fim – Rua Artur Pedro Silva Domingues.*

RUA ARTUR PEDRO DA SILVA DOMINGUES (29) – Figura ilustre de Mazarefes. *Limite:* Início – *Rua de Ferrais / Fim – Rua de Ferrais.*

RUA FRANCISCO RODRIGUES DE CARVALHO (30) – Figura ilustre de Mazarefes. *Limite:* Início – *Rua de Ferrais / Fim – Rua Artur Pedro Silva Domingues.*

RUA JOSÉ RODRIGUES DE ARAÚJO COUTINHO (31) – Figura ilustre de Mazarefes. *Limite:* Início – *Rua de Ferrais / Fim – Rua Artur Pedro Silva Domingues.*

RUA JOSÉ DE ARAÚJO VAZ COUTINHO (32) – Figura ilustre de Mazarefes. *Limite:* Início – *Rua de Ferrais / Fim – Rua Artur Pedro Silva Domingues.*

RUA DOMINGOS RODRIGUES DE ARAÚJO COUTINHO (33) – Figura ilustre de Mazarefes. *Limite:* Início – *Rua de Ferrais / Fim – Rua Artur Pedro Silva Domingues.*

RUA DE FERRAIS (34) – Toponímia de «ferro» (< lat. *ferru-*). Alguns casos são profissionais (por alcunha e daí apelidos depois), como Ferrador, Ferrão, Ferrazes, Ferreiros e Ferreiras e até Ferros. Ferradores (ainda hoje existem famílias que são conhecidas e referenciadas como sendo dos “ferradores”, pelos seus antepassados terem sido ferreiros) de Mazarefes – Ferrais, como Lugar. *Limite:* Início – *Avenida de S. Nicolau / Fim – Avenida da Igreja.*

AVENIDA DA IGREJA (35) – Topónimo comum a quase todas as freguesias. Esta toponímia é, em geral, recente, apesar de haver localidades com essa designação remota (sobretudo se se tratava de um pequeno templo, «egrejó» <*ecclesiola*, e daí Grijó e, nesta toponímia, Cajó).

Avenida com duas faixas, passeios laterais e um separador central. O topónimo serve para perpetuar a Igreja Paroquial de S. Nicolau de Mazarefes, estando no outro extremo da Avenida o antigo cruzeiro, dessa mesma igreja. Esta Igreja, nos primeiros tempos da sua edificação, constituía o mosteiro do cenóbio, aqui fundado pelos monges beneditinos de Santiago de Compostela, depois da doação de D. Telo, vassalo do rei de Leão. Toda a extensão da avenida sempre existiu e remonta à fundação da “casa-mãe” do Couto de Mazarefes, ligando a igreja à antiga estrada real, local de passagem obrigatória dos peregrinos para Santiago de Compostela e por onde passou a rainha D. Maria II, vinda de Barcelos em direcção a Viana do Castelo, em 1852 (Ver Rua da Estrada Velha e Rua das Breias).

A avenida foi construída em 1989, sendo inaugurada em 2 de Dezembro desse mesmo ano pelo Governador Civil de Viana do Castelo Roleira Marinho, pelo Bispo da diocese D. Armindo Coelho e pelo Presidente da Câmara Carlos Baptista. **Limite:** Início – *Rua Abade Matos* / Fim – *Rua Avelino Sousa e Rua da Estrada Velha*.

RUA MARIA JÚLIA BOURBON (36) – Figura ilustre de Mazarefes. **Limite:** Início – *Avenida da Igreja* / Fim – *Rua Avelino Sousa, Rua Manuel da Silva Liquito e Rua José Gonçalves Rato*.

RUA DA CARNIÇARIA (37) – Este topónimo está eventualmente ligado à célebre contenda entre Rui Pereira, senhor do Paço de Mazarefes, e Isabel da Silva, do Paço de Vila Fria, junto ao castro de Sabariz. Rui Pereira foi um homem de temperamento destemido e prepotente: acoberto pelo favor da Corte e dos bens paternais, deixou episódios para recordar aos vindouros quase lendários. E o caso com Isabel da Silva, atesta bem esse seu temperamento: Rui Pereira roia-se de amores por Isabel. Porque a sua apaixonada não correspondesse ao ímpeto da cegueira dos seus amores, Rui Pereira resolveu raptá-la pela calada da noite de 5 de Agosto de 1590.

Capitaneou um grupo de oito ou dez homens, parentes, amigos e seus servidores, todos bem armados com espingardas, arcabuzes e espadas, com cascos na cabeça. Dirigiram-se ao Paço de Vila Fria, do falecido Jerónimo de Alpuim, onde se encontravam a viúva D. Belisenda da Silva, a sua filha Isabel (na altura com vinte anos) e um filho de

treze anos. Cercaram o Paço, bateram à porta fazendo-se passar por oficiais de justiça. Franqueada a entrada, arrombaram as portas interiores, espancando os criados. Ao barulho e aos gritos da criadagem acudiram outros. Saltaram da cama D. Belisenda e sua filha pretenderam arrastá-la para fora, mas porque ela gritasse e se defendesse corajosamente, Rui Pereira, já desalentado do seu intento e da resistência oferecida por sua amada, para se vingar dos seus amores contrariados, cortou-lhe o nariz. Perante tal arrepiante cenário deu-se a fuga precipitada, assistindo-se aos disparos em vão das espingardas e arcabuzes dos raptos.

Deste escandaloso atentado chegou a notícia à Corte, baixando logo ordem para que o Doutor Luís Galvão, desembargador dos Agravos na Relação do Porto, fosse tirar devassa a Vila Fria, ficando os principais culpados Rui Pereira e seu primo Jácome Pereira, Francisco Rocha Cardoso, o galego Bobeta, os criados e o escravo de Rui Pereira, António Martins, seu filho Paulo e o escravo António por alcunha «O Cerveira» Pedro Álvares, sua mulher Inês Antunes e o criado de Nuno Álvares Pereira. A sentença foi proferida em Barcelos a 12 de Dezembro de 1590, e a justiça não se deixou enternecer com a qualidade dos fidalgos acusados. A fuga para a Índia valeu a Rui Pereira e ao seu primo Jácome Pereira não subirem ao patíbulo. Apesar das crónicas da época afirmarem que os restantes réus, depois de andarem condenados pelas ruas de Barcelos, com baraça ao pescoço, sendo açoitados e condenados às galés, é da tradição popular na freguesia que os mesmos foram executados numa bouça contígua ao portal da Quinta do Paço de Mazarefes, onde hoje existe o loteamento da Sede da Junta de Freguesia, passando esse local a ser conhecido pelo sítio da “carniçaria”. **Limite:** Início – *Avenida da Igreja* / Fim – *Rua José Gonçalves Rato*.

RUA JOSÉ GONÇALVES RATO (38) – Figura ilustre de Mazarefes. **Limite:** Início – *Rua do Passal e Rua do Cruzeiro* / Fim – *Rua Avelino Sousa, Rua Maria Júlia Bourbon e Rua Manuel da Silva Liquito*.

RUA DO CRUZEIRO (39) – Topónimo local. [Kruzéjru]. *s. m.* (De *cruz* + suf. – *eiro*. Cruz grande de pedra, colocada em encruzilhadas, praças, nos adros de algumas igrejas, em caminhos... (*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa).

Rua que liga a Rua Senhora das Boas Novas – onde existe um Cruzeiro, ao qual a tradicional procissão em honra da Senhora das Boas Novas dá a volta, para de novo regressar à capela – à Residência Paroquial. Junto à Residência partem depois as ruas do

Passal e de José Gonçalves Rato. Ainda hoje há famílias que são conhecidas como sendo do “Cruzeiro”, face à proximidade das suas residências, com o mesmo. **Limite:** Início – *Rua José Gonçalves Rato e Rua do Passal* / Fim – *Rua Senhora das Boas Novas*.

RUA DO PASSAL (40) – Topónimo Local. Novo estradão, aberto para fazer ligação da Rua Abade Matos (que faz ligação da Igreja Paroquial de S. Nicolau à capela de Nossa Senhora das Boas Novas) à Residência Paroquial. *Passal*, s. m. Terra anexa e pertencente à casa do pároco ou prelado (Ver Rua Abade Matos). **Limite:** Início – *Rua Abade Matos* / Fim – *Rua José Gonçalves Rato e Rua do Cruzeiro*.

RUA ABADE MATOS (41) – Figura ilustre de Mazarefes. É considerado o maior benemérito da freguesia. **Limite:** Início – *Rua Senhora das Boas Novas* / Fim – *Avenida da Igreja*.

RUA DE S. BENTO (42) – Topónimo local. 1077 «*triumphatoribus sanctis sancti Benediti...*» DC 542. Trata-se do grande patriarca de uma corrente monástica que se transformou numa das ordens regulares mais notáveis – se não a mais importante. Como não mártir, antes do séc. XI-XII, não devia S. Bento ter templos próprios; mas, como se vê do documento apresentado (1077), foi então que eles começaram chegando a ponto de criar-se cedo o hagiotopónimo: 1258 «*super Sancto Benedicto*» IS 940, já não recente nesse ano. Séculos antes, porém, um caso como 911 «*sub regula Sancti Benedicti*» nada tem com templo, respeitando a um mosteiro que seguia a sua regra, mas de cuja a igreja não era titular.

Termina A. Almeida Fernandes (*Cadernos Vianenses*, Tomo VII, p. 200): *Como Mazarefes foi Couto do mosteiro beneditino de Ante Alteres (Compostela) desde 985 AP 149, o facto leva-nos a concluir uma fundação local por esse mesmo mosteiro. Já encontramos o caso de Santoinho, que é análogo, etc.* **Limite:** Início – *Rua Senhora das Boas Novas* / Fim – *Rua Abade Matos*.

RUA SENHORA DAS BOAS NOVAS (43) – Topónimo local. Estrada Municipal que confina com a capela com o mesmo nome (ver cap. VII *Monumentos e Património*). **Limite:** Início – *Avenida de S. Nicolau* / Fim – *Avenida da Conchada e Avenida do Monte*.

RUA DE S. SIMÃO (44) – Topónimo local. 1150 «*de Sancto Simeon de Junqueira*» CB 23; 1220 «*de Sancto Simeone de Junqueira*» IS 28; 1258 «*Couto*»

Sancti Simeonis de Mazarefes» IS 315; 1290 «freguesia de Sam Simhom de Junqueyra». 959 «prius in ecclesia positos sanctos apóstolos Simon» DC 76. A documentação em epígrafe pertence à actual freguesia de Mazarefes, onde ainda se tem o mero hagiotopónimo São Simão e uma recordação material da primitiva igreja da paróquia, que se dedicou a S. Simão (mudada, depois, para o lugar actual, com o título de S. Nicolau – ou uma igreja deste santo tomada como paroquial, depois de abandonada a de s. Simão no sítio de Junqueira, mais à beira do Lima). De acordo com essa primitiva localização, vigora ainda o topónimo complexo Veiga de S. Simão. **Limite:** Início – *Avenida de S. Nicolau / Fim – Praia Fluvial.*

RUA DAS FONTINHAS (45) – Fontinhas ou *Fontainhas*. Do n. comum «fontainha» (< lat. fontanina), que tanto podia ser uma fonte como o arroio que dela se formava: «per illas fontaninas et inde par ipsum arrogium» (DMP–Part. 4); 1258, «poilo ribeiro das Fontainhas a fundo» (TT – Inq. De D. Dinis, L. 4 fl. 35 v.) – *AAF*. Antigo caminho que dava acesso a três pequenas fontes onde o gado bovino e caprino se saciava no regresso das pastagens na Veiga de S. Simão. Hoje, essas fontes estão subterradas. **Limite:** Início – *Avenida de S. Nicolau / Fim – Caminho Florestal.*

RUA DO VERMUI (46) – Toponímia local. **862 Vermudus DC 9; 919 Veremudus DC 23; 1063 Veremundus DC 437; 1081 Vermuu DC 594.** *Vermuim*, com a escrita «oficial» mal orientada *Vermoim* (como quase tudo o que é oficial, sobretudo na toponímia), é um topónimo bastante frequente no Norte, o que concorda com a própria frequência do uso do respectivo antropónimo.

Trata-se do genitivo Veremundi sc. «villa» de Veremundus (baira+munths), nada tendo com um diminutivo Vermudinus, como do acento se poderia julgar.

*Notável que a documentação exposta, com inversão cronológica que demonstra a oscilação que a evolução sofria ainda entre os séc. IX e o XI (neste parece que concomitantemente com a própria evolução, já plenamente romance, Vermuu> Vermuo), nos assevera as fases da evolução fonética: Veremundi> Veremudi> Vermudi (> Vermui> Vermuim – A. Almeida Fernandes. *Cadernos Vianenses*, Tomo V, p. 196. **Limite:** Início – *Avenida de S. Nicolau/ Fim – Caminho Florestal.**

RUA MARIA LUIZA DE CARVALHO (47) – Figura ilustre de Mazarefes. **Limite:** Início – *Avenida de S. Nicolau / Fim – Largo da Regadia.*

RUA SOUTO DO ABADE (48) – Topónimo antigo. Local onde se vislumbrava um frondoso e repleto Souto de carvalhos e sobreiros, pertença de um Abade residente nesta freguesia. *Limite:* Início – *Rua Professora Isabel Ferreira de Sousa* / Fim – *Rua Maria Luiza de Carvalho*.

RUA DOS MOINHOS (49) – Antigo caminho que dava acesso ao ribeiro do Ermígio, cujo elevado caudal de água fazia funcionar os moinhos, ali existentes. Um dos moinhos pertence à Junta de Freguesia e prevê-se o seu restauro, com a finalidade de servir de peça “museológica”, de forma a proporcionar às crianças das escolas um contacto presencial dos aspectos etnográficos daquele local. Ao contrário dos moinhos de água «azenhas» – do termo árabe *acenia*, ou *azenha* – de roda vertical (como é o caso da Azenha do Artur de Matos, junto à Fonte Branca), estes moinhos de água – derivado do étimo latino *molinas* – são de roda horizontal, de rodízio, com penas. *Limite:* Início – *Rua Senhora das Boas Novas* / Fim – *Rua Souto d’Abade*.

RUA PROFESSORA ISABEL FERREIRA DE SOUSA (50) – Figura ilustre de Mazarefes. *Limite:* Início – *Rua Senhora das Boas Novas* / Fim – *Rua Maria Luiza de Carvalho*.

RUA DO SOUTO (51) – Antigo caminho ladeado por um Souto. É também um dos topónimos mais antigos. Aliás, vulgar em muitas freguesias de Viana do Castelo e por esse país fora. Seguimento do antigo “Caminho do Souto do Abade”. *Limite:* Início – *Rua da Regadia* / Fim – *Rua Professora Isabel Ferreira de Sousa*.

RUA DA REGADIA (52) – Lugar de maior abundância de água – existe escrituras antigas de partilhas de água –, o que facilitava o regadio dos campos (ver Rua das Presas). *Limite:* Início – *Rua Senhora das Boas Novas* / Fim – *Caminho das Muradas (Vila Franca)*.

RUA DA FONTELA (53) – Topónimo antigo. Caminho ladeado por algumas pequenas fontes, provenientes da água excedente da “fonte-mãe” junto à Quinta do Dr. Francisco Pitta (Ver Rua, com o mesmo nome). Estas fontes secavam, quando o caudal diminuía na “fonte-mãe”. *Limite:* Início – *Rua da Regadia* / Fim – *Sem saída*.

BECO DE JOSÉ LIQUITO (54) – Antigo Lugar das Penas. Figura ilustre de Mazarefes. *Limite:* Início – *Rua da Regadia* / Fim – *Sem saída*.

LARGO DA REGADIA (55) – Topónimo local. É o largo central ao antigo Lugar da Regadia, e onde se concentravam e concentram pessoas ao Domingo para conviverem. Nesse mesmo largo, a ladear os portais das casas, ainda hoje existem bancos maçadouros. *Limite:* Início – *Rua José Gomes da Cunha* / Fim – *Rua José Gomes da Cunha*.

RUA JOSÉ GOMES DA CUNHA (56) – Outra das figuras ilustres de Mazarefes. *Limite:* Início – *Largo da Regadia* / Fim – *Rua das Presas e Rua Prof. Carvalho (Banda do Carvalho)*.

RUA PROFESSOR CARVALHO (BANDA DO CARVALHO) (57) – Para perpetuar a memória da “Banda do Carvalho” e o seu fundador, o professor primário “António Alves de Carvalho”, outra das figuras ilustres de Mazarefes. Início – *Limite:* Início – *Rua das Presas e Rua José Gomes da Cunha* / Fim – *Caminho de Fontão (Vila Franca)*.

RUA DO REDONDELO (58) – Topónimo local. [...] *Como há em Mazarefes Redondelo e Redondo, aquele que deve ser aí um diminutivo toponímico, ou seja, um topónimo determinado por Redondo e não pelo elemento ou factor que criou este. Tal ilação, todavia, não é definitiva.*

Existem vários topónimos com o elemento qualificativo «redondo» (Campo Redondo, Lama Redonda, Souto Redondo, etc.), pode tratar-se de casos de elisão de substantivo (como Cavaleira, Pedrinha, Serrubada, etc.).

Todavia, pode tratar-se também da elisão toponímica de uma expressão tópica como «marco redondo», embora pouco crível – sendo a expressão de 1258 relativa a Anha «in Redondelo de lo marco a suso» (também em Mazarefes, esta rua tem um marco – limite com Vila Franca do Lima) uma simples coincidência, isto é, sem significar qualquer relação entre Redondelo e «marco». Em todo o caso, é de admitir aquela possibilidade arqueológica.

*Tal como em Mazarefes, houve em Santa Marta os topónimos Redondo e Redondelo, mas este (certamente diminutivo toponímico daquele) desaparecido ou, melhor, substituído por Comprondelo, que é quando a mim, e muito claramente, uma aglutinação de Campo Redondelo (ou Campo de Redondelo – A. Almeida Fernandes. *Cadernos Vianenses*,*

Tomo IV, p. 307. Contudo, o mesmo A Almeida Fernandes, em artigo publicado no Roteiro de Viana, 1975, escreve que *Redondelo* não deve significar «padrão», porque os padrões limitavam os coutos [...] Em Mazarefes, neste local existe um «padrão» do secular Couto de Mazarefes, o que justifica, de certa forma, a atribuição de tal topónimo. **Limite:** Início – *Rua Prof. Carvalho (Banda do Carvalho)* / Fim – *Caminho Florestal*.

RUA DAS AZENHAS (59) – Antigo caminho que dava acesso às diversas azenhas, então existentes ao longo do curso do rio do Ermígio até ao Ribeiro, sendo a mais conhecida a “Azenha do Artur Matos” (Ver Rua do Ermígio). **Limite:** Início – *Rua Prof. Carvalho (Banda do Carvalho)* / Fim – *Caminho Florestal (Vila Fria)*.

RUA DAS PRESAS (60) – Topónimo Local. Esta artéria da freguesia sempre foi conhecida por “Caminho das Presas”. Ainda hoje existe o açude e as respectivas comportas para encaminhamento das águas para rega (ver Rua da Regadia). **Limite:** Início – *Rua Senhora das Boas Novas* / Fim – *Rua José Gomes da Cunha e Rua Prof. Carvalho (Banda do Carvalho)*.

RUA RIO DO FERREIRO (61) – Topónimo de homenagem. Aqui existiu antigamente uma pequena oficina de Ferreiro. O percurso da actual rua era leito do ribeiro do Ermígio, com andaime lateral. Este pequeno percurso era conhecido pelo *Rio do Ferreiro*. **Limite:** Início – *Rua das Presas* / Fim – *Rua da Regadia*.

LARGO DAS BOAS NOVAS (62) – Toponímia muito antiga. Enorme largo mesmo em frente à Capela de Nossa Senhora das Boas Novas, o qual engloba um pequeno troço da Estada Municipal (Ver Rua da Senhora das Boas Novas). **Limite:** Início – *Rua Senhora das Boas Novas* / Fim – *Rua Senhora das Boas Novas*.

RUA DO ERMÍGIO (63) – Topónimo local. Ermígio, Ermijo. **915 Ermoigio LF 14; 1076, Ermigius LF 100.** O próprio n. pessoal de origem germânica, usadíssimo até ao séc. XII-XIII, Ermoigius (*airmans+weig*). Nome atribuído ao ribeiro a partir da Fonte Branca. **Limite:** Início – *Largo do Bicho* / Fim – *Rua das Presas*.

RUA CIRURGIÃO MATOS (64) – Muito pouco se sabe a propósito deste ilustre cidadão de Mazarefes. Sabe-se que se chamava Francisco António de Matos, era filho de José António de Matos e de Maria Barbosa de Almeida, neto paterno de José António de

Matos e de Maria Rodrigues do Lugar de Ermígio, e materno de Simão António Barbosa de Almeida e de Rosa Teresa de Miranda, e que nasceu na freguesia de Mazarefes a 7 de Abril de 1838. Foi baptizado no dia 14 desse mesmo mês e ano, sendo padrinhos Francisco António de Matos e Maria Rodrigues, viúva, avó paterna. Formou-se em cirurgia na Escola do Porto e, já com mais de 30 anos, casou em 1877 com Rosa do Espírito Santo Moreira. Faleceu em 1922. **Limite:** Início – *Rua do Ermígio* / Fim – *Rua do Ermígio*.

LARGO DO BICHO (65) – A atribuição deste topónimo está inteiramente ligada à existência de uma casa – pertença que foi do Sr. Artur de Matos – que confina com o referido largo e que se diz ter pertencido a um homem com esse apelido (alcunha) de “Bicho”, muito rico e, por isso, tinha um criado. Por motivos que se desconhecem este deixou o patrão e afastou-se para lugar incerto. A propósito desta tradição – quem sabe se em jeito de lenda –, escreveu o *Pe. Artur Coutinho (in “Serão” de José Rosa Araújo):* *Numa noite de Verão, arrombaram a porta da casa, para roubarem as libras do «Bicho». Quando este acordou, sobressaltado, já não teve tempo nem meios de defesa e os ladrões trouxeram-no para a cozinha e prenderam-no, em cima de um banco, de pés e mãos. A mulher estava entrevada.*

Obrigaram-no a dizer onde tinha as libras, ameaçando-o de faca em punho. O pobre «Bicho» disse onde estava a ceira das libras: num buraco da parede, por cima do forno. Depois de se apoderarem da ceira, percorreram a casa e foram roubar-lhe o porco da salgadeira, o milho das caixas, o centeio e os feijões.

No dia seguinte, já perto do meio-dia, o Tio Santa Marinha, que vivia numa casa relativamente perto – conhecida hoje pela Casa do Cirurgião... (Ver Rua do Cirurgião Matos) – mais tarde veio-se a saber que este Santa Marinha era provavelmente o tenente José António de Matos, que casaria com Maria Rodrigues Viana. E a descrição do Pe. Artur Coutinho prossegue: ... admirou-se por não ter visto ainda o «Bicho», pois era costume encontrá-lo todos os dias, pela manhã.

Como a mulher estava entrevada e o homem era já pessoa de velhas cãs, lembrou-se que até estivesse doente. Ao aproximar-se, ouve gemidos e, entrando na cozinha, com espanto, vê o homenzinho no estado em que o deixaram os malvados gatunos: preso de pés e mãos, alguidar, sal, cebola e faca à beira. Claro, o homem estava já sem forças e muito morto.

- O que foi? Perguntou o Santa Marinha.

- Foi tudo. Roubaram-me esta noite. Levaram-me uma ceira de libras e andaram-me pela loja. Era uma quadrilha de ladrões.

Depois de desprender o homem do banco, andaram a ver os delitos cometidos e seguiram os rastos até ao Rio Lima, junto a S. Simão.

Os ladrões tinham passado o rio para o lado de Santa Marta.

Mais tarde, vieram a descobrir que o roubo tinha sido cometido por uma quadrilha de gatunos espanhóis, chefiados pelo antigo criado, que tinha emigrado para Espanha.

Quem conta a história só fala no Tio Bicho e não sabe o nome dele nem da mulher. Era o BICHO e pronto.

O nome vulgarizou-se de tal forma que o largo circundante passou a ser sempre conhecido pelo «Largo do Bicho», mesmo antes da actual atribuição toponímica. Outra versão diz que o «Bicho» era um grande ladrão e chefiava uma quadrilha, e que tal episódio seria o culminar de um ajuste de contas. **Limite:** Início – *Rua do Bairro Novo* / Fim – *Rua do Bairro Novo*.

RUA DA FONTE BRANCA (66) – Topónimo local. Confluência do rio do Ribeiro, do Ermígio e duma nascente – Fonte Branca – que vem encadutada desde bem perto do castro de Sabariz. Uma das fontes mais frequentadas pelas gentes de Mazarefes, já que aí lavavam e coravam as roupas para além de servir de bebedouro aos animais. A fonte que vem do castro de Sabariz encontra-se hoje seca pelo facto do aqueduto e mina se encontrarem obstruídos com entulho e terra trazida com as cheias, perdendo-se a água da nascente no seu percurso. No local, ainda hoje existe a pedra de colocar o cântaro. De resto todo o cenário envolvente é um matagal de silvas e ervas daninhas. O centro nevrálgico desta fonte e ribeiros está dentro dos limites de Vila Fria. É conhecida neste mesmo local, já dentro dos limites de Mazarefes, a “Azenha do Artur Matos”, sendo a água conduzida através de um “aqueduto de águas-livres” de granito, desde a nascente da “Fonte Branca”. **Limite:** Início – *Largo do Bicho* / Fim – *Caminho Florestal e Fonte Branca (Vila Fria)*.

RUA JOSÉ PEQUENO (67) – Figura ilustre de Mazarefes. **Limite:** Início – *Largo do Bicho* / Fim – *Rua do Ribeiro*.

RUA JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA REIS (68) – Figura ilustre de Mazarefes. **Limite:** Início – *Rua Senhora das Boas Novas*/ Fim – *Largo do Bicho*.

RUA DO BAIRRO NOVO (69) – Rua que dá acesso ao projectado bairro social – com projecto aprovado e a construir –, para o qual a Junta de Freguesia já adquiriu o respectivo terreno, propriedade que foi da CP (hoje REFER) onde se pensou, em tempos,

construir um apeadeiro dos caminhos de ferro, para servir as populações de Mazarefes e Vila Fria. Esta rua que tem início junto ao “Largo do Bicho” faz ligação à Rua do Ribeiro, na freguesia de Vila Fria e a uma outra rua que dá acesso ao Bairro de Sabariz, também da freguesia de Vila Fria. **Limite:** Início – *Largo do Bicho* / Fim – *Rua do Moinho e Rua do Montinho (ambas na freguesia de Vila Fria)*.

RUA DO RIBEIRO (70) – Antigo topónimo de Lugar (do Ribeiro), antes de se atribuir o Lugar do Monte. Proximidade ao rio do Ribeiro que vai confluir com o do Ermígio de da Fonte Branca. **Limite:** Início – *Largo do Montinho* / Fim – *Largo do Montinho*.

BECO DOS CARVALHOS (71) – Toponímia de homenagem. Loteamento familiar. Este pequeno troço viário apenas dá acesso às casas dos da família “Carvalho”. Com saída para a Rua do Ribeiro. **Limite:** Início – *Rua do Ribeiro* / Fim – *Sem saída*.

BECO DO DIAS (72) – Toponímia de Homenagem. Loteamento familiar. Este pequeno troço viário apenas dá acesso às casas dos da família “Dias”. Com saída para a Rua do Ribeiro. **Limite:** Início – *Rua do Ribeiro* / Fim – *Sem saída*.

LARGO DO MONTINHO (73) – Largo assim conhecido desde tempos imemoriais. Segundo escrituras antigas aqui existia um Souto. Confina com a freguesia de Vila Fria, havendo para o local um projecto de requalificação, que passa pelo arranjo urbanístico – tendo para isso sido adquirida uma casa em granito (já demolida) por 40 mil euros e solicitada à EN (Electricidade do Norte) a deslocação do PT existente no meio do Largo. Esta obra será executada de parceria com a Junta de Freguesia de Vila Fria. **Limite:** Início – *Avenida do Monte* / Fim – *Largo do Montinho*.

AVENIDA DO MONTE (74) – Para perpetuar o topónimo do antigo “Lugar do Monte”. Esta avenida compreende o resto do troço da E.N. n.º 308 que vai do quilómetro 1,2 (junto ao cruzamento com a Rua da Senhora das Boas Novas) até ao limites com a freguesia de Vila Fria, junto ao Largo do Montinho. **Limite:** Início – *Rua da Estrada Nova (Vila Fria)* / Fim – *Avenida da Conchada e Rua Senhora das Boas Novas*.

RUA DO CONDE (75) – Topónimo local. Antigo caminho do Conde. Por certo que se trata de uma alusão toponímica ao conde Telo Alvites, da segunda metade do séc. IX, o

qual foi senhor de Mazarefes: doc. 985 AP 149-151 - «villa» que ele doou a um mosteiro galego (1063 «comitê domno Tello testavi... Mazarefes» AP 152). *Limite:* Início – Avenida do Monte / Fim – Rua Mário Cunha.

RUA DR. FRANCISCO PITTA (76) – Inicialmente conhecida por Rua Projectada à Rua do Conde. Figura ilustre de Mazarefes. *Limite:* Início – Rua do Ribeiro / Fim – Rua do Conde.

RUA MÁRIO CUNHA (77) – Figura ilustre de Mazarefes. *Limite:* Início – Largo Projectado à Rua Senhora das Boas Novas / Fim – Rua José Pequeno.

LARGO PROJECTADO À RUA DE NOSSA SENHORA DAS BOAS NOVAS (78) – Conhecido pelo Largo do “Zinão”. Confina com a Rua de Nossa Senhora das Boas Novas. A atribuir outro topónimo, logo que se efectuem obras de grande vulto nesse espaço. Este Largo serve de tampão entre as ruas da Senhora das Boas Novas e do Mário Cunha onde, neste momento, foram feitas obras de ampliação e construção de muros em granito, como forma de preservar o património. *Limite:* Início – Rua Mário Cunha / Fim – Rua Mário Cunha.

ANEXOS

3.5. Vontade da população

3.5.1. Deliberação dos membros do órgão deliberativo das freguesias

3.5.2. Declarações apresentadas, individualmente, pela população

II – Documentos relevantes:

- a) Mapa à escala 1:25 000 da área da nova freguesia
- b) Mapa à escala 1:25 000 das freguesias de origem, com a indicação das alterações a introduzir no respetivo território
- c) Inventário dos bens móveis e imóveis, universalidades, direitos e obrigações das freguesias de origem a transferir para a nova freguesia de Mazarefes
- d) Indicação do número de trabalhadores, respetivas carreiras profissionais, remunerações e encargos sociais das freguesias de origem a transferir para a nova freguesia de Mazarefes

III– Apreciação da Assembleia de freguesia:

- a) Apresentação da Proposta de criação da freguesia de Mazarefes ao órgão executivo da junta de freguesia da U.F. Mazarefes e Vila Fria
- b) Parecer obrigatório proferido pelo órgão executivo da U.F. Mazarefes e Vila Fria
- c) Ata da reunião da assembleia de freguesia da U.F. de Mazarefes e Vila Fria, especificamente convocada para o efeito (com aprovação por maioria absoluta da proposta)

IV– Remessa da proposta de criação da freguesia de Mazarefes à Assembleia Municipal de Viana do Castelo, juntamente com:

- a) Cópia autenticada da ata da reunião da Assembleia de freguesia da U.F. Mazarefes e Vila Fria
- b) Cópia autenticada do parecer do órgão executivo da junta de freguesia da U.F. Mazarefes e Vila Fria.



ATA Nº 11/2022 DA REUNIÃO DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA, VIANA DO CASTELO, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2022.

Aos dezanove dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu o Executivo, em reunião ordinária, na sede de Junta da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria.

Presentes estiveram o Presidente, Sr. Manuel Dias Viana Barreto, o secretário, Sr. Carlos Alberto Fernandes Ferreira da Silva, e o Tesoureiro, Sr. Américo Afonso da Balinha.

Ordem de trabalhos:

- Discussão e aprovação da proposta entregue pelos membros da Assembleia da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria eleitos na Lista do Partido Socialista relativa à extinção e criação de freguesias.

Tomou a palavra o Presidente, por forma a dar conhecimento da proposta apresentada pelos membros da Assembleia da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria eleitos na Lista do Partido Socialista, proposta esta relativa à extinção e criação de freguesias, de acordo com a Lei nº 39/2021, de 24 de Junho, com o intuito de ser levada a cabo a desagregação das freguesias de Mazarefes e Vila Fria, procedendo-se à extinção da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, sendo criadas as novas freguesias de Mazarefes e Vila Fria, e que as mesmas retomem a denominação e os limites que tinham aquando da união realizada de acordo com a Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro.

É do conhecimento deste Executivo da vontade popular de se proceder à referida desagregação, e de que reúnem estas freguesias as condições que a lei prevê, em virtude de cada uma delas ter e manter a sua identidade, cultura e individualidade.

Após discussão, análise e votação, vem este Executivo, por unanimidade, dar um parecer favorável à proposta apresentada.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Executivo declarou encerrada a reunião pelas vinte e duas horas.



Para constar se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, vai ser assinada.

--O Presidente: *Paulo Alberto Henriques Fernandes*
--O Secretário: *Paulo Alberto Henriques Fernandes*
--O Tesoureiro: *Américo António da Balorda*

A circular official seal is stamped over the signatures. It features a central coat of arms and the text 'FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA' around the perimeter.



**Assembleia de Freguesia da União
de Mazarefes e Vila Fria**

EDITAL

N/ Referência
04/2022

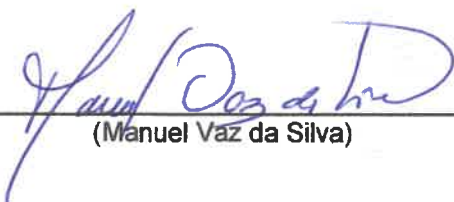
Manuel Vaz da Silva, Presidente da Assembleia de Freguesia de Mazarefes e Vila Fria, nos termos do art.º 14º, nºs 1, 2 e 3, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, faz saber que se realizará no próximo dia **15 de Outubro de 2022, pelas 21 horas**, no edifício da Sede da Junta de Freguesia de Vila Fria, uma Assembleia Extraordinária desta freguesia, com um ponto único na ordem de trabalhos:

1. Proposta de criação de novas freguesias.

Para constar se lavrou este e outros editais de igual teor que serão legalmente afixados.

Mazarefes e Vila Fria, 07 de Outubro de 2022

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA



(Manuel Vaz da Silva)


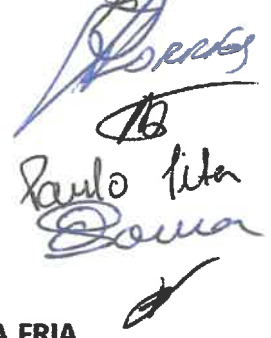
Atento, para os devidos e legais efeitos, que estas fotocópias se encontram em conformidade com o original, e consta de 2 páginas.



Mazarefes e Vila Fria, 22 de Novembro
de 2022

O Presidente,  Mandato 2021/2025

(Nome: Manuel Vaz da Silva Barreto)


Ferraz

Paulo Viana

ATA NÚMERO QUARENTA E SEIS (46)

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA, VIANA DO CASTELO, REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2022

--- Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às vinte e uma horas e cinco minutos, no edifício da Junta de Freguesia em Vila Fria, Município de Viana do Castelo, reuniram-se todos os membros da Assembleia de Freguesia, à exceção da senhora Marlene Coutinho, substituída pelo senhor João David Viana, a fim de realizar uma sessão extraordinária. O Senhor Manuel Vaz da Silva, no lugar de Presidente da Assembleia, saudou os presentes e agradeceu a presença de todos, explicando o funcionamento de uma Assembleia Extraordinária. -----

--- Dando início à ordem de trabalhos: -----

--- **Ponto número um: Proposta de criação de novas freguesias.** -----

--- O Presidente da Mesa apresentou uma proposta realizada pelos membros da Assembleia, eleitos na Lista do Partido Socialista, para a criação de novas freguesias. A primeira secretária, Cristina Ferraz, procedeu à leitura da mesma que sugere: 1) a extinção da União de Freguesias de Mazarefes e Vila Fria; 2) Que sejam criadas as novas freguesias de Mazarefes e Vila Fria; 3) Que as mesmas retomem a denominação e os limites a quando da extinção; 4) Que depois de aprovada a presente proposta, o processo de criação das Freguesias sejam observados os procedimentos legais, procedendo-se ao seu encaminhamento para as entidades competentes por forma a se obter decisão final sobre a nossa proposta de criação das freguesias de Mazarefes e de Vila Fria. Posta a votação a proposta para análise da mesma em Assembleia da União de Freguesias, esta foi aprovada por unanimidade. -----

--- Nuno Rocha interveio dizendo que estávamos de momento a tentar resolver um problema que não foi criado por nenhum dos presentes, sendo que a União das Freguesias foi algo feito sem consulta prévia de nenhum cidadão e que a população de

Handwritten signatures and notes in the top right corner, including a large signature and the name 'Paulo Pita'.

Mazarefes e de Vila Fria tinha sido unida "do dia para a noite", tende-se extinguido duas freguesias com características geográficas e históricas muito vincadas. Alegou que no dia 15 de outubro de 2022, todos estavam a dar o primeiro passo e a contribuir para que cada freguesia voltasse a ter a sua identidade. Terminou referindo que a criação de novas freguesias vai além de partidos políticos, uma vez que se trata de uma vontade de todos, mostrada pelas declarações que a população assinou. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que até então já tinham sido dados muitos passos para dar resposta à lei tão extensa que define o regime jurídico de criação de freguesias, agradecendo a todos os que trabalharam no processo. -----

--- Américo Balinha reforçou a vontade de todos nesta caminhada para a criação de freguesias, ao proferir que o Executivo da União de Freguesias de Mazarefes e Vila Fria estava a colaborar no processo desde o início. O senhor Presidente da Junta, Manuel Viana, finalizou as intervenções afirmando que estará presente na Assembleia Municipal, tencionando fazer declarações a fim de que a proposta seja aprovada e solicitou à população que esteja presente neste momento tão importante. --- Posto isto, a proposta foi posta a votação sendo aprovada por unanimidade e aclamação. ----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por concluída a Assembleia pelas vinte e uma horas e vinte e oito minutos. -----

--- Depois de lida e aprovada, a presente ata será assinada por todos os membros presentes na Assembleia. -----

Handwritten signatures and names of the assembly members:
Cristina Alexandra da Silva FERRAZ
Secl. Clementina Barros Feiró
José Domingos da Silva
JOSÉ DOMINGOS TORRE LIMA
Nuno Tiago da Silva Rocha
Paulo Miguel Cavaleiro Pita
Orlando Manuel Cavaleiro Sousa Faria
A. M. do S. M.



ATA Nº 12/2022 DA REUNIÃO DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA, VIANA DO CASTELO, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2022.

Aos vinte e seis dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu o Executivo, em reunião extraordinária, na sede de Junta da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria.

Presentes estiveram o Presidente, Sr. Manuel Dias Viana Barreto, o secretário, Sr. Carlos Alberto Fernandes Ferreira da Silva, e o Tesoureiro, Sr. Américo Afonso da Balinha.

Ordem de trabalhos:

- Designação e atribuição dos bens móveis e imóveis, e vínculo de funcionários, das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria.

Tomou a palavra o Presidente, para apresentar o inventário dos bens associados às Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, para que os mesmos pudessem ser atribuídos a cada uma das Freguesias individualmente, tal como também os dados relativos aos funcionários vinculados à União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria. Após análise dos mesmos, ficou decidido o seguinte:

À Freguesia de Mazarefes pertencem os Artigos Urbanos designados, na Matriz Predial Urbana da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, pelos números 1474, e 811, ao qual, este último, corresponde o edifício da Junta de Freguesia, sendo que todo o recheio do mesmo é igualmente propriedade da Freguesia de Mazarefes. Quanto aos Artigos Rústicos, inscritos na Matriz Predial Rústica da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, são pertencentes à Freguesia de Mazarefes os designados pelos números 186, 314, 1268, 1516, 1518, 1540 e o 1542.

Relativamente aos bens móveis, a Freguesia de Mazarefes é proprietária de uma carrinha Volkswagen Caddy, com a matrícula 25-CF-92, uma carrinha Ford Transit, com a matrícula 86-02-JE, um Tratocarro, uma máquina Roçadora, uma máquina de Cortar Relva, e uma máquina de Limpeza de Bermas.



À Freguesia de Vila Fria pertencem os Artigos Urbanos inscritos na Matriz Predial Urbana da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria sob os números 360, 1123, 1124, 1127, 1128, 1147, 1447, 1586-A, 1594, e 1595. Ao Artigo número 1586-A corresponde o edifício da Junta de Freguesia, e sendo propriedade desta Freguesia todo o recheio que se encontra no mesmo/do mesmo. Quanto aos Artigos Rústicos inscritos na Matriz Predial Rústica da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, pertencem à Freguesia de Vila Fria os Artigos com os números 1277, 2275, 2276, 2435, 2547, 2565, 2591, 2592, 2593, 2594, 2861, 2924, 3202, e 3220.

Relativamente aos bens móveis, a Freguesia de Vila Fria é proprietária de duas carrinhas Ford Transit, com as matrículas 11-DB-82 e 35-80-ZZ, um Tractor de marca Vatra, com a matrícula 89-DI-88, uma Cisterna, com a matrícula P-84678, um Reboque, com a matrícula P-93799, duas máquinas Roçadoras, e uma máquina de Cortar Relva.

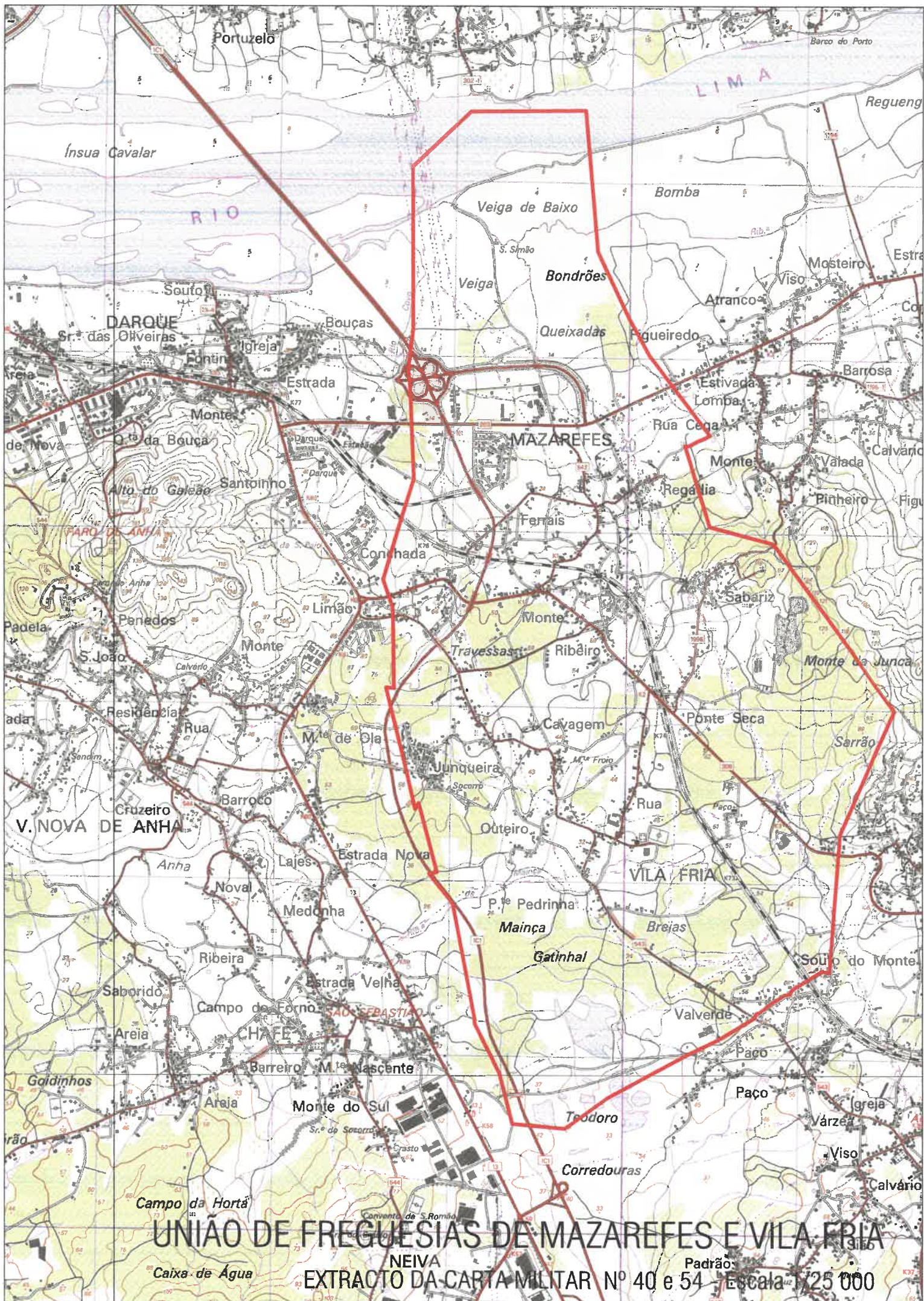
Quanto aos funcionários, decidiu-se que ficaria vinculada à Freguesia de Mazarefes a funcionária com a categoria de Cantoneiro Vias de Comunicação, Hírdina de Jesus da Costa Ferreira, e vinculados à Freguesia de Vila Fria a funcionária com a categoria de Auxiliar Administrativa, Maria da Conceição Martins Lavandeira, e o funcionário com a categoria de Tratorista, José António Rodrigues Arezes.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Executivo declarou encerrada a reunião pelas vinte e três horas.

Para constar se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, vai ser assinada.

--O Presidente: 
 --O Secretário: 
 --O Tesoureiro: 





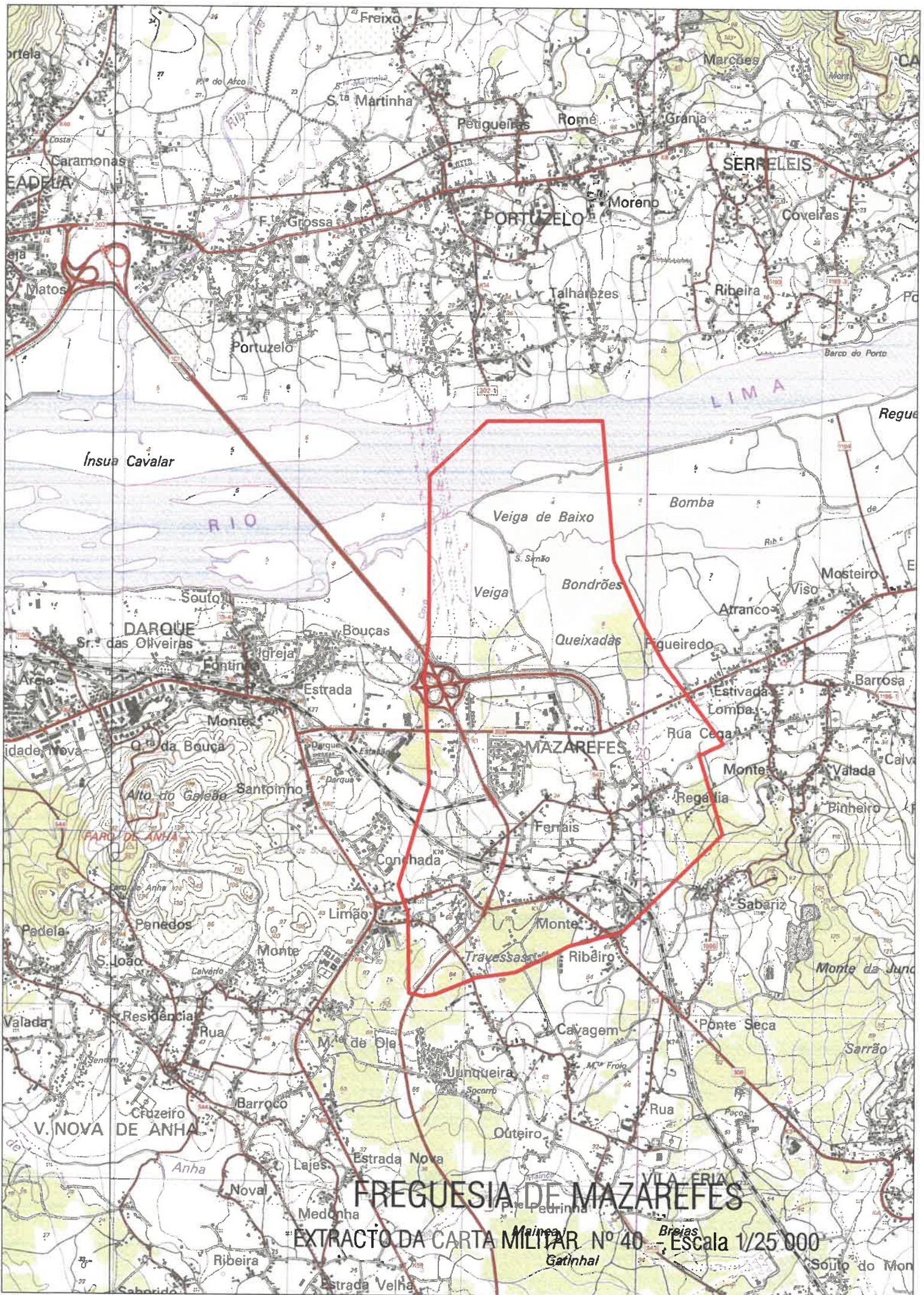
UNIÃO DE FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA

EXTRACTO DA CARTA MILITAR Nº 40 e 54 - Escala 1:25 000

Caixa de Água

NEIVA

Padrão



FREGUESIA DE MAZAREFES

EXTRACTO DA CARTA MILITAR Nº 40 Escala 1/25 000

Map labels include: Freixo, Sta. Martinha, Petiqueiras, Romé, Granja, SERRELEIS, Caramonas, EADELIA, F. Grossa, PORTUZELO, Moreno, Coveiras, Matos, Portuzelo, Talhazes, Ribeira, Barco do Porto, R. Lima, Regue, Bomba, Veiga de Baixo, S. Simão, Veiga, Bondrões, Mosteiro, Sr. das Oliveiras, Darque, Igreja, Bouças, Queixadãs, Figueiredo, Atranco, Viso, Estivada, Lomba, Barrosa, R. Cega, Monte, Valada, Calva, Pinheiro, Regalia, Ferais, Conchada, Mazarefes, Sabariz, Travessas, Monte, Ribeiro, Sarrão, Cavagem, Ponte Seca, Monte da Junc, Junqueira, S. João, Penedos, Alto do Galeão, Faro de Anha, V. NOVA DE ANHA, Residência, Rua, Barroco, Outeiro, Estrada Nova, Lajes, Noval, Medonha, Vila Feria, Breaças, S. João do Mon, Ribeira, Estrada Velha, Gatinhal, Mainca, and S. Pedro.

PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DE FREGUESIAS

por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE

MAZAREFES E VILA FRIA

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS QUE INTEGRAM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA

**por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º
da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho**

1. Enquadramento da Proposta

A Proposta apresentada tem como objetivo a criação da freguesia de VILA FRIA, por desagregação das Freguesias que integram a União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria e criando, ao abrigo da Lei em vigor, as freguesias de Mazarefes e Vila Fria com estatuto de autonomia. A presente proposta foi elaborada ao abrigo do procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho.

Desta forma, a presente proposta é uma manifestação de intenção que se enquadram nos pressupostos definidos no diploma legal e faz depender a correção da agregação de Freguesias imposta pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio e pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.

Na referida proposta pretendemos demonstrar e evocar os inequívocos prejuízos que a agregação das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria causaram às suas populações que, ao abrigo legislativo imposto pela Lei nº 11-A/2013, foram forçadas a uma agregação sem consulta prévia à população visada.

Dando seguimento às diretrizes emanadas na Lei em vigor e considerando que as duas freguesias reúnem os pré-requisitos inerentes à desagregação da união de freguesias e à criação de novas freguesias independentes, a presente proposta apresenta toda a documentação fundamental, bem como a manifesta vontade da população registada através da assinatura das declarações de concordância com a reorganização das freguesias de forma autónoma e independente e em que prevalece a identidade de cada freguesia.

Depois de aprovada a proposta na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, e conseqüente aprovação pela Assembleia Municipal de Viana do Castelo, desejando os proponentes ter cumprido o compromisso que assumiram perante a população que representam de forma a que se concretize a desagregação das Freguesias que integram esta *União*, e que, dessa forma se proceda à criação das freguesias independentes e autónomas de Mazarefes e Vila Fria.

2. Contextualização

2.1 Imposição da agregação das freguesias de Mazarefes e Vila Fria

Pelo «*Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica*»(2), outorgado em 17 de Maio de 2011 entre a República Portuguesa, o Banco Central Europeu, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional, assumiu o Estado português o compromisso de, até Julho de 2012, «*reorganizar a estrutura da administração local*», através do desenvolvimento de «*um plano de consolidação*» que permitisse «*reorganizar e reduzir significativamente o número*» de Freguesias e de Municípios então existentes no país (4.259 e 308, respetivamente), que entrasse em vigor no «*ciclo eleitoral local*» que se iniciaria em 2013. Tais alterações culminariam – na enviesada visão sobre o papel das Autarquias locais que aquele *Memorando* incorporava – no «*reforço da prestação dos serviços públicos*», no «*aumento da eficiência*» e na «*redução de custos*».

Apontando à Administração Local – aos Municípios e às Freguesias – uma responsabilidade que aquela não tinha sobre a difícil situação financeira que então o País atravessava, e branqueando que as ineficiências do Estado tinham origem no funcionamento da Administração Central e do Sector Empresarial do Estado, e não na gestão das Autarquias, o Governo elaborou, em Setembro de 2011, o «*Documento Verde da Reforma da Administração Local*»(3), afirmando a essencialidade da Reforma da Administração Local (leia-se, a redução do número de Freguesias), como «*um pilar fundamental para a melhoria da gestão do território e da prestação de serviços públicos aos cidadãos*».

Desde cedo as populações das Freguesias do Município se pronunciaram contra a hipótese de extinção das suas Freguesias.

Naquele seguimento, a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio veio aprovar o «*Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica*» que consagrava «*a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias*», com o objetivo de concretizar a «*reestruturação, por agregação, de um número significativo de freguesias em todo o território nacional, com especial incidência nas áreas urbanas*».

2.2 A constatação do erro legislativo e as iniciativas locais pela reversão da agregação das freguesias

Conforme será comprovada, a criação da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria constituiu um manifesto erro legislativo, que seriamente prejudicou as populações destas áreas territoriais.

As dificuldades sentidas pelos primeiros Autarcas eleitos aos órgãos da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria na implementação da estrutura, e que se repercutiram diretamente no serviço prestado aos habitantes das Freguesias agregadas, cedo permitiram concluir que os receios eram justificados.

É de salientar a difícil operacionalização de toda a estrutura logística e autárquica o que deixou a população de ambas as freguesias e os seus representantes políticos insatisfeitos, ao ponto de reivindicar constantemente a célere correção deste erro estrutural e administrativo do território.

De forma sistemática, a população reitera a solicitação para a desagregação das freguesias. Em momento algum a população manifestou inimizades com os seus conterrâneos, no entanto todos reconhecem que se perderam identidades culturais, a cultura grupal tão característica das aldeias, o apoio individualizado à população mais envelhecida, bem como a disponibilidade de serviços à população.

Desta forma, verificamos em cada uma das Freguesias extintas, a manutenção do funcionamento dos serviços da Junta de Freguesia em cada uma das antigas instalações-sede das Freguesias agregadas, bem como continuaram a comemorar, solene e participadamente, as datas marcantes de cada povoação.

3. Proposta de desagregação das Freguesias que integram a União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria

3.1 Fundamento: o erro manifesto e excecional que causa prejuízo às populações

A União de freguesias de Mazarefes e Vila Fria, imposta por Decreto-Lei, sem qualquer auscultação à população, revelou-se um erro crasso que revelou uma enorme falta de respeito pela individualidade da comunidade de cada uma das freguesias.

Reitera-se a dificuldade na operacionalização de toda a estrutura logística e autárquica não permitindo promover relações de proximidade o que deixou a população de ambas as

freguesias e os seus representantes políticos insatisfeitos, ao ponto de reivindicar constantemente a célere correção deste erro estrutural e administrativo do território.

Desde 2012, a população das duas freguesias tem vindo a manifestar o seu total desagrado, descontentamento e revolta por terem sido obrigadas a “agrupar” a outra freguesia que, apesar de se verificarem laços familiares e de amizade, não se verifica a identidade cultural.

A cultura grupal tão característica das aldeias e das comunidades mais pequenas, o apoio individualizado à população mais envelhecida, a entreatada aos vizinhos e a força comunitária das pequenas manifestações culturais promovem uma união intrínseca ao ser humano através da identidade dos concidadãos. Estes sentimentos e identidade de proximidade foram minimizadas uma vez que não sentiam o poder local próximo, bem como se verifica que a disponibilidade de serviços à população é muito mais reduzida, uma vez que as valências terão de ser, necessariamente, distribuídas pelas duas freguesias.

Por outro lado, devido a esta união de freguesias, verificou-se uma confluência de valências que passaram a servir as duas freguesias o que implicou um grande espaçamento temporal na prestação dos serviços solicitados.

Inevitavelmente a população recusa esta união compulsiva de freguesias, sem que, em momento algum, se verificassem situações de violência, agressividade ou até repulsa contra os concidadãos da outra freguesia.

Para a comunidade idosa ou com mais dificuldade de mobilidade, este sentimento de pertença e proteção social está cada vez mais desvanecida, fazendo com que se desenvolvam sentimentos de abandono e depressivos.

Mazarefes, enquanto freguesia autónoma e independente, sempre primou pela união, proximidade, mobilização e intervenção social olhando para o próximo com o afeto e a dedicação característico da vizinhança que acompanhou o crescimento dos descendentes das diferentes famílias. Esta união forçada veio quebrar esses laços uma vez que o poder político e autárquico nem sempre estava presente, o que é compreensível por estar “repartido” entre as duas freguesias.

I - Proposta de criação (desagregação) da freguesia de Vila Fria

a) Denominação e heráldica

Para os efeitos previstos na alínea a) do número 2 do artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, é a seguinte a denominação da Freguesia cuja criação, por desagregação, se propõe: **VILA FRIA**

Vila Fria, da província do Minho, com vestígios habitacionais desde a Pré-História, época Megalítica e cujo nome deriva de Villa Frigida, uma vez que significava um aglomerado populacional que habitava uma zona baixa e húmida. Zona muito fértil e que reunia várias características propícias à agricultura, pecuária, caça e com pontos geográficos elevados que permitiam aos seus habitantes uma permanente vigilância sobre os possíveis ataques e inimigos.

A sua heráldica, representativa, de forma simbólica, das características naturais, como a fauna da freguesia, bem como os seus hábitos e tradições, traduzem pictoricamente a identidade de uma comunidade.

O brasão e a bandeira, símbolos honrosos de uma comunidade refletem um enorme equilíbrio formal e cromático representativo da cultura grupal incrementada pela representação pictórica concreta e com dupla significância, mas que concedem a estes elementos emblemáticos um figurativo tradicional heráldico.

Assim, com base no brasão e da bandeira podemos descodificar o seu simbolismo:

Brasão – Escudo de prata, pinheiro verde arrancado do mesmo, frutado de ouro, entre duas espigas de milho do mesmo, folhadas de verde, em chefe, e duas ânforas de barro, de vermelho, em ponta.

Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro: “Vila Fria - Viana do Castelo”.

Bandeira – De verde. Cordão e borlas de prata e verde. Haste e lança de ouro.

(Publicado Diário da República, III.ª Série, n.º 197, de 24 de Agosto de 1999, obtiveram o registo na Direção Geral das Autarquias Locais a 20 de setembro, com o n.º 133/99)



b) Delimitação territorial e sede

Com o objetivo de dar cumprimento ao disposto na alínea *b*) do número 2 do artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, e não olvidando o que dispõe o número 3 do artigo 25.º daquele Diploma no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório de correção da agregação de Freguesias que, pela presente Proposta, se suscita, cumpre consignar que a **delimitação territorial** da Freguesia de Vila Fria, reportando-nos às primeiras linhas demarcativas do Tombo da freguesia, até à produção de efeitos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro.

Assim passa-se a expor o seguinte:

Em 1758, segundo o Inquérito Paroquial, posicionava-se a três quartos de légua da vila de Viana, na margem esquerda do rio Lima. Havia pertencido ao Termo e Ouvidoria de

Barcelos, das Terras¹ e Julgado de Neiva, tivera a Casa de Bragança, entre diversos donatários, e pertencera à Arquidiocese de Braga.

Atualmente, dista para SE, 7-8 Km, da sede do distrito e concelho e faz parte da Diocese de Viana do Castelo, desde 03/11/1977, pela Bula *Ad aptiorem populi Dei*.

Nos seus 6,57 Km² limitam-na as freguesias de: Vila Nova de Anha, Chafé e S. Romão do Neiva, a Poente; Vila Franca, Vila de Punhe e Alvarães, a Nascente; Alvarães, a Sul; Mazarefes, e Vila Franca, a Norte².

Topograficamente, cercada pelas elevações suaves da Ola (63 m), Sabariz (112 m), Canhões (81 m) e Valverde (55 m), pode considerar-se plana e funda pelo que, sendo atrita a nevoeiros, é o seu clima suave na Primavera e Verão, mas frio e bastante húmido nas outras estações.

Para além dos regatos que a serpenteiam, cortam-na: a Poente, a via rápida (IC1/A28); a Norte, a estrada 308, da qual derivam os ramais para Sabariz

- Vila Franca e para a Igreja; a Sueste, a que do Armazém do Sal ruma pelo Junqueiro, Cavagem, Monte Froio, Ponte Pedrinha e Valverde para Alvarães; e a Nordeste, desde 1878, a linha do Minho.

Tirando o granito que abunda nas zonas altas, uma grande parte do subsolo é formado por depósitos de areia grosseira e de argila.

As primeiras linhas demarcativas, por princípio, não assentaram em blocos de pedra, os marcos, mas em sinais públicos, fossem caminhos, regatos, elevações, madorras ou simples lajes.

A elas se reportam os Tombos da Comenda de Alvarães (1681)³, das freguesias de Anha (1783) e de Mazarefes (1799)⁴ bem como o Auto de medição, demarcação e verificação dos limites de Vila Fria (1816)⁵, este elaborado pelos frades do Convento de S. Romão do Neiva com todos os pormenores identificativos dos padrões e locais onde se implantavam.

¹ Segundo Alexandre Herculano - História de Portugal, Vol. I, p. 218, diferindo na sua extensão, este distrito jurídico, administrativo e militar, englobava cinquenta e quatro freguesias, onze coutos e sete conventos.

² A Comissão de Arredondamento de Paróquias (Decreto de 01/04/1862), não atendendo ao Inquérito Paroquial de 1758, registou: a Sul, as freguesias de Gandra (S. Romão) e Alvarães; e a

³ Manuel M. Cepa - Monografia de S. Miguel de Alvarães, Braga, 1939, e Fr. Rui Rodrigues, no Jornal "O Alvaranense", n.º(s) 109 e 110, 1986, e na Revista "Festas de Alvarães", 1990. Assistiram às demarcações por Vila Fria, Pedro Pires e Pedro Álvares, de Canhões.

⁴ In Arquivo Paroquial de Mazarefes, Viana do Castelo, e Arq. D. de Braga, R. Geral, 1815.

⁵ In Arquivo Distrital de Braga, Registo Geral

1. Do modelo de criação da freguesia de Vila Fria

Para os efeitos previstos na alínea *c)* do número 2 do artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, consigna-se ser o seguinte o modelo de criação de Freguesia aplicável: «desagregação de uma Freguesia em uma ou mais Freguesias» a que alude a alínea *b)* do número 1 do artigo 3.º daquele Diploma, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da mesma Lei, conducente à desagregação das Freguesias que compõem a União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, respeitando as condições em que as mesmas foram agregadas, reprimando o quadro jurídico existente antes da produção de efeitos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro.

2. Critérios de apreciação para a criação da freguesia

2.1. Prestação de serviços à população

2.1.1. Dos trabalhadores a transitar para o mapa de pessoal da junta de freguesia de Vila Fria

Conforme consta do anexo autenticado pelo Junta da União de Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, os funcionários a transitar para a Freguesia de Vila Fria são: Maria da Conceição Martins Lavandeira, com a categoria de Auxiliar Administrativa, e José António Rodrigues Arezes. com a categoria de Tratorista.

2.1.2. Da existência de edifício adequado à instalação da sede de freguesia

Em cumprimento do requisito a que alude a alínea *b)* do número 1 do artigo 5.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, consigna-se que a Freguesia de Vila Fria terá assegurada a existência de edifício adequado à instalação da sede da Freguesia, correspondente ao Edifício da Junta de Freguesia que corresponde àquele onde funcionou a sede da Freguesia de Vila Fria até à produção de efeitos da Lei n.º 11- A/2013, de 28 de Janeiro, que, após a instalação da União das Freguesias Mazarefes e Vila Fria, continuou a ser utilizado na prestação de serviços de proximidade à população.

No referido edifício podem-se verificar excelentes condições de trabalho e permitem o desenvolvimento de inúmeras atividades nos seus espaços, nomeadamente no seu amplo e espaçoso auditório, como sede do Grupo de Danças e Cantares de Vila Fria, como espaço

onde decorrem as sessões das várias turmas de catequese e como sede da Comissão de Festas de S. Martinho, Sto. António e Sra. Dos Emigrantes.

O imóvel é da propriedade da freguesia, que na sua representatividade política pertence, por inerência à Junta de Freguesia.

Este edifício reúne a qualidade e funcionalidade bem como as condições necessárias ao condigno acolhimento da sede da Freguesia cuja criação, por desagregação, ora se pugna.

2.1.3. Da existência de um equipamento desportivo

A freguesia de Vila Fria possui dois equipamentos desportivos ao serviço da comunidade. A saber:

1 - Um **campo de futebol**, com relvado sintético e balneários.

O campo de futebol tem 10500m², divididos de forma ajustada a dois campos de futebol, sendo que o mais pequeno é destinado às camadas jovens. Este campo tem bancadas cobertas em que, no rés do chão, encontramos os balneários separados para 3 equipas (visitantes, os da casa e os juízes da partida), havendo ainda espaço destinado a equipas das camadas jovens mistas. Ao lado destes existe um bar de apoio às atividades desportivas e aos visitantes e assistência.

2 - No lugar de **Monte da Ola** encontra-se um **polidesportivo** que disponibiliza à população um espaço para a prática segura do desporto e, ao mesmo tempo permite uma comunhão e partilha entre os cidadãos seniores que se juntam neste espaço. Ao mesmo tempo que cuidam dos filhos ou netos, é-lhes proporcionado um espaço de lazer e convívio tão importante nos dias de hoje.

Este polidesportivo ganha uma importância vital nos dias de hoje uma vez que temos crianças cada vez mais dependentes das novas tecnologias e que o contacto social passa, muitas vezes, pelo digital.

Este espaço proporciona-lhe a prática desportiva bem como o tão importante desenvolvimento socio-emocional.

2.1.4. Da existência de um equipamento cultural

A freguesia de Vila Fria dispõe de um auditório, com palco elevado e Salão Nobre para apresentações e manifestações culturais. O referido espaço já serviu de palco para peças teatrais de companhias externas ao concelho, festas de Natal (das escolas e catequese),

apresentações coreografadas, circo itinerante, festas temáticas, passagem de Ano, workshops e atividades diversas dinamizadas pelos ranchos folclóricos (em que apenas tem carácter associativo), clube de futebol e comissão de Festas.

O auditório, devido ao seu amplo espaço permite uma enorme diversidade de dinamização de atividades, servindo até, muitas vezes, como local de encontro e convívio entre a comunidade.

Permite a utilização de um espaço amplo, bem como, sempre que se revela necessário, podem ser colocadas cadeiras para que a assistência se sinta mais confortável.

No rés do chão, que fica abaixo do nível da estrada principal, encontra-se instalada uma cozinha ampla e devidamente equipada que permite a dinamização e realização de almoços, seja para os mais desfavorecidos e idosos na época do Natal, bem como para a angariação de fundos das Associações da freguesia.

2.1.5. Da existência de um parque ou jardim público com equipamento lúdico ou de lazer infantojuvenil

Vila Fria dispõe, em diferentes pontos da freguesia, de **parques infantis** que privilegiam equipamentos que promovem o desenvolvimento integral das crianças. Dos quatro parques infantis e de lazer enumeram-se:

1 - O mais recente encontra-se no **Largo da Igreja** e que promove a interação de crianças, jovens e seniores.

2 - No lugar do **Monte da Ola**, junto ao Polidesportivo, encontra-se um parque e jardim público que permite à comunidade uma convivência saudável e em que podem usufruir dos espaços verdes, bem como dos bancos corridos, mesas e bancos individuais instalados nesse mesmo espaço.

3 - No **Monte de Sabariz**, junto á capela de Santo Amaro podemos usufruir de parques de merendas que permitem á população a realização de piqueniques e de pequenos ajuntamentos que promovem uma excelente relação e união entre os cidadãos.

4 - Em **Valverde** encontramos um parque de merendas que é, muitas vezes, usado como ponto de encontro de diferentes gerações nomeadamente dos mais idosos uma vez que as mesas das merendas permitem jogar às cartas e ao dominó.

Os referidos parques, que respeitam todas as normas de segurança, permitem que as crianças usufruam destes espaços que, para além do desenvolvimento de destrezas, capacidades, competências e motricidade fina, ainda permitem o desenvolvimento socioafetivo e uma entajuda e inter-relação entre pais e cuidadores.

2.1.6. Da existência de um serviço associativo e de proteção social dos cidadãos seniores ou apoio a cidadãos portadores de deficiência, com âmbito territorial do município

A freguesia disponibiliza à população todo o apoio social, aos mais desfavorecidos, a cidadãos seniores ou portadores de deficiências ou até doenças temporárias através da Congregação dos Vicentinos, tal como se pode verificar no documento seguinte

Conferência Vicentina de São Martinho se Vila Fria
Avenida da Igreja, 120
4935 – 837 VILA FRIA VCT

CERTIFICADO

Certifica-se, para efeitos do “Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias (Lei nº 39/2021, de 24 de Junho (versão actualizada)”, concretamente em resposta à alínea d) do artigo 5º (prestação de serviços à população), que desde o ano 1986 (desde 20 de Abril de 1986) até aos dias de hoje, sempre existiu em Vila Fria a Conferência Vicentina que se denomina “Conferência Vicentina de São Martinho de Vila Fria” a qual sempre socorreu e continua a socorrer famílias mais necessitadas.

Mais se certifica que, para carências de maior cuidado (internamentos, apoio domiciliário na higiene, alimentação diária e afins), existem Instituições como a Caridade e Centros Sociais Paroquiais de freguesias vizinhas que prestam esses cuidados.

Por ser verdade, e para constar, se passa o presente certificado que será assinado por Membros da Direcção desta Conferência.

Vila Fria, 11 de Julho de 2022.

O Presidente: Amadeu Faria de Sousa
(Amadeu Faria de Sousa)

O Secretário: Duarte Lário da Silva
(Duarte Lário da Silva)

O Tesoureiro: António Macedo Teixeira
(António Macedo Teixeira)

Conferência de S. Martinho V. Fria
SSVP - Sociedade S. Vicente de Paulo
NIF: 507 858 123

2.1.7. Da existência de uma coletividade que desenvolva que desenvolva atividades recreativas, culturais, desportivas ou sociais

O clube de futebol **Vila Fria 1980**, fundado a 1 de janeiro de 1980 é de extrema importância para os jovens da freguesia. Criado pelo povo para servir o povo.

Ao longo do seu percurso, surgiram muitos obstáculos, muitas dificuldades, muitas contrariedades, mas foi a união das pessoas, a vontade de lutar por uma instituição que permitisse aos jovens a prática desportiva que fez com que o clube se tornasse um dos mais respeitados da zona.

É um clube que para além das suas valências desportivas, também promove a integração de todos os atletas; incute nos mais jovens os valores sociais e morais do desporto e da vida em sociedade; que promove diferentes atividades que fomentam o respeito por todos a aceitação das diferenças.

O seu percurso atribulado é a prova de que a comunidade encara o seu clube da terra como uma identidade própria, um ponto de encontro e de confraternização, um espaço de lazer, partilha e comunhão. Um espaço onde se celebram as vitórias e onde se unem nas derrotas.

Em 1926, José Augusto Rodrigues da Cunha pediu autorização, à Junta de Freguesia, para fazer um campo, no largo do Monte da Ola, uma vez que este era um local onde os jovens se juntavam para jogar à bola. Esta pretensão foi-lhe concedida, no entanto tinha uma condição: não se poderia registar nenhuma desordem entre os jogadores ou perturbação da população.

Contudo, este desejo nunca foi concretizado e o campo nunca foi construído. Na década de 60, Portugal e muito sentido no Norte, assiste-se ao grande fluxo migratório para França por parte de muitos jovens da freguesia, no entanto, apesar do número de jogadores ser mais reduzido, a paixão pelo jogo da bola mantinha-se em alta.

Os jovens juntavam-se nos largos do Monte da Ola, de Sabariz (Santo Amaro), da Rua (Avenida da Igreja) e de Valverde para disputarem pequenas partidas entre jovens da freguesia e das freguesias vizinhas.

Para dar continuidade destas atividades, em muito contribuiu o pároco da altura, Alípio Torres que mobilizou esforços e a sua influência para que, em 1967 lhes fosse cedida uma bouça, por parte de António Francisco de Miranda, da Rua, junto da Igreja e cemitério e deu-se início à organização do Vila Fria Sport Clube, em tudo amador, e mandou fazer o

primeiro campo de futebol. Apesar de não ter as condições mínimas como vedação, balneários ou balizas, ainda se realizaram alguns jogos nesse espaço.

Nesta fase e para lutar pelo registo de um clube de futebol que representasse a freguesia, um dos muitos beneméritos criou e desenhou o logotipo deste grupo.

Com a participação de alguns beneméritos e de atividades para a angariação de fundos, com vista à melhoria das condições das instalações, estas foram sofrendo algumas obras. Paralelamente foram realizados vários jogos em torneios do Neves Futebol Clube e do S. Paulo (Passionistas), em que foram alcançadas várias vitórias e respetivas taças. Este sucesso promoveu um entusiasmo e euforia geral e deram-se os primeiros passos para filiar o clube.

A população continuava empenhada e colaborativa, mas a quantia necessária para que reunissem todas as condições necessárias para filiação do clube eram significativas. A acumular as dificuldades, salienta-se que o campo não pertencia ao clube, mas antes funcionava em regime de empréstimo ou cedência. Esta situação criava instabilidade uma vez que o proprietário poderia cessar este acordo verbal a qualquer momento. E, se a falta de dinheiro já era notória para todas as despesas inerentes aos torneios, mais difícil seria conseguir o valor necessário para comprar a referida bouça.

“Um ano depois, em 1972, com a saída do fundador para Moçambique, em sua homenagem houve encontros com os Limianos, Forjães e as Velhas Guardas do Futebol Clube do Porto.”

Sem nunca baixar os braços, um grupo de jovens assumiu o clube e até 1979 realizaram inúmeras atividades e torneios para angariação de verbas que permitissem a sua filiação.

Ainda que a atividade desportiva tivesse esmorecido um bocado, nunca terminou completamente uma vez que continuaram a participar nos jogos do dia da Juventude (1974) e nos torneios de Barrocelas (Passionistas), bem como os vários jogos realizados em Vila Fria. Foi deste " clube de jovens", que usavam um equipamento à " Ajax ", que saiu o primeiro pedido à Junta de Freguesia para que construísse um rink de patinagem no terreno anexo à sua sede, na rua Dr. Joaquim Ferreira. Este pedido foi recusado.

Em 1979 a necessidade do clube ter um campo próprio tornou-se cada vez mais premente de tal forma que, com a colaboração da junta de freguesia, realizaram uma permuta de terrenos.

Assim, os irmãos Vasco Afonso Branco e Maria Olivia, aceitaram fazer a troca do recinto existente de terrenos em Valverde “a fim de o terraplanar, alargar, vedar com rede e

muro, erguer umas bancadas, a Sul, e instalar uns balneários, alimentados pela água de um poço aberto no parque, obras inauguradas a 28 de setembro desse ano.”

Aceite na Associação de Futebol de Viana do Castelo, a 1 de janeiro de 1980, o clube ficou registado com o nome VILA FRIA 1980.

A 2 de março de 1982 recebe o reconhecimento de pessoa coletiva. Apesar do campo de futebol ainda não ter as condições ideais, os atletas e todos os elementos da direção lutavam para que essa situação fosse revertida. À medida que jogos decorriam, os lucros da bilheteira eram aplicados nesses melhoramentos.

Apesar das grandes vitórias alcançadas, na época 84/85 não se apresentaram listas para a direção do clube e, nessa época, o clube não se inscreveu para o campeonato da AFVC.

Depois do clube passar por mais uma crise de confiança dos adeptos, uma vez que já estavam há quatro épocas com resultados menos satisfatórios, tornou-se difícil manter a direção do clube e, mais uma vez, o clube, corria o risco de não poder competir.

No entanto, um grupo de atletas e simpatizantes do clube fez uma “manifestação” de apoio a um dirigente anterior e que já tinha dados provas do seu amor pelo Vila fria 1980. Para que o clube não acabasse, o Jorge Costa acabou por ceder “às pressões de carinho” e aceitou reerguer o Vila fria 1980.

Durante dois anos, o Jorge Costa dirigiu o clube. Com altos e baixos, mas sempre com a mesma união, espírito de equipa e amor à camisola.

Devido a um conjunto de características desportivas e pessoais, em 1988, o clube foi convidado a participar num torneio em Paris onde os atletas deste clube jogaram, pela primeira vez, no estrangeiro, a Argenteuil e a Vitry.

Nas épocas seguintes, o convite foi renovado, bem como as vitórias no torneio. Nesta fase foi de extrema importância a colaboração e acolhimento dos emigrantes simpatizantes do Vila fria 1980 uma vez que, devido às dificuldades financeiras, havia a necessidade dos atletas do Vila Fria 1980 pernovernarem nas casas desses amigos.

A equipa continua as suas lutas, não só pelas vitórias, mas também pela dignidade do clube. As despesas eram muitas as dificuldades económicas eram patentes em vários clubes, no entanto, no Vila Fria 1980, faziam de tudo para superar essas dificuldades.

Mais uma vez o convite dos emigrantes para um torneio no final da época desportiva tornava-se na motivação extra que todos precisavam.

Há a salientar a importante organização destes emigrantes na forma como os atletas e simpatizantes foram recebidos, mas também na organização de eventos, atividades e convívios que promoveram para o melhor acolhimento dos visitantes.

Estas vitórias gloriosas repetiram-se. O clube alcançava a sua grandiosidade, não só pelas vitórias desportivas, mas pelo seu manifesto amor ao clube, pela alegria e animação que espalhavam por onde passavam e pela grande humildade e gratidão que sempre demonstraram.

Foram épocas de muitas dificuldades, de muito trabalho, mas também de muito mérito. Sem nunca baixarem os braços, o clube promoveu vários eventos para angariar fundos. Um dos mais marcantes eram os torneios de futebol de 5 que se realizavam na pausa de verão do campeonato.

O gosto pelo futebol era evidente, mas o ambiente vivido na assistência era muito marcante. A animação, a alegria e o amor que tinham pelo clube era fundamental para emanar a energia necessária para continuar a lutar em prol de um clube que, apesar de ser de uma pequena freguesia, tinha muita grandiosidade de alma.

Na época 92/93, mais um marco importante na história do futebol da Associação de Futebol de Viana do Castelo, onde fica registado em ata: "...o Vila Fria 1980 registou, nos órgãos diretivos, como secretária, na presente época desportiva a primeira mulher, Isabel Dantas Rodrigues, que constará no respetivo arquivo vinculativo... a Associação reconhece o mérito deste clube pela integração e abertura ao sexo feminino o mundo do futebol..." direção, mais uma vez, realizou vários eventos com o intuito de angariar verba que lhe permitisse suportar os custos inerentes ao campeonato, no entanto, não foram momentos fáceis e foi graças à boa vontade e amabilidade de alguns sócios e simpatizantes que os atletas, de vez em quando, eram presenteados com jantares como forma de agradecimento por tudo o que lutavam em campo.

Chegados ao mês de julho de 2003, a Autarquia, presidida por Manuel Santos, para construir um parque de estacionamento, cortou os terrenos envolventes do campo de futebol e reduziu-lhe a metragem a Oeste.

Desde 2005, ano em que comemorou 25 anos de filiação, usufrui de um atualizado sistema de aquecimento da água dos balneários.

Na época seguinte, 2005/2006, foi constituída a equipa de escolinhas, da formação das camadas jovens. Esta equipa era constituída por crianças de várias idades uma vez que não havia muitos atletas.

Mais importante do que a competição seria o desenvolvimento integral destas crianças, o desenvolvimento pelo gosto da prática desportiva, o espírito de equipa e a sua autonomia.

Sem equipamentos adequados ao seu tamanho, estes atletas já manifestavam o tremendo orgulho de vestir a camisola do Vila Fria 1980. Atletas mais pequenos em altura,

mas enormes na grandiosidade da alma desportiva. O carisma do Vila Fria 1980 já lhes corria nas veias.

Em 2008, com a criação do campo de futebol de sete, para as camadas jovens.

Em 2009, as primeiras meninas usufruem dos espaços desportivos para treinar. Nesta época, o futebol feminino, num clube tão pequeno, não passava de um sonho.

É na época 2009/2010 que o Vila Fria 1980 forma equipas de vários escalões da formação, camadas jovens: Escolinhas, Infantis e Iniciados.

A cobertura das bancadas, totalmente destruída de 13 para 14 de janeiro de 2010 por um forte vendaval, só, com o apoio da Câmara Municipal, viera a ser substituída por outra, orçada em perto de 50 mil euros, nos primeiros dois meses de 2011.

Em momentos mais difíceis do clube, a comunidade tenta ajudar através de venda de rifas, peditórios e o cantar das janeiras. Uma atividade que já faz parte das tradições da freguesia. Contudo, só em 18/11/2016 se procedera à justificação notarial para efeitos de registo predial, de que o parque desportivo, com a matriz predial n. ° 1447, sempre pertenceu à Junta de Freguesia.

No seu percurso, além de ter disputado os campeonatos e taças da Associação de Futebol de Viana, conta com algumas idas a França a convite de emigrantes e, de forma descontínua, tem participado nos campeonatos das classes jovens.

Na época 2021/2022, o Vila Fria 1980 inscreve a sua primeira equipa de sub 15 de futebol feminino. Esta é uma valência de extrema importância uma vez que é do poucos clubes das redondezas que promove, apoia, suporta e dinamiza o futebol feminino. Assim, as atletas que constituem a equipa são provenientes da freguesia, mas também das freguesias vizinhas.

O Vila Fria 1980 é reconhecido entre os seus pares pela disponibilidade e gratificação no acolhimento de todos os atletas.

Numa sociedade muito tecnológica, sempre foi intenção deste clube combater o sedentarismo, a constante necessidade das crianças e jovens estarem ligados às novas tecnologias e, desta forma, promover a interação social, o exercício físico e o acolhimento de crianças muito diversificadas havendo espaço e respeito para todos.

Há uma constante preocupação com o bem-estar, saúde e autoestima de todos os atletas, uma vez que o clube aceita e acolhe com todo o respeito crianças com algumas limitações e até com Necessidades Educativas Especiais.

Para além da promoção do desenvolvimento da autonomia, das destrezas e da motricidade fina, há ainda a preocupação que os atletas desenvolvam, de forma lúdica, o espírito de equipa, o sentido de cooperação e de ajuda

Desde cedo, nas camadas jovens, para além das regras de jogo, há uma grande preocupação na transmissão de princípio e valores desportivos e sociais.

Nos atletas seniores, o amor à camisola é a mais valia dos atletas deste clube. Em diferentes momentos da história do clube, os seus atletas jogavam sem qualquer recompensa ou remuneração. Muitas vezes o clube passou por dificuldades financeiras, no entanto, os atletas continuaram a jogar e a lutar pela honra e vitória deste clube.

Na época 2021-2022, o Vila Fria 1980 teve vários atletas distribuídos por vários escalões.

De salientar que as camadas jovens, dos escalões mais novos, não têm campeonato, no entanto participam em torneios desenvolvidos por vários clubes. As camadas jovens de formação e os séniores participam nos campeonatos da Associação de Futebol de Viana do Castelo.

Número de atletas inscritos no Vila Fria 1980, na época 2021-2022:

Escalões	Número de atletas
Petizes	11 atletas
Traquinas	16 atletas
Benjamins	20 atletas
Infantis	15 atletas
Feminino sub 15	23 atletas
Seniores	26 atletas
	111 atletas

Evidencia-se o valor, a importância e o respeito pelas camadas jovens e pelo emergente Futebol Feminino que consegue obter o respeito de outros clubes por satisfazerem as necessidades dos atletas desta formação de várias freguesias das redondezas.

Este clube constitui uma das primeiras referências de identidade e cultura grupal associativa da freguesia.

Marcando a diferença, foi o primeiro clube a ter registado na Associação de Futebol de Viana do Castelo, uma mulher nos seus cargos diretivos (início dos anos 90); dos primeiros a disponibilizar a prática desportiva para as camadas jovens (antigos “escolinhas”) e nesta fase mais recente, a constituir equipas de futebol feminino.

É um clube onde os ex-jogadores são tidos como referências, onde se promovem atividades de proximidade entre os atletas mais velhos e os mais novos e onde a relação

criada entre os atletas mais novos e os seus Encarregados de Educação se tornam num pilar de comunhão de valores, de partilhas, de diversão e de união.

O clube de futebol Vila Fria 1980 tem a sua sede na extinta freguesia de Vila Fria que se localiza na margem sul do Rio Lima, a cerca de 8km de Viana do Castelo.

É um clube com 42 anos (em 2022), que, desde cedo, se evidenciou nesta área por ser um clube do povo para o povo, uma vez que foi constituído para que os jovens da freguesia pudessem jogar e competir.

A sua sede e espaços físicos de apoio têm sofrido ligeiros melhoramentos, nomeadamente nos balneários, bancadas e relvado sintético que constituem o seu campo desportivo. Este situa-se por trás da Igreja Paroquial da freguesia e junto ao cemitério. Nas imediações do campo há lugares de estacionamento o que permite, aos visitantes, boas acessibilidades aos mesmo.

O **Grupo de Danças e Cantares de Vila Fria** foi fundado em maio de 2018. Sedeado na freguesia de Vila Fria, esta situada na margem esquerda do rio Lima, tem a sua sede no edifício da junta de freguesia de Vila Fria. Assume-se como confidente da cultura, usos e costumes das gentes desta laboriosa terra. Fortemente arreigada pela tradição agrícola (campo e monte), Vila Fria integra-se no argumento regional da capital do distrito, Viana do Castelo. Desde a sua fundação, a Associação sempre se demonstrou disponível para colaborar com outras associações e com o Executivo da União de Freguesias de Mazarefes e Vila Fria.

Como já se referiu anteriormente, solicitados pelo executivo da Junta de freguesia, atuaram na Inauguração do Relvado sintético do “Vila Fria 1980” para as Entidades Oficiais da Câmara Municipal de Viana do Castelo e União de Freguesias de Mazarefes e Vila Fria.

Solicitados pela Federação Distrital de Viana do Castelo do Partido Socialista, estiveram presentes na receção, no teatro Sá de Miranda, em 2022, a António Costa aquando da sua campanha para Primeiro-ministro nesta Cidade.

A convite do Grupo “Os amigos das concertinas de Vila Fria” colaboraram na organização da “Tarde em Festa”, que decorreu no salão nobre da Junta de freguesia de Vila Fria, a 15 de maio de 2022.

A Associação de Pais da Eb1/JI do Monte, Mazarefes convidou o grupo para estar presente na festa de Final de ano letivo de 2022, desde logo o grupo aceceu ao convite pois, seria uma forma lúdica para dar a conhecer as nossas tradições e incutir o gosto pelas mesmas aos mais novos sendo este tipo de eventos excelente.

Vila Fria ainda dispõe da **Associação da Comissão de Festas de S. Martinho, Sto António e Sra dos Emigrantes.**

Longínquos vão os tempos em que apenas a fé era guia das festas e romarias. As populações organizavam as missas e as procissões que permitiam à sua comunidade e às comunidades próximas o cumprimento de promessas.

Em 1258, a freguesia de Vila Fria, a nível religioso, era conhecida como “Parroquia Sancti Martini de Vila Fria”. Desta forma, S. Martinho foi nomeado padroeiro desta freguesia. Contava-se que esta população adquiriu esta designação graças às características desta comunidade. Nas redondezas, quando alguém passava por dificuldades, diziam: “Vai até São Martinho de Vila Fria que eles dividem a capa”, isto numa metáfora ao sentido de partilha, comunhão e cuidar do próximo. Assim, muitas pessoas, que passavam por grandes dificuldades económicas, faziam promessas a S. Martinho.

A festa em honra de S. Martinho foi-se tornando cada vez mais confluyente de religiosos que vinham pagar as suas promessas e, sendo o seu dia de celebração a 11 de novembro, a população recebia os romeiros com castanhas assadas numa fogueira “na avenida da igreja” e água pé (um vinho fraco).

Em meados do século XVI, a comunidade começa a organizar a procissão que, apesar de ter origens romanas, como forma de gratificação dos Deuses, só no Cristianismo é que ganha o real significado de orar a Deus. A procissão adquiriu a crença que ao deslocar a figura dos Santos pela freguesia, faria com que toda a freguesia fosse abençoada. Nesta fase, a procissão apenas contava com 4 figuras de santos: S. Martinho, S. José, Sto António e a Virgem Maria. As pessoas que carregavam os andores eram escolhidas de entre a população como sendo as que, naquele ano, mais ajudaram os outros, também faziam parte desta procissão o padre e o sacristão.

As pessoas cumpriam as suas promessas com a romaria à volta da Igreja e trazendo galinhas, coelhos, borregos, cereais e outros alimentos como oferendas.

Por volta do século XIX foram acrescentadas as figuras de Santo Amaro, da Sagrada Família e o Senhor dos Passos.

Nestas festividades apenas os homens poderiam carregar os andores e seguir na procissão. As mulheres apenas cumpriam promessas e esperavam pelos homens no adro da igreja porque não poderiam permanecer dentro da Igreja sem a presença masculina.

Já no século XX, nos anos 40, os homens já começam a iniciar outras formas de celebrar o São Martinho, organizando a missa, sermão, e a procissão acompanhada de fanfarras.

Para demonstrar fé e dedicação à Igreja e aos santos padroeiros e protetores, começaram a fazer tapetes coloridos.

Vila Fria reúne uma enorme quantidade de homens que se dedicam ao corte e abate de árvores. Assim a freguesia passa a ser conhecida também pelos “Serradores do Monte”. Esta atividade profissional ganhou uma enorme importância na economia local uma vez que se verificavam famílias inteiras (apenas os membros masculinos) a desenvolver estas funções.

Estas atividades não foram marcantes apenas pelo impacto económico, também marcaram as tradições religiosas uma vez que utilizavam o serrim (serragem, serradura) para compor grandiosos tapetes por onde passaria a procissão. Algum desse serrim era tingido com anilinas naturais para que pudessem elaborar elementos decorativos coloridos.

Os andores eram decorados com flores de papel metalizado, técnica usada na elaboração dos palmitos e velas votivas das Mordomas.

A população juntava-se nas tardes quentes de verão e, mais protegidos do calor, em cada lugar da freguesia elaboravam as suas flores que, em novembro, iriam decorar o andor daquele lugar.

Numa fase inicial, as mordomas exibiam os seus palmitos feitos de palma, no entanto, esse material natural tendia a apodrecer com facilidade. Com o surgimento do papel metalizado colorido, as Mordomas dedicavam-se a criar as flores para compor o seu palmito ou vela votiva.

Tal como em muitas outras freguesias minhotas, as mordomas ganhavam a honra de entrar na igreja e ocupar um lugar privilegiado dentro desta (nesta altura as mulheres apenas podiam entrar no fundo da Igreja, ficando os lugares cimeiros reservados aos homens). Estas “moças casadoiras” tinham a responsabilidade de acender a sua vela votiva na entrada da Igreja e em pose de cerimónia, dirigiam-se até ao altar. Dizia-se que, se a vela apagasse neste percurso, a Mordoma não seria digna de segurar a vela votiva porque não seria virgem. Muitas mordomas foram difamadas devido à abertura das portas laterais de onde surgiam correntes de ar e apagavam as velas das pobres mordomas.

O fato de mordoma era “convertido” em fato de noiva aquando do seu casamento. E o lenço de chita era substituído pelo lenço rendado de noiva.

Paralelamente a estas atividades religiosas, foi-se também desenvolvendo a tradição de fazerem pequenos piqueniques, ou seja, no dia da festa, a 11 de novembro, cada família levava o seu vinho, as castanhas e o pão. Os mais abastados levavam o típico frango estufado, o bacalhau frito ou a broa de sardinha. Formavam-se pequenos grupos que partilhavam as suas merendas.

Para as crianças, este era também um dia de brincadeira e diversão. Vestiam a “roupa de domingo”, partilhavam brincadeiras e até brinquedos (feitos de madeira pelos homens mais habilidosos).

Nos anos 60, as pessoas mordomas, as pessoas mais ilustres ou as famílias com mais posses, ofereciam os “segredos” para serem leiloados no dia da festa.

“Os Segredos” eram cabazes com bens alimentares que eram tapados de forma a que não se visse a sua composição (daí o segredo) e as pessoas licitavam este cabaz que quando arrematado serviria de merenda abastada daquela família.

Para além destas tradições de oferecer e leiloar os segredos, preparavam-se também jogos e brincadeiras para a diversão de todos. Para além da conhecida corrida de sacos e do subir ao pau ensebado, ainda elaboravam um jogo de resistência. Pendurados num esteio de madeira grosso, ganharia o prémio o homem que resistisse mais tempo pendurado.

As oferendas ou “segredos” permitiam que a romaria ao S. Martinho ganhasse solenidade, fé, mas também maior grandiosidade nas celebrações. Já era possível que as festividades contassem com fanfarras e bandas de música que animavam este dia.

Nesta fase começava a ser comum formarem-se espontaneamente grupos de tocadores de concertinas que cantavam à desgarrada e que, desta forma, animavam os romeiros.

Na década de 60 dá-se um grande fluxo migratório para França e estes solicitam a integração das festividades em honra da N. Sra. Dos Emigrantes.

Uma grande parte da população de Vila Fria encontrava-se emigrada de forma que as festividades em novembro perderam grande parte dos convivas. Uma vez que os emigrantes, muito devotos da sua fé, solicitaram que a data da festa fosse alterada. Desta forma, em 1966, devido aos avultados contributos monetários da comunidade emigrante, a Igreja aceita a alteração da data da festa para o penúltimo domingo de julho.

Com o 25 de abril, quebraram-se as barreiras dentro da Igreja e, homens e mulheres, puderam partilhar os espaços de culto, bem como a responsabilidade de organizar a festa de S. Martinho.

Em 1991, mais uma vez pela pressão e solicitação dos emigrantes, dá-se a transferência da data de fim de julho para a primeira semana de agosto de forma a permitir a participação dessa comunidade uma vez que era nessa altura que grande parte dos emigrantes regressavam à terra Natal de férias.

Com o contributo desta comunidade emigrante, as Comissões de Festas começaram a desenvolver cada vez mais atividades ao longo do ano para angariar fundos que permitissem realizar as festas com a grandiosidade merecida e porque, para além do S. Martinho, também se celebrava as festas em honra de Sto. António e Sra. Dos Emigrantes.

Em 1994, com a queda em desuso dos palmitos e das velas votivas, os andores passaram a ser enfeitados com flores naturais ficando estes, mais uma vez, sob a responsabilidade dos diferentes lugares. Procedeu-se à sua distribuição, ficando o santo padroeiro, S. Martinho, com rotatividade para que todos os lugares possam ser abençoados.

Era também tradição que a Comissão de Festas anunciava, no último dia das festas, os nomeados para a próxima Comissão de Festas.

Em 2006, os nomeados, devido a quezílias antigas, não aceitaram a constituição da Comissão de Festas e, pela primeira vez em centenas de anos, correu-se o risco de não se realizarem as festas. Contudo, um grupo de mulheres assumiu esse encargo e simplificando o programa das festas conseguiu que estas fossem realizadas.

Em 2010 foram nomeados vários jovens e, contrariamente ao espectável, eles realizaram a festa com muito sucesso e, a partir desta Comissão de gente mais jovem, criou-se a tradição de se realizarem almoços, convívios, festas temáticas e feirinhas como forma de angariação de fundos que lhes permitam enriquecer as festividades e celebrações.

Em 2017, a Comissão de Festas toma a iniciativa de criar uma Associação: ASSOCIAÇÃO DA COMISSÃO DE FESTAS DE S. MARTINHO, Sto. ANTÓNIO E Sra. DOS EMIGRANTES.

A referida Associação encontra-se registada no notário, com Número de Identificação Fiscal própria, com os respetivos estatutos que definem e contemplam todas as regras impostas para a dinamização das atividades e que culminam na realização da festa.

3.1. Eficácia e eficiência da gestão pública

3.2.1 Da viabilidade económico-financeira das freguesias

Da viabilidade económico-financeira das freguesias apresenta-se, através da Execução Orçamental, a análise das receitas e das despesas para o exercício em apreciação, permitindo-nos acompanhar, de forma sintética, todo o processo de criação de receitas e de realização das despesas.

Em termos de execução orçamental foi atingida a arrecadação de receitas no valor de **527.704,72€** (quinhentos e vinte e sete mil e setecentos e quatro euros e setenta e dois cêntimos), transitou do ano anterior **11.714,83 €** (onze mil e setecentos e catorze euros e oitenta e três cêntimos) de Saldo Orçamental, e de despesa a soma de **534.526,83 €** (quinhentos e trinta e quatro mil e quinhentos e vinte e seis euros e oitenta e três um cêntimos), transitando para a gerência seguinte o saldo de **4.892,72 €** (quatro mil e oitocentos e noventa e dois euros e setenta e dois cêntimos), de saldo orçamental.

Síntese dos resultados orçamentais 2021:

Saldo Orçamental (Transita de 2020)	11.714,83 €
Sal Operações de Tesouraria (Transita de 2020)	0,00 €
SALDO DA GERENCIA ANTERIOR (Transita de 2020)	11.714,83 €
Receita Orçamental cobrada na gerência	527.704,72 €
Receita operações Tesouraria cobrada na gerência	0,00 €
SOMA RECEITAS	527.704,72 €
Despesa Orçamental paga na gerência	534.526,83 €
Despesas operações Tesouraria paga na gerência	0,00 €
SOMA DESPESAS	534.526,83 €
SALDO ORÇAMENTAL PARA A GERENCIA SEGUINTE (2022)	4.892,72 €
SALDO OPERAÇÕES DE TESOURARIA GERENCIA SEGUINTE (2022)	0,00 €
SALDO GLOBAL PARA A GERENCIA SEGUINTE	4.892,72 €

3.2.1.1 Demonstração em relatório financeiro resultante da aplicação prospetiva da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Como demonstração da viabilidade económico-financeira da freguesia, apresenta-se alguns dados resultantes do cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro

Para efeitos de relato orçamental, qualquer entidade, seja do regime geral seja do regime Simplificado, deve utilizar os modelos de demonstrações orçamentais constantes da parte final NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental Estes modelos compreendem: (i) Demonstrações previsionais: – Orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual; – Plano Plurianual de Investimentos. (ii) Demonstrações de relato: Demonstração de desempenho orçamental; – Demonstração de execução orçamental de receita; –

Demonstração de execução orçamental de despesa; – Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimentos; – Anexos às Demonstrações Financeiras.

De acordo com a Portaria 218/2016 de 9 de agosto, são consideradas micro entidades aquelas que, integrando o âmbito do SNC-AP, apresentem nas duas últimas prestações de contas um montante global de despesa orçamental paga inferior ou igual a 1.000.000 €, logo esta autarquia enquadra-se neste tipo de entidades.

Em resultado da comprovada viabilidade, apresenta-se a síntese das atividades desenvolvidas durante o ano de 2021:

Educação / Ação Social

- ✓ Asseguramos o transporte escolar das nossas crianças para as Escolas do Monte em Mazarefes e Escola de Vila Fria;
- ✓ Apoiamos a dinamização cultural através das Associações existentes na freguesia;
- ✓ Promovemos as festas tradicionais e culturais da freguesia;
- ✓ Continuamos atentos aos mais graves problemas sociais existentes na freguesia procurando minimizá-los, ajudando os mais carenciados a ultrapassar as suas dificuldades;
- ✓ Colaboramos com entidades do estado para reinserção social de jovens através da prestação de serviço comunitário.

Desporto, Cultura e Tempos Livres

É objetivo deste executivo, promover o desporto, a cultura, as tradições locais e potenciar os tempos livres do seu público em geral, assim:

- ✓ Continuamos com o apoio às Associações existentes na freguesia, em atividades e projetos de interesse para a Freguesia, assim como, a cedência de viaturas às Associações;
- ✓ Colaboramos e apoiamos as associações, através de apoio logístico e dos serviços operacionais da Junta de Freguesia, na melhoria das suas instalações e equipamentos.

Obras, instalações e conservação dos espaços públicos

Melhorámos substancialmente os espaços públicos da freguesia quer no que se refere à sua qualidade, mas também numa ótica de crescimento.

- ✓ Proceder a pequenas reparações em pavimentos pedonais nos arruamentos da freguesia;
- ✓ Manutenção e melhoria das condições dos Cemitérios;
- ✓ Beneficiação de alguns caminhos e estradas;

Meio Ambiente

- ✓ Sensibilizar particulares para a necessidade de evitarem descargas ou derrames de águas residuais para espaços públicos.

Organização administrativa e Recursos Humanos

- ✓ Prestamos, dentro das nossas competências, apoio aos utentes no preenchimento de impressos e outra documentação, informaticamente ou de forma manuscrita;
- ✓ Apoiamos as famílias no preenchimento eletrónico da declaração de rendimentos do IRS.
- ✓ Procedemos à atualização do portal eletrónico da Junta de Freguesia, de modo a fornecer informações úteis aos cidadãos.
- ✓ Continuamos com o bom atendimento na sede da Junta.

Ações Indiretas

- ✓ Informámos as instituições responsáveis sempre que se verificou a necessidade de manutenção e de substituição de placas de sinalização de trânsito ou toponímicas.
- ✓ Colaborámos com a Proteção Civil.
- ✓ Informámos e colaborámos com as instituições responsáveis sempre que se verificou a necessidade de manutenção e reparação de calçadas e pavimentos;
- ✓ Continuamos a dar o nosso parecer no que respeita à necessidade de intervenção em casos de carência de habitação;

Comunicamos às entidades competentes as necessidades de melhoramento da rede pública de iluminação.

3.4. História e identidade cultural

Durante o período pré-histórico, nos finais da Era Terciária, existia uma lagoa primitiva onde desaguava o Rio Neiva. As características do terreno proporcionavam a constituição do leito ideal para que rio Neiva, ao invés de desaguar, como afluente, no Rio Lima, caminhasse autonomamente para o mar, na zona de Castelo do Neiva. Nesta altura os vestígios de vida humana não são oficiais (não há documentos ou vestígios oficiais que o

asseguem), contudo nos períodos do “Paleolítico e Mesolítico verifica-se já no surgimento das primeiras comunidades que habitaram esta zona”.⁶

Assim, desde há cerca de seis mil anos, no período do Neolítico Médio que os vestígios da vida humana sedentária fazem-se notar. Os vários modelos de jazidas funerárias caracterizados por altos e volumosos blocos de granito, dispostos em forma circular alargada, blocos graníticos com “chapéu” ou um simples bloco granítico com dimensões consideráveis são marcas da permanência de povos nessa época. Essas jazidas funerárias, que variam ao longo do período Neolítico assumem a designação de dólmen, menhir, antas, madorra, mamoa ou orcas.

Estes vestígios comprovam, não só, a permanência e evolução cultural e social desses povos, mas também do seu elevado grau de capacidades e destrezas.

Grandes historiadores como José Hermano Saraiva refere que: “no estudo do Megalítico peninsular não se pode prescindir de Portugal, pela sua abundância, variedade de tipos e espólios funerários e pelas datas cronológicas proporcionadas por alguns monumentos que se situam na segunda metade do IV milénio a.C. e princípios do III milénio” e que tais factos “evidenciam a “teoria da origem ocidental portuguesa do Megalítico ibérico que se difunde abundantemente para norte do Douro”⁷

Relativamente a Vila Fria, os vestígios foram registados por arqueólogos que dedicaram os seus estudos e escavações nesta região. Na elevação de **Sabariz**, por reunir um conjunto de condições geográficas; climatéricas; terrenos férteis e abundância de nascentes de água potável, que proporcionavam a formação de pequenos aglomerados populacionais⁸.

Estes vestígios habitacionais surgem registados na Carta de Instituição do Couto de Mazarefes, passada, na vila dos Arcos, pelo rei de Leão, D. Fernando, ao mosteiro galego de S. Payo de Ante - altares (cidade de Compostela) em 1063, que confirmava uma outra de D. Telo e D. Muma, do ano de 985, quando diz serem os limites das freguesias”... *per illas mamolas quae dividet inter Savaris et Villa Fria et Mazarefes*⁹”, isto é, as mamoas serviam

⁶ - J.H. Saraiva – Identidade do povo, Raiz e Madrugada, Gradiva – Publicações Lda., Lisboa, 1989, p.215

⁷ J.H. Saraiva – Para uma história do Povo Português, Raiz e Madrugada, Gradiva – Publicações Lda., Lisboa, 1989, p.26

⁸ Milénios, Compêndios de História, 1992, Editora Cultrix, São Paulo

⁹ - " Em 1026 havia feito a " Divisão dos Condados d'Entre o Douro e Minho ", segundo Florian

de padrões divisórios em Sabariz, Ribeiro, Junqueiro, Monte da Ola, o que está em sintonia com a expressão de Siculus Flacus (81-96 d.C.), escritor latino "*sepulcra in extremis finibus facere soliti sunt et cippos ponere*".

Outro tanto se pode ler, no início do século XIX, no "Auto de medição, demarcação e de averiguação dos limites", pois os peritos apontaram os locais e treze antigas madorras como marcos de divisão: quatro com Alvarães, sete com Mazarefes e duas com Anha.

De todas elas, apenas duas chegaram ao século XX, não totalmente desfeitas mas já violadas: uma na elevação do Monte da Ola (55 m alt. ; 41-39 40 lat. ; 0-21-15 long.) " e outra em Valverde.

Na escavação do **Monte da Ola** apenas foram encontrados três vasos de terra sigilata, com bordo horizontal e aba larga (3,5 cm). A decoração, ponteadada em obliquo e de forma incisa, diferia da pança que se compunha de três bandas separadas por quatro sulcos paralelos, em faixa cilíndrica, e da asa cujo adorno se resumia a duas faixas gravadas de modo desigual, segundo o primeiro estudo concretizado pelo Ten. Coronel Afonso do Paço.

Fabricados manualmente e cozidos a uma temperatura entre os 800 ° C. e os 1400, Leite de Vasconcelos intitulou - os, em 1905, como " semblables à des chapeaux ", isto é, semelhante a chapés.

Oferecidos pelo Dr. Joaquim Fernandes Ferreira, em (1936) ao museu de Viana do Castelo e dois ao Pe. Francisco Manuel Alves, abade de Baçal¹⁰, Bragança, na visita que fez à cidade em 10 e 11 de novembro de 1944.

do Campo, em História de Espanha, e Leite de Vasconcelos - Archeólogo Português, XXVII, pp. 150-154. Cf. Dr. Jesus Ferro Conselo - Los Petroglifos de Termino, Orense, 1952, p. 193. Tarcisio Maciel, seguindo fontes diversas, fala em duas, nas pp. 42 e 74 de " Povoamento Proto - Histórico do Vale do Neiva ", Antas - Esposende, 2003, quando na realidade da mesma se trata como confirmam os dados situacionais por si referidos. Carlos A. B. Almeida, em Sítios que fazem história - Arqueologia do concelho de Viana do Castelo, 2008, p. 86, apresenta coordenadas diferentes. Tais desacertos teriam influenciado António Dinis e Ana Bettencourt a fazerem prospeções em locais não condizentes e sem resultados, como referem em: " Sondagens Arqueológicas no Monte da Ola, Vila Fria, Viana do Castelo ", in Rev. Portugalia, nova série, vol. XXV, Porto, 2004, pp. 75-89.

Adélio Torres Neiva - S. Paio de Antas, sua História, sua Gente, Esposende, 1999, afirma, incorretamente, na p. 34, " no monte das Olas, entre Vila Franca e Anha ".

¹⁰ - Cf. Revista " Caminiana ". VI, p. 67; Cadernos Vianenses, T. VI, p. 90; e " Aurora do Lima ", ano 89, n. 90, de 21/11/1944, onde se lê " um dei - o ao nosso museu; os outros, que guardava

Na época do Bronze inicial, estes vasos ou recipientes teriam sido usados para guardar trigo e cevada, cereais cultivados nessas épocas. Quando as pessoas morriam, eram enterradas e eram colocados estes vasos, ao lado do cadáver depositado em posição letal, de acordo com a crença de que os mortos se alimentavam na vida de além túmulo¹¹.

Sem estrutura, a mamoa de Valverde (Pinhal do Senhor), desfeita em 1985 com a exploração de barro, situava - se em zona de terrenos argilosos e areia grosseira. Dela, apenas conseguiram salvar uma lâmina arqueada de sílex "¹²", fragmentada na base, que nos leva ao início do III milénio a.C.

Além destas, Tarcísio Maciel, ao situar uma outra " a meia centena de metros da nova estrada Porto Viana (41-38-30 lat .; 0-21-55 long.) " leva - nos ao marco situado fora da vedação do aterro sanitário, bem junto do antigo caminho do Pinhal do Senhor, de acesso a Alvarães posteriormente conhecido por da lixeira ou dos ciganos ", o qual o Auto de Verificação de Limites (1816) posicionava - o " no sitio de antiga mamoa " a 320 metros do anterior marco que ainda pelo Poente, a A28.

O mesmo arqueólogo, ao escrever que " tem implantada no centro um marco de granito que faz a divisão administrativa entre Vila Fria e Alvarães " e que está " aparentemente bem conservada ... não apresenta sinais de violação e tem vestígios de couraça "¹³ ", entra em desacordo com o referido Auto e com Frei Rui Rodrigues que, estruturado no Tombo de Alvarães (1681), dá - a como desaparecida ".¹⁴

Em 1992, um grupo de estudantes da ESEVC deslocou-se ao local e comprovou a existência, já em estado de degradação avançado, o referido marco.

Quando as terras da Vila Fria atual se englobavam na Galécia, província criada, em 212, por Caracala, a natural e pouco alta elevação de Sabariz já acolhia, desde a Idade do

em casa, tenho muito gosto em os oferecer ao senhor abade para ficar com uma recordação da minha terra natal ".

¹¹ - Afonso do Paço - Vaso de bordo horizontal de Vila Fria, in homenagem a Martins Sarmento, Guimarães, 1933, pp. 272-276; e Vaso de Vila Fria, in Trabalhos de Arqueologia, Vol. 1, Lisboa, 1970, pp. 107-112; Leandro Quintas Neves - Os Castros do Norte de Portugal, III Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto, 1964, p. 14.

¹² - Cf. Relatório da Escavação de emergência na Mamoa de Vila Fria - Viana do Castelo, por Orlando Sousa, Serviço Regional de Arqueologia da zona Norte, Braga, in Cadernos Vianenses, T. XI, pp. 111 a 116. A foto é reproduzida do mesmo.

¹³ - Maciel - " Povoamento Proto - Histórico do Vale do Neiva ", Antas/ Esposende, 2003, p. 39.

¹⁴ - In " O Alvaranense ", Janeiro e Fevereiro, 1986 e Revista das Festas de Alvarães, 1990.

Ferro (séc. VI a.C.), homens e mulheres de uma tribo límica originada do cruzamento de Celtas com povos autóctones, gente Gróvia, a qual é caracterizada, pormenorizadamente, por diversos autores romanos, como Pompónio Mela, Marcial e Plínio, quer no seu destemor, rudeza e adestramento para a guerra, quer na simplicidade e modos arcaicos de viver, a partir da agricultura rudimentar e pastorícia". Da constante preocupação com vizinhos e invasores adveio a necessidade de fortificarem o povoado, a citânia (lat. 41 " -40 " -20 "; long. 0 ° - 22 ' - 55 "), com duas ordens de fortes muralhas, especialmente, pelos lados de mais fácil acesso, a fim de obstarem aos incertos ataques. Protegidas, a Poente, por um fosso exterior, rematavam em junção ao findarem uns penedos bem fortes e largos que, postando - se no local da via de acesso à atual capela, sofreram a popular destruição.

A acrópole, pelo restrito espaço cinturado, muito equivalente aos dos vizinhos castros de Figueiredo, S. Romão do Neiva e Deocriste, não se afastava dos modelos mais comuns que indiciavam uma subserviência parcelar a um outro povoado castrejo de maior projeção e amplitude como seria, neste caso, o de Roques. No seu interior, servindo - se de argamassa de barro e pedra miúda, esses antepassados construíram casas de planta circular, ovalada ou retangular que comunicavam entre si por estreitos arruamentos empedrados. Com ou sem pequenos vestíbulos e diminutos recintos para guardar as colheitas e animais, tinham uma porta e um postigo para facilitar a circulação do ar e a visibilidade e eram cobertas com colmo, ramos de árvores ou barro batido, pois só a presença romana os iniciou na técnica do fabrico da telha de rebordo e caleira.

Não havendo dentro das linhas de defesa quaisquer indícios de nascentes para abastecer o povoado, bem como a gente dos espaços abertos e seus animais, servir - se - iam da, popularmente, misteriosa e extraordinária Fonte do Ouro ou Cova dos Mouros, situada no sopé da elevação e muito semelhante à do Monte da Nó, Ponte de Lima, que os peritos catalogaram, pelos espólios, da época romana ou não muito distante. Subjugado durante a campanha de Décio Júnio Bruto, por 137 a.C., apesar do sistema defensivo reforçado pelas pequenas asas, somente com a aceitação das leis e costumes de Roma pôde gozar dos privilégios da paz, quando decorria o ano 25 a.C. e imperava Augusto. Isto permitiu ao povo da bacia do Lima (Limici), entre o qual se contava o do Castro de Sabariz, um verdadeiro florescimento económico e progresso social, a partir do séc. I da era cristã.

Visitado, em setembro de 1960, por Leandro Quintas Neves, José Rosa Araújo, Joaquim Fernandes Ferreira e Manuel Sousa Oliveira, este, na qualidade de diretor do museu municipal, recomendou que não lhe mexessem porque um dia, não distante, havia de ter prospeções e estudos condignos. Seguidamente, o coronel Mário Cardoso, mais ousado,

prometeu, em março de 1961, que em junho, do mesmo ano, mandaria fazer escavações sérias, que nunca aconteceram.

Falhando tais promessas, numa tentativa de mera curiosidade, Manuel Fernandes Dias Pita e João Francisco da Costa (Carones) puseram a descoberto, nesse dito ano, pequenas partes de muralhas e as paredes de uma moradia circular, a Sudoeste da ermida. Atingidas ao de leve em 1979, altura do primeiro terraplenamento do recinto, no ano de 1989, ao tentarem nivelá-lo de novo, desfizeram do lado Sul, inconscientemente, algumas casas, inclusive a que se encontrava à vista, e espalharam as pedras pela ladeira Nascente.

Salvou - se, a Norte, um número indefinido de habitações detetáveis com facilidade, através das, visíveis concavidades e das relevantes e corridas saliências. Ao despontar 2006, devido a insistências de António Alves de Matos Coutinho (Portela), vistoriara o local um técnico do IPA que nada fez nem prometeu.

A Presença Romana

Em virtude do clima de confiança que se foi difundindo pelas vinte e quatro civitates do Conventus Bracaraugustanus, ou seja, pelas comunidades e circunscrições administrativas em que a província se achava dividida, os pequenos Castros, perdendo a importância estratégica, foram – se desertificando à medida que os habitantes, senhores de novos hábitos e outros gostos, se fixavam nos vales, bons para a agricultura intensiva e para as pastagens, se dedicavam à exploração de minas ou ao manejo do barro, como atestam " os restos de um forno - telheiro e de tégulas descobertos no limite com Chafé "

Todavia, porque o espólio, seja ele cerâmico ou referente à construção, seja respeitante ao trajar, ao labor quotidiano ou a enfeites e decorações, subsiste, como na generalidade dos casos, escondido pelos estratos acumulados ao longo dos tempos, exceto alguns fragmentos de louça e uma mó dormente que vieram à luz do dia no ano de 1989 ", não é fácil ultrapassar o campo das conjeturas, acerca da amplitude do povoado, do seu abandono definitivo e da formação da Vila Mo dormente com seus tratos agrário - populacionais.

É certo que, num primeiro momento, parte das questões parecem resolvidas com a existência do topónimo Paço (palatium) o qual, num visionamento retrospectivo, pode transmitir a impressão de que o mesmo funcionaria, em pleno, ainda antes de findar o século IV, tendo na sua dependência as construções indispensáveis não apenas para acomodar os servos, caseiros ou rendeiros (casarius), que cuidavam dos bens e terras (agros), mas também

os carros, os utensílios de lavoura, os gados e os frutos das colheitas e das rendas pagas pelos casais semi - livres (*casae/ casales*).

No entanto, todos os pensamentos se esvaem quando, depois de uma análise exaustiva aos vários livros, documentos e inquéritos paroquiais, testamentos e escrituras, derramas e censos populacionais, se conclui, do silêncio de todos eles, que nunca houvera dentro dos limites da freguesia nem, mais especificamente, em Sabariz e Canhões qualquer honra ou villa senhorial romana e que esse termo só começara a figurar, como lugar, nos livros da paróquia, ao terminar o século XIX, talvez devido à influência de alguns escritores que, em seus trabalhos, apelidaram Paço às antigas casas dos Alpoins, seja à do sopé de Santo Amaro, seja à da Altosa, esta devendo a sua amplitude e configuração à família Abreu Teixeira (Vila de Punhe), em contraposição com as pobres residências que se disseminavam pela localidade.

Em face de tal reconhecimento, e porque na povoação " a presença e persistência de elementos culturais de origem romana " são um facto, como também é confirmado por Almeida Fernandes , tem todo o cabimento a opinião de Alberto Sampaio e Leite de Vasconcelos de que a Villa Frigida, entre a desanexação do latifúndio, propriamente dito, cuja sede teria existido no lugar do Paço, da freguesia de Alvarães, e a sua constituição definitiva, não passaria de uma sub - unidade agrícola formada, com leves e naturais desvios, pelos terrenos baixos da antiga bacia lagunar, superabundantes em cacimbos, humidades e geadas, onde se quedaria o centro da exploração, segundo o topónimo, de incidência climática, na sua forma latina de Frigida (Fria) e se ergueria a ara romana circular ou quadrada " , isto é, o altar dos sacrificios homenageativos, impetrativos ou de aplacação dos deuses (*altariu > autariu > autairu > outeiro*), ainda Muralha do castro hoje consagrado no étimo Outeiro.

A Herança Germânica e Árabe

Aos povos Vândalos e Suevos, sobretudo, que souberam aproveitar, a partir dos meados do século III, a fraqueza da organização romana, manifestada nas lutas internas e na progressiva degradação dos quadros administrativos e militares cujos chefes, para além de se guerrearem, causavam tropelias de toda a espécie aos camponeses, despertando crescentes ódios e vinganças, deve a Villa Frigida a sua autonomização por volta do século VI, pois foi esta gente que após ter deixado " igrejas destruídas, muralhas assoladas e a população em grande número trucidada; por toda a parte a ruína, o incêndio e a morte, na ânsia feroz de subjugar toda a veleidade de resistência " , de se apropriar dos territórios e neles se

estabelecer, como aconteceu com a suévica, em Braga, procedeu ao seccionamento dos latifúndios em vilas menores (fundi), entregando a grande maioria dos terrenos aos novos senhores germânicos e uma parte aos vencidos (tertia romana).

Nesta perspectiva, a Vila Fria de então comportaria, com maior ou menor justeza, os campos e bouças dos posteriores lugares dos Coitos, Junqueiro, Padeiro, Currais, Cavagem, Souto, Bouça Cova, Ola, Mainças, Outeiro e Barranhas, enquanto as restantes terras teriam ficado divididas pelos domini Fronili, Sabarici ", Evenandi, Farilani e Can, no sentido dos antropónimos germânicos Froio (Monte), Sabariz, Viandros (Ponte Pedrinha), Farelo (Ponte Seca) e Canhões (Paço e Valverde).

Contudo, com o virar dos séculos, as desavenças e questões políticas, por morte do rei Vitiza, associadas às dificuldades económicas e conseqüente descontentamento popular, facilitou aos invasores do Norte de África, a partir de 711, a posse destas terras onde, sem destruições ou mortes avultadas, apesar da grande confusão, que relatam ter havido, impuseram o seu domínio.

Respeitando as estruturas sociais existentes, durante o escasso tempo em que desfrutaram da localidade, não deixaram de aplicar novos métodos agrícolas a começar, talvez, pela vila Farilani a qual, sendo atravessada pelas vias principais, teria sido a primeira a repartir - se em leiras, como informa o topónimo Albisquel ", e dada à gente mourisca ou a moçárabes, juntamente com a de Fronili, contígua à referida, enquanto que a de Evenandi, identificada, posteriormente, pelo étimo árabe Mourul, proveniente do antropónimo Mourulus ou Mourellus, termos da família de Maurus, Mouro e Moure, já usados no latim clássico com significações idênticas, prevalecera na posse de um proprietário dessa raça.

Quanto às de Can, Sabarici e Frigida, como parece garantir a permanência destes topónimos até aos nossos tempos, os habitantes, tendo em conta o seu poder económico e importância social, sujeitaram - se, com certeza, à paga de tributos, para continuarem na posse das terras que já cultivavam.

A Villa Frigida Unificada

Embora a história coloque o início da Reconquista no tempo de Pelágio, filho do duque de Cantábria, na batalha de Covadonga, em 718, diversos focos da resistência, encobertos pelas montanhas e apoiados, sobretudo, pelos pequenos proprietários livres e por aqueles que tinham ficado sem as terras necessárias para o seu sustento, permaneciam ativos em muitos locais.

Porém, só com o avanço dos guerreiros, a partir do Noroeste peninsular, no governo de Afonso I (739-757), genro de Pelágio, e com o repovoamento levado a cabo por Afonso III (866-910), até Coimbra, as antigas vilas romanas, suévicas ou godas são distribuídas pelos presores e componentes do comitatus. Durante os séculos IX e X, isto é, veem - se entregues às famílias dos antigos donos ou repovoadas por estranhos lavradores, depois de fixadas as terras maninhas e os logradouros públicos, o que provocara não apenas o aparecimento de grandes extensões agrárias, ao cuidado das igrejas e mosteiros, de herdeiros e fidalgos, mas também de vários lugares e diferentes aglomerados rurais.

Contudo, a Vila Fria que, com a Reconquista, alargara os seus limites anexando os demais fundos agrários, com exceção da quintã de Sabariz que teimara em ficar dependente de algum presor visigodo ou seu descendente, como diz um documento de 1063, relativo aos limites do couto de Mazarefes " inter Savariz et Villa Fria ", no ano de 1081 estava sob a alçada de um rico homem que a ofertara à filha, por altura do seu casamento, segundo reza a escritura de dote, " Ego Gundizalves Luz dou a tivi ... Unisconi Prolix ... villas prenomintas inter Limia et katavo ... Villa Frigida cum ajunctionibus suis " ",

Com o rodar dos anos, cumulada de isenções e regalias fiscais, a Vila Fria de Jusã foi ofuscando o prestígio da de Susã ou Sabariz a qual, segundo informam as inquirições afonsinas, manteria uma certa e relativa independência no atinente a pagas e contribuições.

Só com D. Dinis e suas leis reformativas, dos finais do século XIII, é que Sancto Martino de Villa Frigida começou, também, económica e socialmente a existir dentro de uns limites que não difeririam muito dos de hoje.

Do começo à Nacionalidade (Século XII)

De acordo com os resquícios das pesquisas efetuadas nos monumentos funerários, que abundaram por Vila Fria, e as diversas informações escritas, o nomadismo dos escassos habitantes, senhores da densa floresta por onde vagueavam no abate de animais e na recolha dos frutos oferecidos pela Natureza, para sustento próprio e dos seus, já havia evoluído para uma vida sedentária nos tempos do Neolítico.

Consequentemente, o cultivo de alguns cereais, inclusive o painço, o trigo e a cevada, a manutenção de rebanhos pelos maninhos, para deles obterem a lã, o leite e outros produtos, a criação e a engorda de suínos, que se passeavam pelos numerosos soutos à procura da bolota, da lande e das castanhas, bem como a captação de peixe, nas surtidas até ao mar ou ao rio, foram progressivas realidades que os romanos encontraram de parceria com o fabrico artesanal de peças de agasalho e de adorno, de utensílios destinados quer ao negócio e à

satisfação das necessidades domésticas, quer ao amanho dos campos ou aproveitamento dos montados, e das armas indispensáveis para as lutas de subsistência e de defesa contra os invasores.

A atestar tais atividades, em franco progresso nos povoados hierarquizados, chegaram até nós os testemunhos de vários escritores coetâneos, os quais, por entre elogios às belezas naturais destas localidades e às desenvolvidas capacidades criadoras e transformativas dos povos autóctones, apontam a falta de interligações capazes como verdadeiro motivo para as difíceis e escassas trocas comerciais entre as comunidades da região.

Com a pacífica convivência entre vencedores e derrotados, estes, regidos por diferentes costumes e leis, ao poderem usufruir de melhores vias e outras técnicas de cultivo e armazenagem de águas em represas ou poços cisternas, nos quais instalavam cegonhas e engenhos com o fim de facilitarem o dessedentamento dos solos, pessoas e animais, trocaram o parcimonioso viver do castro de Sabariz pelos benefícios obtidos, não só através do arroteamento de pequenas leiras dispersas e da extensa villa senhorial onde, em local solarengo e de vistas dominadoras das terras amanhadas e bravias, se erguia o palácio ou paço (*palatium domini*), com seu pomar e horta, mas também mediante o fabrico de tijolos e telhas (*tegula*, *imbrex*), ânforas e louças variadas, que a presença do barro facilitava, ou de diversificados objetos em metal.

Isto sucedeu com os servos e lavradores rendeiros cujas habitações, juntamente com os *Currais e Presis* ", se espalhavam pelos campos, ora separadas, os *locus/ localis*, donde os nossos lugares ", ora juntas, constituindo um *vici* com seus vizinhos (*vicini*), a aldeia árabe, onde não faltavam as ciras, os moinhos e os formos comunitários, nem as bebidas fermentadas, incluindo o vinho, os produtos lácteos, as gorduras animais e o azeite, o qual fora utilizado em pequena escala pelos colonizadores pois a verdadeira implantação da oliveira, nestas paragens, só se verificou a partir dos finais do século XVIII.

Aquelas formas de povoamento e de laborar as terras consagradas nos topónimos, hoje quase esquecidos, *Casal* (*casae/ casales*) e *Coitos* (*cantus*), lembram, o primeiro, o espaço onde vivera uma família herdadora encarregada da lavoura e da entrega de uma parte dos géneros colhidos, de acordo com o compromisso aceite e a proteção prometida, e, o segundo, os marcos ou padrões, os *coutos*, que se teriam implantado em zonas dos atuais lugares do Ribeiro e Junqueiro, no limite com Mazarefes, terras onde os funcionários do rei, desde juizes a mordomos, não podiam entrar em virtude de gozarem de imunidade no concernente a impostos e justiça.

Os germânicos, depois de haverem destinado aos seus duas partes das terras, em pequenas extensões, os *fundi*, e permitido aos vencidos a posse das restantes, ou seja, da

villa Frigida, com certeza pouco desejada na altura por ser zona com muito brávio e humidades excessivas, conforme os topónimos: Carregosa, Fria, Lourinha, Bouça, Lagoa, Espadanal, Lodeiros ... e outros ", convivendo, pacificamente, com os romanos, trocaram as espadas pelos arados, segundo a descrição de Paulo Orósio: " Execrati gladios suos, ad aratra conversi sunt, residuosque romanos ut socios modo et amicos fivent ", pelo que, juntamente com numerosos vocábulos, legaram o arado quadrangular, com carrela e aivecas, como afirma Jorge Dias ", o uso da pedra nos muros, esteios, currais e casas, na opinião de Orlando Ribeiro " e ainda conhecimentos sobre a utilização do cavalo, a arte de ferreiro, o amanho e estercagem dos terrenos, em que eram exímios.

Já a presença dos povos do norte de África em Braga e nesta região, depois de 716, embora não haja sido de todo benéfica, sobretudo para quem resistiu às suas imposições, teve o condão de, na sua fugaz permanência, espalhar pelos campos arroteados e adubados com estrumes e cinzas, diversos citrinos, de dar a conhecer o feijão nas suas variedades, o linho e o trigo duro das zonas elevadas e secas, de incrementar a pesquisa de águas, a abertura de canais e a construção de azenhas. e reservatórios para as noras ou rodas mouriscas, desaparecidas há poucos anos, de difundir o fabrico de cestas e esteiras, com vimes e junco, abundantes nos terrenos aquosos do Juncal e Junqueiro, e de enriquecer a linguagem. com muitos dos termos ligados a produtos e atividades do campo.

Findos os movimentos da Reconquista, as anteriores extensões agrárias", agora parte constituinte do antigo reino das Astúrias, devido ao reduzido número de cristãos que nelas existiam, teriam recebido, desde o terceiro lustro do século nono e durante duzentos anos, no mínimo, alguns repovoadores provenientes de diversas localidades da atual Espanha os quais, fixando - se como agricultores ou servos arrendatários, não se alhearam, quer do surgimento de uma diferente. ordem política, militar e económica, quer do provocar, no substrato do quadro agrícola da Vila Fria, posições inovadoras em face das leis e exigências reais.

Na realidade, os campos, divididos em linhares, cortinhas, agras, searas, lameiras, negrosas, moinhos, vessadas, ... nomes que os tempos não extinguiram, e os montes, onde crescia, por entre árvores de grande e médio fuste, a vegetação maninha que serviria para suavizar o viver das pessoas e animais, foram, durante centúrias a fio, de parceria com o subsolo, a essência palpitante da gente de " Sancto Martino de Villa Frigida " a qual, criado o Condado Portucalense pelo reino de Leão, pagava das colheitas na segunda metade do século XI, como se conclui do Censual de Entre Lima e Ave, Il moios (modios) ", ou seja, 120 alqueires de milho.

Do Século XII aos primeiros Surtos Migratórios (Séc. XVI)

Quando, por mediação do Arc. de Braga, D. João Peculiar, D. Afonso VII reconheceu, perante o legado da Santa Sé, Guido de Viso, na conferência de Zamora de 1143, D. Afonso Henriques como rei, a maior fatia de terrenos, por conquista ou herança, pertencia à Coroa, mas o Clero e a Nobreza, a título de recompensa pelas ajudas prestadas nas lutas, na consolidação política e nas distintas formas de reger os súbditos, haviam sido recompensados com extensas propriedades, os coutos e as honras, respetivamente, onde gozavam de isenções fiscais e viviam cumulados de privilégios, regalias e imunidades.

De modo semelhante, aos nobres de linhagem ou equiparados por causa de ações militares ou de elevado valor (*dives aut ricus homo*), foram - lhes de destinados os altos cargos na corte e nas chefias das Terras ou circunscrições (*dominus terrae aut tenens*), juntamente com benefícios tributais, honras e préstamos que, com o absolutismo régio, deram direito aos títulos honoríficos de marquês, conde, visconde, duque e barão "

O povo, não tanto os herdeiros vilãos e reguengueiros mas sobretudo os malados, que nada possuíam de seu, embora dominasse os segredos dos arados e vassadouros, do lidar com os bois e engenhos e não estivesse preso às terras do rei, em virtude de este não ser patrono nem ter qualquer reguengo (*rex non est patronus; rex nullum habet ibi regalengum*), segundo Martinho Pais - Abade, Sueiro, Martinho Pedro, Petrilio, Pedro Gonçalves, Pedro Vermudes, Fernando Gonçalves, Fernandio, João Sueriz, Johannino (Johanio) e Pedro Godiiz, os jurados ouvidos nas Inquirições de D. Afonso II, em 1220, não conseguia, em consonância com o Livro dos " Casais das ordens, reguengos e herdeiros ", deixar de trabalhar as terras dos Nobres, isto é, os bens de casais honrados, de cavaleiros e fidalgos nem as searas (*senarias*) da igreja de " Sancto Martino de Villa Frigida, da Terra de Neiva (Nevia), e as do convento de S. Romão o qual, além de receber " cinco taleigas de pão ", tinha direitos sobre dezasseis casais, duas metades de outro, sendo a terceira do de Palme, uma quarta parte de mais um, e uma sexta parte de uma quintã ".

A isto, sem contar com as multas, que podiam ser aplicadas pelo juiz de Neiva a quem incorresse nos crimes de furto, violação ou rapto de mulheres (*roussos*), homicídio e *stercus in ore* (*quatuor calumnjis*), e com os encargos provenientes das idas ao Castelo de Neiva (*vadunt ad castellum*) para as normais reparações programadas pelo " rico homem ou senhor da terra " que, semanalmente, podia ocupar pessoal de um a três dias, acresciam, segundo parece transparecer do silêncio dos jurados, as despesas inerentes ao cumprimento dos deveres militares de hoste e fossado, ou seja, à participação na defesa contra os inimigos, em campanhas e combates, imposições que sempre foram cumpridas (*nihil est ibi negatum*),

e as pagas da peita e foro, perfazendo estas, na totalidade (pro toto foro), vinte morabitanos , dois carneiros e uma galinha por cada casal (singulas galinas).

Em face de panorama tão ingrato, o aforar ou emprazar propriedades, perpetuamente ou por ciclos de vida (três vidas), eram vistos, apenas, como triste remedeio já que, liquidados os foros ou pensões (forum et portiones) em milho miúdo (panicum miliaceum), conforme os Censuais de Braga dizem que as freguesias satisfaziam noventa e cinco por cento das contribuições efetuadas à Mitra, durante os séculos XII e XIII, as sobras, embora atestassem a isenção de penalidades por parte do almoxarifado de Viana, nunca compensavam os suores e fadigas.

Passando de geração em geração, sempre com as rendas atualizadas, pois só os bens de avoenga ou herdados, os de morgadio e vinculados não podiam ser transmitidos, mais agravavam as dificuldades de algumas famílias as quais, mesmo depois de extintos os direitos da coroa e suprimidos os dos conventos e igrejas, ainda no decorrer do século findo eram perseguidas por muitos foros inerentes às terras dos ricos.

Sujeitas a leis e posturas explorativas, quando a criação de animais e as pequenas indústrias artesanais, sobretudo, de carpinteiro, ferreiro, tecedeira de linho e lã, ferrador e oleiro, esta sobejamente confirmada pelos documentos respeitantes ao couto de S. Romão de Neiva e aos antigos limites de Vila Fria, começavam, no curto, turbulento e inglório reinado de D. Sancho II, deposto pela Bula (Grandi non imeriti), de Inocêncio IV, em 1245, a indiciar melhorias económicas, a nobreza, vinda de outras terras, provocou grandes abusos e desfalques na receita contributiva da freguesia com “as crianças e amadigos” que, honrando ou nobilitando, num primeiro momento, o lavrador e familiares, em cuja casa os filhos de algum fidalgo ou cavaleiro era amamentado e criado e, posteriormente, o lugar e vizinhança, muito frequente entre os séculos XI e XIII, os isentava dos tributos e impostos.

Chegado ao trono, o rei Afonso III, querendo conhecer com rigor o estado da nação, por causa dos relatos alarmantes que lhe chegavam, ordenou umas novas inquirições gerais.

Decorria o ano de 1258 quando o pároco da “Parroquia Sancti Martini de Vila Fria”, o juiz do Julgado de Neiva e os homens bons confirmaram que: o rei não era padroeiro mas recebia, anualmente, dois carneiros, nove galinhas e vinte maravedis dos quais deixava um para a igreja; os habitantes não estavam dispensados dos impostos militares, das tributações fiscais e coimas (et pectam IIIor vozes davanditas) nem de assegurar as reparações do castelo sobranceiro ao Neiva (hoste e anúduva); eram verídicas, dentro da estratificação social estabelecida, as fugas aos impostos por causa de haver três casais de herdadores vilãos, o de Petrilino, o de Johannino e o de Domingos Pedro que aceitaram crianças, filhas

de cavaleiros, razão pela qual havia recusa em dar as galinhas, ir à reparação do castelo (in anuduva) e em permitir que o mordomo real entrasse nas suas propriedades.

Perante tantos e variados atropelos, o soberano, longe de agir contra os prevaricadores extinguindo-lhes as regalias, determinou, readaptando a legislação, que fossem criadas mais parcelas de sementeira e de prado.

Ora, porque as melhores tinham sido ocupadas há muito, foi necessário reduzir os bravios, sangrar as zonas encharcadiças do Junqueiro, Carregosa e Mainças, onde surgiram bedulhas, cavadas, courados e cortelhos, limitados por muros, sebes de arbustos ou de silvas, e orientar as águas para os arroteamentos pobres e secos, de acordo com as alusões frequentes a courelas de regadio, a regos, condutas e canais (canales).

Mais decidido foi D. Dinis, o rei Lavrador, que, informado acerca do parco desenvolvimento do reino e dos motivos obstantes, por intermédio de uma devassa efetuada em 1290, não só suprimiu todos e quaisquer privilégios que os honramentos, necessariamente, implicavam, a que não escaparam os da freguesia, mas também avançou com profundas reformas à política agrícola do seu antecessor, incluindo o repovoamento florestal, à base do pinheiro bravo que atingiu mais de três quartas partes dos montados da localidade, segundo abalizadas opiniões de autores consagrados.

Os resultados, à partida, fosse porque permitiram a união total da “Freguesia de Sam Martinho de Villa Fria”, fosse devido aos incentivos apresentados aos menos afortunados, provocaram expectativas indevidas, ao favorecerem a miragem de que havia chegado a hora de entrarem na rota do progresso libertativo.

Idêntica ilusão ressalta do “Catálogo de todas as Igrejas, Comendas e Mosteiros que havia nos Reinos de Portugal e dos Algarves, pelos anos de 1320/21, com a dotação de cada uma delas”, ao atribuir à “Ecclesia Sancti Martini de Villa Fregida”, do concelho de Barcelos, comarca ou província de Entre Douro e Minho, da Terra de Aguiar de Neiva, do Almojarifado e Correição de Viana, Arcebispado de Braga, a paga de 70 libras (ad septuaginta libras) para que o monarca, com “a décima de todas as rendas eclesiásticas do seu reino”, pudesse sustentar a guerra contra os mouros, de acordo com a concessão de 23 de Maio de 1320 assinada, em Avinhão, pelo Papa João XXII.

No entanto, com o passar dos dias, os sonhos iam-se esfumando porque à permanência dos latifúndios e à falta de ofícios e indústrias, que beneficiassem os desafortunados jornaleiros e criados, juntaram-se as lutas e crises nacionais, os maus anos agrícolas que não deixaram grão para o sustento, a peste negra de 1348 e a epidemia de 1356.

Na perspectiva de amenizar as carências económicas nacionais, reprimir abusos e fixar, novamente, o povo no trabalho das terras, muito despovoadas e abandonadas, o rei D.

Fernando, nos meados do século XIV, assina a lei das Sesmarias a qual, ainda que bem intencionada, pois pretendia ir de encontro aos mais desprotegidos, não surtira os efeitos desejados entre a população local, conforme exara o Livro de Mostras do ano de 1402 .

Quase cem anos transcorridos (1493), o Censual de D. Jorge da Costa (1486-1501), no “Lyvro do Reçebimento dantre Douro e Minho das colheytas e prestemos e dizemos de searas e morturas” , referindo que a igreja de Sam Martino de Villa Frya pagava “X livras que sam em prata IIII^o oncas (4x29,691gr) ... e de searas Lbrs b II pretos (55 rs e 7 pretos) e monta em dinheiro com morturas bII cLXrs (equivalente a 760 rs, em dinheiro)”, deixa sem especificar a verdadeira situação económica da massa assalariada, pois só indiretamente a ela se reporta.

Do Século XVI às Invasões Francesas (Século XVIII)

Com a entrada do século XVI, o maïs, conhecido por milho grosso ou de maçaroca, enquanto fazia eclipsar o milho miúdo e relegava para segundo plano o centeio, o trigo, a cevada ou a aveia, assistia impávido às surtidas casuais dos jovens Cristóvão de Alpoim, João Alves Ferreira e Cristóvão Dias, para o Brasil e Manuel Pires, da casa do Socorro, para a Índia, como marinheiro.

Era a emigração que, ao permitir o surgimento da casa dos Ferreira (da Lavandeira), a remodelação das dos Alpoins e Tourinho, a construção de poços e minas, de condutas graníticas bem urdidas, reservatórios e tanques, que ajudaram a aumentar a produtividade das grandes quintas, a transformação de algumas seculares e tradicionais maneiras de inter-relacionamento e ajuda, de hábitos alimentares e de convivência, começara, pesem embora as dificuldades, custos e perigos, a ser vista como única tábua de salvação, pelos jovens e adultos que vegetavam em ínfimas condições.

São estas formas de viver que transparecem do mutismo do Censual de D. Diogo de Sousa, referente ao ano de 1528, da renitência do povo em compartilhar no “subsídio caritativo”, destinado ao arcebispo D. Manuel de Sousa (1545-1549), quando tomou conhecimento do pedido feito a Roma para a concessão “em comenda, ... do mosteiro de S. Romão de Neiva”, à Arquidiocese de Braga, bem como do processo cominatório instaurado pelo Cabido Primacial, somente resolvido com cedências mútuas após terçados todos os prós e contras , por causa da recusa em entregar as pagas de “procuração e colheita” obrigatórias “a título de visitação”, ou seja, o jantar ao prelado e acompanhantes e uma certa dádiva ou tributo (procuraciones racione visitationis), encargos muito pesados para as igrejas.

A estes problemas associaram-se, a partir de 1569, os provocados pelas péssimas colheitas e pestes que, se não eliminaram em elevada percentagem os habitantes, aumentaram, grandemente, a quantidade de doentes e de mendigos ambulantes, retratados nos “Memoraes” de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, do seguinte modo: “o Arcebispo depois de esgotar a bolsa no emprego do pão comprado, e depois de sumido este e todo o mais que procedera das suas rendas... attento que communmente a gente he já quasy toda enferma é fraca e muitos vivem com muito trabalho” .. Eis a situação que, aquando da passagem, em fuga, de D. António, Prior do Crato (1581), pela quinta do seu grande amigo, Jerónimo Alpoim, em Sabariz, e durante a acalmia social dos dois primeiros decénios do século XVII, já sob a mão governativa dos Filipes de Espanha, dominava na freguesia.

Ao findarem as guerras da Restauração, nem a aposta séria na expansão do milho pelos terrenos onde, outrora, vicejaram o trigo e o linho, as ervas de pastio e os prados, nem os novos vinhedos de enforcado e latada, bordejantes de muitas leiras, permutando as vinhas baixas, que os invasores Árabes não desfizeram, os homens medievais não esqueceram, as ordens religiosas implementaram e as dietas alimentares acharam indispensáveis, ajudaram, de modo palpável, a inverter o rumo ou destino das gentes.

Informam os livros das Rendas e Testamentos que os grandes contemplados, sobretudo em anos de adversas temperaturas para os frutos primaveris e estivais, continuaram a ser os Conventos, a Mitra de Braga, os senhores das quintas e, agora, também a Casa de Bragança, porque ao receberem prestações iguais lucravam com as vendas mais caras.

Daí não espantarem os veementes protestos contra o pagamento da quota para a guerra de sucessão de Espanha, no reinado de D. João V, a falta de espírito empreendedor e o desinteresse manifesto pelos prazos abandonados, da igreja bracarense, conforme o exarado na inquirição da Mitra Diocesana de 1711, nem tão pouco os persistentes e voluntariosos esquecimentos no saldar os foros, por parte dos laboradores das terras aos quais, não raras vezes, subjavam motivos para se oporem à prepotência do cobrador das rendas que nunca atendia à miséria deles.

Mesmo assim, como “morreria de fome se deixasse de trabalhar neste ramo interessante e base de toda a riqueza”, a gente, na ânsia de ultrapassar a economia de subsistência, fora a primeira a aceitar, um tanto obstinada, é certo, as mudanças perspeticivantes de uma melhor rendibilização dos solos cujos programas não só apontavam os bravios como meios atenuadores das enigmáticas condições de vida, atendendo a que podiam fornecer as madeiras e lenhas, os materiais para as camas do gado ou adubagem e o alimento para os animais, sobretudo caprino e lanígero, mas também aconselhavam a

alternância cíclica das culturas, ou seja, onde o centeio, o trigo ou a aveia havia amadurecido, o milho, com regas apropriadas, poderia vir a frutificar, em pé de igualdade, com o das leiras húmidas e possantes nas quais eram espalhadas, frequentemente, a seguir à decrua e arrendamento, as sementes de nabos, destinados a alimento das pessoas, e as de azevém, este para, em dias muito invernosos ou de falta de pastos, servir de sustento ao gado, misturado ou não com a palha conservada em palheiros ou em cobertos, depois de os molhos, antes encadourados, terem sido batidos na eira.

Outro tanto sucedia com a palha milha que, seca e atada em pequenos molhos, era colocada em volta de varas de pinheiro, as medas ou moreias, rematadas por um capucho de palha centeia, isolador das águas da chuva.

Todavia, atendendo a que este projeto reorganizativo sofrera diversas contestações, as habitações em tabuado e muitas outras, excetuando os visitantes de 1758, 1767 e 1780 , embora soubessem que, pelos lugares, abundavam as dos facultadores de jornas, eram “espaços que de cortes pouco diferiam”; conhecessem a pobreza que dominava na freguesia, apesar da luta constante com a terra; tivessem permitido que a recolha das rendas, em milho, milhão e centeio, pudesse ser feita entre o S. Miguel de Setembro e o Natal, e a do vinho da colheita até Fevereiro; e estivessem informados sobre o aumento desmedido dos preços cerealíferos que, em menos de meio século, aumentaram 276% o trigo, 295,4% o centeio e 400% o milho, quiseram ouvir as razões que levaram a abandonar vários prazos da Mitra e obstaram ao cumprimento dos contratos.

Devidamente informado, D. Frei Caetano Brandão, na peugada dos seus antecessores, não demorou a interpelar, por escrito, o pároco, em 1792 no sentido de que, face às sequenciais crises cerealíferas, esclarecesse os fiéis acerca das potencialidades dos solos e suas adubagens, da necessidade do linho para o fabrico das roupas e do valor do azeite para uma alimentação saudável, e que ele próprio mandasse cultivar, em parte do passal , essas plantas fibrosas e de flores azuis e, no adro, proceder ao plantio de oliveiras .

Tais conselhos e práticas, bem aceites e benéficas, tiveram o condão de revitalizar os linhares e fazer proliferar, pelos campos, leiras, encostas, largos e margens de caminhos, Tais conselhos e práticas, bem aceites e benéficas, tiveram o condão de revitalizar os linhares e fazer proliferar, pelos campos, leiras, encostas, largos e margens de caminhos, os olivais que, para além de provocarem a mudança dos costumes alimentares, pela substituição das gorduras animais, e a construção do lagar de azeite de Sabariz, que laborou desde 1886 a 1946/47, fomentaram o emprego de muita gente, sobretudo durante os meses de Novembro e Dezembro, fosse na ripagem da azeitona para os painéis estendidos a todo o perímetro dos galhos, na limpeza e crivação, no transporte em carros chiadeiros, na descarga e lavagem;

fosse no orientar a água do rego mestre da poça da quinta e da Fonte Redonda donde, depois de fazer mover, no fosso, a roda vertical seguia, por Mazarefes, para o rio Lima, no chamar as juntas de gado, lentas acionadoras das mós ou galgas, no retirar das pias circulares graníticas (pios), a massa para as ceiras arredondadas a fim de sofrerem a compressão dos malhais, provocada pelas grandes e pesadas vigas que, apoiadas em dois rasgos da parede, rematavam por volumosos blocos de pedra pendentes de fusos de carvalho ou oliveira; fosse na recolha e envasilhamento do gorduroso líquido (olea europeia), depois de purificado no pilão através da água quente ou, finalmente, na junção dos resíduos e do baganho ou brulho destinados à comercialização.

O mesmo Antístite, ultrapassando, uma vez mais, as questões estritamente do foro religioso, ao tomar conhecimento de que, em Vila Fria, muitos “chefes de família não prestavam, aos seus, os cuidados competentes mas perdiam-se nas vendas a beber e a jogar”, ordenou ao visitador de 1797 que, de acordo com a circular ambulatória, já conhecida dos paroquianos, “fossem advertidos os vendeiros locais, sob pena das multas previstas, de que não podiam vender vinho aos que tivessem bebido, excessivamente, nem permitir que, depois de terem bebido, ficassem nas vendas fazendo barulho e a dizer palavras indecentes”, porque, insistia: “O que sinto são os pobres: pão caríssimo; tudo caro: como hão de passar? Neste Minho, especialmente onde a população he imensa, não se vê senão farrapos e misérias” 65.

Do Século XIX aos nossos dias (séc. XXI)

Ainda mal haviam sido superadas as instabilidades e desassossegos originados pela “entrada dos franceses, no reino, que provocaram uma verdadeira confusão” e obrigaram mesmo o juiz do Subsino de 1808, após requerimento aprovado pelo provedor da Comarca, a interromper, por sessenta anos, a divisão do monte baldio de Sabariz que “pertencia, por costume imemorável, aos moradores que vivem da estrada de Braga (antiga estrada real) para cima, por serem os únicos que ali aproveitavam o roço e fartavam os rebanhos”, quando o péssimo ano agrícola de 1812, forçando uma subida desmesurada e repentina dos bens essenciais, que se repercutiu até 1826, voltou a abalar, em força, a branda economia local.

Como pouco se tinha modificado a estrutura possessiva dos terrenos, pois a maioria continuava ligada aos Ferreira (Cavagem), Queirós (Cavagem), Brito (Outeiro / Lavandeira), Araújo (Junqueiro), Viana (Padeiro), Alpoim (Outeiro/ Paço), Vieira Guedes (Sabariz), Cunha (Sabariz), Tourinha / Gonçalves (Junqueiro) e Miranda (Ponte Pedrinha / Rua / Outeiro), as famílias, tentando libertar-se do trabalho sem horário oferecido pelas casas

de viver afigado, que não paravam de planear o aumento dos bens, por compra ou mediante a remissão dos foros oneradores das propriedades, arrendavam pequenas leiras que arroteavam durante as horas de descanso ou do lusco-fusco.

Isto nos diz o rol de cobranças do Convento Beneditino de S. Romão de Neiva o qual, seguindo de perto o Tombo de 1769, regista, sob a sua dependência, em 1816, terras de setenta e nove dos 112 casais que “pagavam rendas em dinheiro, trigo, pão meado, vinho, carneiros, ovos, milho, palha, galinhas e centeio” , enquanto os trinta e três restantes entregavam contribuições, menos onerosas, à Mitra Primacial e à Casa de Bragança.

Ao sair das lutas fratricidas, quando os novos sinais de recuperação se iam descobrindo entre os trabalhadores, como efeito lógico dos decretos reais, dos árduos trabalhos e das poupanças incontidas, as débeis produções cerealíferas e vinhateiras de 1835/36; a norma autárquica, de 1836, que obstava a que os gados pastassem nos caminhos “para que não se introduzissem, pelos portelhos, nas propriedades alheias” ; a derrama lançada, em 1837, para responder a reparações e obras urgentes na freguesia; a confusão política provocada pela revolta da Maria da Fonte e pelo confronto popular entre Carlistas e Setembristas, a Patuleia, só resolvido no ano de 1847 pela convenção do Gramido, na qual lutou o progenitor dos patuleias de Sabariz, limitaram o progresso iniciado.

Sem cruzarem os braços perante os infortúnios, como sucedera com alguns endinheirados naturalmente desconfiados e obstrucionistas, em relação aos inovadores esquemas agrícolas, à expansão de produtos até então pouco ou nada utilizados, como a batata, difundida da América por 1848, segundo vários autores, e aos diferentes modos de semear, em talhões, as plantas hortícolas, inclusive couves, nabos, cenouras e abóboras, só aceites, em plenitude, com o século XX bem adiantado, a eles se devem as transformações introduzidas nos esquemas tradicionais de regência familiar e de contextura agrícola.

Não fora a ferrugem dos cereais e o oídio das vinhas, em 1854/55, aumentar as importações de milho, cujo alqueire atingiu “valores médios superiores a seiscentos réis”, e agravar as décimas sobre as terras arrendadas e o ritmo da sua vida seria bastante diverso, para melhor.

Como consequência de tantos contratemplos, cerca de sete dezenas de jovens e alguns agregados familiares empreenderam saídas para o Brasil, nos derradeiros cinquenta anos do séc. XIX, com incidência entre 1850/1860 e 1862/1865, anos estes de secas intensas que provocaram mesmo preces na freguesia e aldeias circunvizinhas.

O desejo desmedido, mas aceitável, de melhorarem as condições sociais que o país, embebido em crises de regime e sem meios, lhes sonhava, incutira-lhes a valentia e

coragem dos arrojados predecessores os quais, durante séculos, em maior ou menor percentagem, partiram sempre em busca de soluções remediativas.

Aos mais endinheirados, ou seja, àqueles que, para além das manifestações de riqueza, não esqueciam as benemerências compassivas e os auxílios em prol do progresso local, os conterrâneos e conhecidos compensavam-nos com o garboso cognome de brasileiros.

Nestas andanças, as donas de casa, que com os pecúlios das poupanças familiares haviam comprado umas leiras, chamam a si os encargos da lavoura, quer os respeitantes ao arroteamento e ao plantio de videiras, incluindo a moranga tinta que, como sucedera no século passado com a moranga branca, hoje em total desaparecimento, rapidamente se expandiu por quase todas as propriedades, apesar da legislação proibitiva de 1935, quer à permuta das uveiras, bardos e ramadas, em madeira, pelas vinhas de esteios e arame, caibros ou ferros, que passam a cercar leiras e agras, e a cobrir caminhos públicos e de servidão.

Adestrando-se noutros métodos de poda e na desinfeção à base do sulfato de cobre e enxofre, as abundantes colheitas, que satisfaziam os gastos caseiros e as necessidades transacionais, incentivaram o fabrico de balsas, pipas e tonéis, indispensáveis para a condução e encuba do vinho, a montagem de lagares e espremedeiras, para a pisagem ou esmagamento das uvas e prensagem do brolho e a instalação de alambiques, fosse nos anexos das casas, como nos de Alexandre Franco Torres, no Ribeiro, fosse nos cobertos das quintas, como nos do Paço e da Lavandeira.

Das atas da Junta de Paróquia, respeitantes à última vintena do século XIX e aos primeiros lustros do seguinte, depreende-se que, a par dos desgastantes afazeres referidos, a criação de ovinos e caprinos que as posturas e coimas, pouco divergentes das de 1838, continuavam a penalizar em benefício dos grandes haveres, porque tinha prosperado grandemente, começava a sentir dificuldades devido à falta de terrenos baldios e maninhos ou em razão de os existentes se encontrarem derrotados, como consta das respostas aos Inquéritos camarários de 1884 e 1911, em virtude dos poderes locais não corrigirem os abusos nem regularizarem a situação.

Reconhecendo os problemas, a Autarquia que, na melhor das intenções, havia procedido à repartição do monte de Sabariz e à entrega da divisão do da Fonte, ou de Valverde, a Jerónimo Alpoim e António Alves de Brito, com o fito de evitar a paga de “oitenta réis, por cada unidade, para o trabalho dos peritos e despesas do processo de licenciamento”, e de que os lotes fossem repartidos “irmãmente e não em proporção aos bens, pois os ricos ficariam com muito mais”, cancelara os demais alienamentos que tinha em perspectiva. Com o avançar dos anos, ao venderem uns e ofertarem outros, a maioria desaparecera.

Assim:

1º) Uma grande extensão de terreno no Monte da Ola, a entestar pelo Poente com Vila Nova de Anha, fracionada em talhões, de acordo com uma planta aprovada e autorizada superiormente, veio a ser vendida em hasta pública, na quase totalidade, entre 1962 e 1973, a famílias tidas como necessitadas. Algumas parcelas, sem qualquer plano, haviam sido dadas anos antes. Escapou a pequena faixa do polidesportivo e local de lazer.

2º) “Os terrenos da estrada dos barros brancos, para Norte e Nascente, que ficaram sem partir, pois, seriam reservados para algum infeliz que viesse a carecer de terreno para casa e horta”, na elevação de Valverde, viram, em 1965, algumas frações registadas em nome de particulares. A alienação das restantes, permitida em 1968, pelo ofício n.º 882, de 12 de fevereiro, da Câmara Municipal de Viana do Castelo, foi suspensa, por motivos não aclarados, até 1980/84, período em que, da maior parte da faixa entestante com a estrada municipal, trocada pelo terreno onde se construiu o parque desportivo, foram retirados dois lotes, para famílias pobres, no ano de 1982. Mesmo assim ainda conserva a área onde se situam o poço (antiga fonte), o tanque de lavar e o abrigo de passageiros, pois a poça de consortes fora aterrada ao sofrer obras o recinto (2008).

3º) A zona do Socorro, confrontante com o Monte da Ola, pelo Sudoeste, passou para o domínio privado, a partir da revolução de 1974, atropelando os direitos dos proprietários das minas de rega.

4º) O triângulo limitado pela estrada, caminho do Pinhal e rego de águas públicas, em Ponte Pedrinha, ano após ano, até ser vendido, sofrera reduções em favor de particulares sedeados junto dele.

5º) A faixa de um antigo caminho, em Sabariz, ao lado da fonte do “Carones”, cedida a uma família necessitada para nela construir o seu lar; o pequeno largo da fonte Redonda, o espaço modernizado que antecede o escadório de Santo Amaro⁷⁶ e o recinto das merendas, o caminho ocupado pela fonte/lavadouro (1975), com o jardim anexo, antes terreno particular, não levaram idêntico destino.

6º) O antigo souto do Junqueiro, desaparecera, há anos, aquando do arranjo e alargamento da rua do Monte da Ola e ao terreno de envolvimento e acesso à extinta fonte do Ribeiro, ocupado, em 2009, pelos acessos à passagem desnivelada da REFER, o mesmo acontecera.

7º) O Pinhal do Senhor fora transformado em lixeira /aterro sanitário.

Contudo, as posturas que vigoravam e haviam sido lavradas na continuidade dos regulamentos das Confrarias do Subsino e do Senhor, respeitantes a 1836, 1837 e 1838, não abdicando de fixar que “se alguém, exceto os pobres registados da freguesia, extraísse

saibro, barro ou pedra incorria na coima de quinhentos réis” e “quem neles pastasse animais vê-los-ia presos até saldar a multa, de acordo com os danos causados”, influenciaram a redação dos de 1886 que apresentavam um preçário que dizia: pela extração não autorizada de saibro grosso ou terra recai a multa de seis mil réis ; por cortar pedra, sem licença, no Monte da Ola e na Altosa, pois nos restantes baldios é proibido, incorrem na “multa de oito mil réis e perda de toda a pedra quebrada”; mas tendo licença, entregarão por cada carro de pedra, cinquenta réis; pelo de alvenaria, trinta; pelo de salão, quarenta; e duzentos réis pelo de canos ou esteios.

As determinações referentes às multas sobre o gado apanhado em transgressão, as quais seriam agravadas para as ovelhas e cabras, mantinham-se.

Os resultados, aceitando o relatado nos livros de registos, demoraram a aparecer pois o primeiro pedido formal, para cortar pedra no Monte da Ola, data de 1896, ano em que várias pessoas foram condenadas em mil réis por roubarem entre oitenta a noventa varas de pinheiro da elevação de Valverde e por lá meterem os animais, à revelia.

Porém, como as diferentes medidas não eliminassem a ignorância acintosa, em 1911, as penalidades por explorações e pastios indevidos, tanto nos montes da Ola e Canhões como nos de Valverde e Sabariz, superabundaram e o mesmo sucedeu em 1912, altura em que as tabelas das coimas fixaram 1\$00 por carro para “os de fora da terra que cortassem saibro nas Breias, Barros Brancos e Barreiras”. Os da freguesia “se não comunicassem à Junta incorreriam nas mesmas penas, ou nas fixadas pelas Juntas anteriores”.

Todavia, porque o desrespeito pelas normas pouco ou nada abrandara, no ano de 1914 foi fixada em 5\$00 a penalidade para quem, sem comprar o pasto, trouxesse o gado nos terrenos públicos, e em 1923, como medida profilática, passou para 10\$00.

No ano de 1929, por motivos idênticos, foi imposta a obrigatoriedade de requerer licença de pedreira e de entregar, os da freguesia, \$50 (cinquenta centavos) por cada carro de alvenaria e 1\$50 (um escudo e cinquenta centavos) pelo de cantaria, enquanto que os estranhos pagariam 1\$00 e 3\$00, respetivamente. No entanto, se excedessem os cinquenta carros aumentaria trinta ou sessenta centavos, para os da terra, e o dobro para os outros.

Mesmo assim, como as contínuas leis e posturas não eliminassem as exorbitâncias, houve necessidade de nomear guardas rurais que respondiam pelos danos causados nas propriedades, durante o dia, em troca de “metade das sanções pecuniárias e de uma recompensa ajustada, a receber pelo S. Miguel de setembro” .

Enfim, o povo não podendo dispor, também, do que as devesas, matas e bouças produziam, pois a palha enrolada nos pinheiros anunciava o seu coutamento, sempre mais se mentalizava de que sem terras próprias não conseguiria levantar a cabeça, sacudir a

pressão a que permanecia sujeito nem ultrapassar a vida de emparceiramento com os animais nas reduzidas construções de madeira ou de rude granito, assente com barro, onde nada cerceava as fortes correntes de ar que se infiltravam pelas fracas coberturas de telha mourisca que a carga de pedras sustinha da fúria dos ventos.

Por isso, quaisquer pedaços de terra, livres de penedias, eram bons para arrotear, fossem em socalcos desbravados, fossem em leiras extorquidas aos velhos pinheirais dos Lodeiros, da Maroca, dos Coitos, de Canhões, da Senrela, do Monte Froio, da Ola ou da Estrada Velha, desde que a enxada os conseguisse revolver. Pobres e falhos de humidade, a adubagem, mesmo depois de surgir a química, por 1883, era feita não só através das imundícies das fossas, acarretadas em balseiros ou à cabeça em cântaros de barro, como com o mato, o tojo, a carrasca, as palhas e os fenos transformados em estrumes, nas cortes e quinteiros ou até nos próprios campos, em rolheiros, ao passo que para colmatar a secagem não só se multiplicaram os tanques e represas, locais retemperadores de muitos corpos em dias de torreiras, os poços, nos quais se instalaram bombas de pressão, tangidas manualmente ou pela força animal e do vento, as noras, os estanca-rios e, por fim, há uns cinquenta anos atrás, os motores.

Por todo o lado, findo o Inverno, com as novas plantações e sementeiras, ecoavam conversas e cantigas entrecruzadas, em contraponto, com o cantar ao gado, o chiar da nora, o tilintar do ferro-travão na roda copeira, os gritos e choros da pequenada que se refastelava, seminua, por entre avisos e reprimendas, na terra revolvida e na fria água que os copos esvaziavam no rego mestre, os assobios traulitados nas caminhadas para aliviar os pejadouros ou desobstruir as condutas depois de no fim da “missa d’alva”, pelo S. João, na mesa do adro, se terem lançado sortes, marcado giros e combinado horas.

Era o sentir gregário de uma forte e unida comunidade agrícola ainda rememorada por alguma velha nora ou um qualquer estanca-rios ferrugento e podre que não teve a dita de ir acabar a algum jardim.

Acrescidas as potencialidades, a cultura de restiva torna-se bastante vulgar nas terras do centeio ou aveia as quais, quando não eram novamente lavradas, recebiam nos sulcos abertos pelos margedouros, o milho serôdio e no meio das margens o feijão-frade ou, então, após as colheitas do milho e do feijão branco manteigueiro ou amarelo, o azevém e os fenos que, limados, haviam de assegurar parte da alimentação do gado.

Para tanta lavoura, a presença dos animais bovinos, que os contratadores/ regatões, de fora da terra, iam renegociando, era indissociável dos carros, arados, cangas, cofos, grades, margedouros, sachos, carrelas, padiolas, fouchinhas, forcados, gadanhos, gravetas (encinhos),

foucinhões, cestas e cestos, sacholas e crivos, numa palavra, da vida do lavrador, seus criados e jornaleiros.

As verdadeiras casas agrícolas, cujo rés do chão às cortes e adegas se destinava, mediam-se não só pelo que colhiam, mas também pelo gado cavalari e coche, pelas juntas de bois, pelas vacas leiteiras, primeiro as piscas ou galegas e, já no decurso do século XX, as turinas, melhores produtoras e mais caras nas feiras, pelos cevados abatidos durante o ano, pelas galináceas poedeiras e pelo número de cabras e ovelhas. Num plano médio viam-se aquelas que se valiam quase só dos animais de capoeira e uma ou duas vaquitas, por vezes a ganho, desde o desmame até ficarem cheias, para com o produto da venda, após a compra de uma vitela para criar, ser abatida a conta do merceiro ou reduzido algum empréstimo, comprada alguma roupa para os filhos mais carenciados ou quaisquer trastes estritamente indispensáveis ao dia a dia da casa.

Esta panorâmica mantinha-se nas primeiras décadas do século XX, altura em que as profissões constantes dos livros do Arquivo Paroquial, se resumiam às de: jornaleiro/a, lavrador/lavradeira, pedreiro, carpinteiro, pintor, alfaiate, vendeiro/a (tasqueiro/taberneiro), doméstica, serrador, sapateiro, trolha, retelhador, criado/a de servir, tecedeira, cesteiro, assentador, costureira, comerciante, caixeiro, carteiro, ferrador, caiador, leiteira, padeiro/a, tamanqueiro/a, alquilador, condesseiro, cocheiro, segeiro, ferreiro, torneiro, médico, agente da guarda, tanoeiro, carreteiro, empregado comercial, cantoneiro, barbeiro, pastor/a, moleiro/a, latoeiro, guarda-soleiro e trabalhador da CP.

De todas, as merecedoras de maior realce são as de ferrador (ferreiro), carreteiro, carpinteiro, pedreiro e serrador, não tanto pelo ténue cunho industrial que comportavam, preanunciador de futuros investimentos e conseqüente superveniência de empregos, que nunca chegaram, mas porque, ultrapassando o restrito espaço a que se confinavam, foram arautos das qualidades laboriosas da gente da aldeia, durante séculos, só arrumadas para o rol das recordações pelas novas tecnologias.

Por conseguinte, não convém esquecer que os artistas do ferro, lustros a fio, bem cedo, enquanto a maioria da gente dava inconstantes voltas no colchão de folhelho ou palha à procura de razões para abalar das coçadas mantas de farrapos, pois algum modesto cobertor da serra não era luxo acessível à grande parte das bolsas, ao sopro do fole, aticavam o lume envolvente do carvão no meio do qual o duro ferro, para as ferraduras, picos, cinzéis, utensílios de lavoura e outros objetos, embraseirando em tição, suavemente se sujeitava aos pesados malhos que, em ritmo quase inconsciente, o faziam faiscar sobre a bigorna para que, temperado convenientemente, ficasse com as formas desejadas.

Foi famosa, pelos dois carros de fretamento e por causa da assistência aos transportes de então, a oficina de António Gonçalves do Padeiro (ou Novo), o “Antigo”, que funcionou nos anexos da sua residência, situados no ângulo poente das atuais ruas da Gandra e Ponte Seca.

Neste último lugar, em 1928, data em que António de Sousa Gonçalves conseguiu comprar por 50\$00, à Junta de Freguesia, 52,50m² de terreno baldio “no sítio da estrada velha de Braga, ou cruzeiro”, sequenciava-o como ferrador José Rodrigues (do Rego). Para aí, montada uma loja para ferragem de cavalos e gado, se deslocara em 1932.

O filho, António Rodrigues do Rego, o Brás, além de laborar na oficina, ainda ia atender os fregueses a Esposende, com o irmão José que fora viver para Mazarefes, e a Barroelas, em dia de feira, num barracão implantado junto do cemitério.

Também, de 1928 a 1950, numa casa que existiu no quintal dos herdeiros de Manuel Cunha Fernandes Pita, no Ribeiro, houve uma de ferreiro, gerida por António Afonso Forte (f. 1948), onde laboraram o filho Alípio e alguns assalariados. Posteriormente, Hermenegildo Fernandes Ferreira (f. 2006), na Cavagem, trabalhara quer em serralharia quer em latoaria e funilaria.

De forma semelhante, os carreteiros, acordados os bois pelo madrugador chefe da capoeira, tinham de servir-lhes o “penso”, antes de engolirem o caldo, ou algum naco de broa com um pouco de toucinho que restara da ceia, o mata bicho retemperador das forças, para, ainda antes do clarear da manhã, iniciarem, por caminhos amolecidos pelas águas acumuladas ou de declives difíceis e de piso irregular, a faina dos carretos, ao ritmo cadenciado dos palavrões e do doloroso aguilhão ou ao som do tanger cantante suavizado pelo último bagaço entornado à porta semi-aberta de alguma tasca do percurso.

O número desses trabalhadores, de têmpera rija e praguejadores, que não acarretavam somente a pedra e o barro, o saibro e os esteios, os produtos silvestres e do campo mas ainda a pruma e a lenha para os fornos de Darque e Viana, as mercadorias para os revendedores e o sal, desde o Cais Velho de Darque até ao Armazém, instalado junto do entroncamento das estradas 13 e 308, donde era levado para as diversas localidades, incluindo Braga, atingiu tal magnitude que deu mesmo para o caracterizar irónico da freguesia.

Também os mestres de obras e seus operários, antes do raiar da aurora, a pé, descalços ou de chiolas, tinham-se de deslocar, com as ferramentas ao ombro e a saca do frugal almoço na mão, para distâncias consideráveis, como sucedeu com: Domingos Quintas que arrematara a obra de carpintaria da igreja de Forjães, Esposende, por 37000 réis, no ano de 1879; João Alves Ferreira e Domingos Francisco dos Reis, os quais, para além das obras executadas nas povoações vizinhas, trabalharam na igreja e capelas da freguesia; Manuel da

Cunha Pereira que colocara os madeiramentos na igreja de S. Paio de Antas, em 1896, e, imerecidamente, pois nem foram contestados os cadernos de encargos, nem referidos defeitos, ficara achincalhado pela pena malévola do pároco Bento José da Mota, no registo seguinte: “quando o mestre carpinteiro, da freguesia de Vila Fria, desovou aqui um formigueiro de oficiais que ... não valiam os guizos de um gato, eu fiquei fulo: não sabiam nada, eram puras sanguessugas”; e José Pereira Lima “o qual se comprometera, pela quantia de 40.000 réis, a construir uma chaminé em pedra com 4 metros de altura e 1,70 metros de largo, tendo uma coluna oitavada a sustentar as vergas em pedra”, em 1892, na residência paroquial de Forjães, e, nos anos de 1896 e 1904, a levantar a frente do cemitério de Vila de Punhe, por 226.000 réis, e os muros do de Vila Fria por 248.900.

Já quanto aos serradores braçais, a proliferação aconteceu a partir do momento em que o engenho de serrar da quinta do Paço, erguido na Senrela, e outros em redor, não conseguiam satisfazer, cabalmente, as necessidades de mercado.

Então, pelas densas matas, onde o pinheiro manso e o bravo conviviam com outras espécies arbóreas, montaram-se verdadeiras indústrias ambulantes nas quais, bem cedo, ainda com o ensino primário mal digerido, os rapazes, quase sempre seguindo a escola paterna, se iam amestrando com os machados, as serras, o serrão, as cunhas e as limas, quer no derrube de alguma árvore e sua fragmentação em toros e lenha, quer no afiar e limar as ferramentas.

No entanto, a verdadeira instrução dos serradores iniciava-se, sem qualquer remuneração ou por uns escassos tostões compensatórios, pelos 12/14 anos. No melhor dos casos, nunca demorava menos de um ano atendendo a que não só era indispensável saber fazer e montar os cavaletes e as burras, colocar e segurar as pranchas e os rolos, depois de devidamente descascados a machado, alinhar os cortes de acordo com os caibros, ripas, vigas ou tábuas a preparar, tocar e soltar as serras ou serrões, quadrando o esforço físico com a alternância de posições, mas também, porque chegaria a altura de enfrentarem, durante dias ou semanas, as vicissitudes advenientes da separação familiar, aprender a fixar as trempes, com pedras, para aguentarem a lenha e sustarem as painéis, a condimentar, nos potes, o caldo de couves, farinha e toucinho, quando não adubado somente com azeite e chouriça de verde, a arranjar umas batatas com bacalhau e hortaliça ou alguma feijoada e dosear o unto das migas ou o açúcar das sopas de vinho.

Só nessa altura, senhores de novas ferramentas e mestres sem diploma, estivessem associados aos pais ou assalariados pelos instrutores, quando a idade já os convidava a pensar em outras vidas e responsabilidades, chegava a ocasião de gerirem, com outro irmão

de menos idade ou algum extrafamiliar desejoso de descobrir os segredos da arte, algum novo núcleo profissional.

Com o advento das serras movidas a vapor e a eletricidade, pois as tocadas pelas forças da água ou do vento não constituíram grandes problemas de concorrência, o número dos serradores do monte diminuiu notoriamente e, entre 1950 e 1960, reduziu-se a zero.

Dos que vivem, apesar e por causa dos sacrifícios e renúncias, há quem, rememorando, com entusiasmo, a atividade que perdurará como reflexo do espírito destemido e personalizado do homem lutador, relate, à mistura com lamentos e saudades nostálgicas, as dores de costas das noites mal descansadas nas palhas dos cobertos, as manhãs sonolentas e húmidas, o calor transpirante dos fatos resinados e rotos e até as canseiras remordidas pelo roer das mal alimentadas barrigas.

Alguns deles vieram a prestigiar-se, quer como trabalhadores nas fábricas de Barroelas, de Mazarefes e da cidade de Viana do Castelo, quer na qualidade de comerciantes ou gerentes de pequenas empresas do mesmo ramo. No decurso de 1977, consagrando esta atividade secular, Joaquim da Silva Morgado, madeireiro e quase autodidata na arte de serrar, pois apenas recebera ajudas na aprendizagem da travação e limador, criou, com a esposa Amélia Gonçalves Morgado uma indústria de serração, no lugar do Paço, rua da Gurita. De cunho familiar, já que todos os filhos conheceram a dureza desses trabalhos, muito pouco aliciadores dos jovens, ocupara, nas sete serras, sendo três de fita, e no charrió, um escasso número de pessoas, já que a madeira transformada não tinha futuro comercial garantido.

Ainda antes de encerrar a década e no limiar da seguinte, na quinta da Malafaia, em Sabariz, ergueram-se uma fábrica de serração, que nunca funcionara e, em 1981, uma pedreira com central de britagem, por conta de Rodrigo Mendes Peixoto e Filhos, de Alvarães. Desativadas, oito anos volvidos deram lugar a uma de betuminagem da firma Aurélio Sobreiro, que pouco tempo laborou. No decurso de 2003 voltou à atividade, por um período muito reduzido, e outro tanto sucedera, em 2012, aquando da renovação do tapete da estrada de Alvarães. Em 2015, a pedreira e central de betuminosos são pertença de Cândido José Rodrigues S.A.

Para a restante parte dos terrenos também, nos princípios do séc. XXI, estiveram destinadas várias estruturas residenciais e um minipólo industrial os quais, até à data, ainda permanecem nos papéis.

Com o consolidar do regime republicano e a conseqüente desestabilização interna, a que se juntou a provocada pela guerra de 1914/18, o retroceder da já fraca vida económica, falha de consistência industrial, lançou na miséria várias famílias que, na sua indigência e

forças abaladas pela subnutrição, calcorreavam, sem olhar a condições climatéricas, as freguesias estendendo a mão, aqui e além, à generosidade limitada dos de mais haveres, em troca de um mal resmungado “Pai-nosso” e de um “seja pelas almas”.

Nesse tempo escravo, tanto se rogavam brasas às vizinhas como qualquer emprego, fosse o de criado de servir ou jornaleiro, fosse o de escavador de barro ou lenhador, roçador de mato ou apanhador de pinhas a fim de que os míseros escudos dessem para aguentar o corpo e as pessoas de família na tentativa de evitar a tuberculose e os surtos de febres epidémicas que por toda a parte espalhavam a morte, como confirmam os registos paroquiais. Será bom não esquecer que, com a escassez a vigorar e a corrupção latente, o alqueire de milho fixava-se nos 500/600 réis e a pipa de vinho nos 20.000/25.000 réis, em 1914; que nos anos de 1929/30 e 1933/34 a vida estava vinte e quatro vezes mais cara; em 1939, vinte e uma em relação à data última. Entre julho de 1939 e agosto de 1942 a subida percentual dos produtos alimentares foi de 44,8% e a dos de consumo doméstico 22,6% .

Foi a fase do racionamento dos géneros essenciais, desde o pão ao açúcar, e da procura de milho, de uma forma exaustiva e sem regateios, cuja venda não era tolerada em virtude das leis determinarem quem os podia comercializar, quais os trâmites a seguir no seu transporte e as modalidades das multas e vigilâncias.

Por conseguinte, não espanta que, finda a primeira grande guerra, os sonhos de um paraíso salvador acompanhassem alguns jovens mais destemidos os quais, não encontrando outros trabalhos, para além dos da lavoura, partiram para França donde voltaram, tempos depois, repletos de desilusões pelos anos perdidos.

Parecendo fadados para a pobreza, enquanto no horizonte da esperança visionavam as cartas de chamada que lhes facultaria a partida para as colónias de África ou para os países da América, sobretudo, Brasil, Estados Unidos, Canadá, Venezuela e Argentina, iam vivendo com os frutos campesinos e as espórtulas angariadas no labor profissional ou na prospeção de volfrâmio e estanho, fonte de resfriados e mortes para muitos e de riqueza para alguns, como sucedeu, no período da segunda guerra mundial (1939/45), com José Joaquim Alves de Brito (o biqueirão) que, prostrado na categoria de falido, depois de uma jogada em falso na antiga pastelaria Dantas, da cidade de Viana do Castelo, explorou a céu aberto, a partir de 1941, com os assalariados Carlos Estanqueira e António Soldado, um filão, em terrenos do seu tio Manuel da Clara, bem junto da presa da Cavagem, onde os minerais eram lavados antes de rumarem para o seu destino.

Em simultâneo, a população feminina, a quem continuavam confiados os trabalhos rústicos e do lar, descobria ainda tempo para alguma ocupação remunerada, como a costura, o tear, o bordado, o transporte de leite, o ir ao jornal, ou qualquer outra que lhe tomasse, tão

só, parte do dia ou da semana para que, somando ao seu melhorado pecúlio as poupanças do marido e dos filhos, não retardasse o levantamento de casa própria, a aquisição de umas leiras, a compra de algum objeto de ouro, a substituição das desgastadas peças do enxoval e o amontoar oculto dos poucos escudos excedentes porque “ninguém sabe o dia de amanhã”.

Muitas mulheres, enchendo os canecos de porta em porta, transportavam o leite, ora para a fábrica de lacticínios de José Ribeiro da Silva, em Vila Franca do Lima, ora para a do lugar do Outeiro (Vila Fria), ereta em 1928, por Domingos Miranda Júnior (Cacarolo) e Manuel António Alves de Brito (da Cavagem).

Através do tanger contínuo de uma roda instalada num recipiente adrede preparado, extraíam a nata para a produção da manteiga a qual, levada para a estação do caminho de ferro de Viana do Castelo em latas apropriadas, era despachada para o Porto. Com o soro sustentavam porcos reprodutores cujos bácoros tinham mercado certo.

Coincidindo, na prática, o termo da sociedade com a criação da Lacto- Vianense, em Alvarães, no ano de 1941, o trabalho das leiteiras, abastecedoras desta nova fábrica, ficou garantido.

No entanto, com o decorrer dos anos, a avultada produção de leite exigiu, para substituir a recolha efetuada pelo Lucas no seu carroção tocado a cavalos, a construção de dois postos, na Cavagem e Paço, onde os camiões da Lacto-Vianense e Vale de Cambra, ou só os desta última, após o encerramento da primeira, recolhiam os largos e pesados canecos, e levou a que um grupo de lavradores constituísse uma mútua bovina, denominada “Associação de Santo António e S. Martinho”, em 18 de Janeiro de 1981, cujos estatutos, não primando pela originalidade, pois repisavam os princípios, direitos e obrigações dos de Alvarães e Mazarefes, consagravam, como fim essencial, o atenuar possíveis danos que poderiam advir de doenças ou fatalidades.

Anulada a secular existência do gado leiteiro, fonte de equilíbrio económico de uma grande fatia da população, pelas determinações coativas da União Europeia, a sala de ordenha mecânica que substituíra, no ano de 1979, os postos atrás referidos, viu-se forçada a fechar em 31 de março de 2000.

Em contrapartida, surgem as explorações agro- pecuárias, agora reduzidas às de Perpétua Ávida de Sousa

Atualmente, o leite é recolhido nas vacarias, por camiões da firma Agros. Arezes e de António de Sousa Morais, situadas, respetivamente, nos lugares da Ponte Seca e Paço.

Quando o século XX caminhava para a meia idade e se contavam como “retalhistas de mercearia” Avelino da Cunha Fernandes Pita (Ponte Seca), Manuel Pereira Fernandes Pita (Ribeiro), Isaura Margarida Gonçalves (Monte da Ola), Serafim Alves Ferreira (Monte

da Ola) e Adelina Portela (Sabariz), bastantes jovens, porque as empresas de construção, as escassas oficinas de carpintaria , marcenaria , alfaiataria, barbearia, sapataria, latoaria e ferreiro, entre outras de menos importância, não os absorvia como mão de obra, manhã bem cedo, a pé ou de bicicleta, esta muitas vezes alugada no José Alves, da Rua, “o Gaitas”, com ar brincalhão, enfrentavam as instabilidades do clima e as cerca de três léguas que, na ida e vinda, os separava dos Estaleiros Navais, em funcionamento desde 1944, e da empresa de pescas, sedeada junto ao rio Lima.

Apesar dos baixos salários, uma sofrível melhoria das condições de vida, aliada ao relativo atraso cultural e conseqüente isolamento, pois muitos dos tempos livres só podiam ser passados a pontapear a bola na Avenida da Igreja, nos largos do Monte da Ola, Valverde e Sabariz, ou então a cavaquear nas lojas comerciais e, posteriormente, nos cafés, mantinha nas gentes a convicção ilusória de que a situação nem era má.

Contudo, depois de ouvirem apregoar as maravilhas de França, e mais tarde da Bélgica, Suíça, Alemanha, caindo em si, principiaram a sacudir a resignação em que pareciam estagnadas, especialmente a juventude que, forçando a maioria dos pais a contrair empréstimos, não olhava a meios para chegar à terra dos sonhos e escapar às lutas coloniais.

O abalar de noite ou de dia, pelo monte ou pelo mar, em transporte reservado ou a corta mato, sempre na procura de iludir as autoridades fiscalizadoras, reduziu, substancialmente, o número de habitantes, na década de sessenta.

Enquanto cresciam as surtidas, a Junta de Freguesia, em 1965, ao aceder aos múltiplos e insistentes pedidos feitos no sentido de que, no Pinhal do Senhor, pudessem ser aproveitados alguns filões de barro para abastecerem as fábricas Campos, Ceral e Rosas, em Alvarães , e mesmo ao sentir, cinco anos depois, o circular ininterrupto de camiões e o incessante ronronar das perfuradoras que anunciavam o pico mais elevado do rasgar do solo, cuja panorâmica dera lugar a múltiplas e profundas lagoas, perigo à espreita de animais incautos, depois transformadas em lixeiras e aterros sanitários, estava bem longe de pensar que iria romper com um passado, de cerca de dois séculos e meio, de inatividade explorativa.

Em sintonia com um profundo e bem fundamentado estudo de A. Almeida Fernandes, abarcante do século XIII, que não dispensou o conteúdo da carta limitativa do Couto de S. Romão, no atinente às paróquias de Vila Fria, Anha e Chafé, as antigas minas, não esquecidas nos documentos locais do século XVII nem na tradição oral que as designa de “Olhos Marinhos”, por causa da falta de compressão dos depósitos naturais estratificantes, e as situa ao lado “do caminho que vai para o Pinhal do Senhor, rumo à Gandra de S. Romão e S. Bartolomeu” e “nos Lodeiros das Mainças”, ou seja, a Sul do caminho que segue do lugar do Outeiro para Chafé, ainda se podem detetar.

Delas arrancaram a matéria prima para as olas ou cerâmicas cujos fornos, excluindo os da telha, nas Mainças e Maroca, dos quais foram descobertos pedaços de arcos e grelhas, além de pedras escurecidas pelas cozeduras, talvez jamais se venham a poder localizar a não ser que das entranhas aflore, por mero acaso, algum objeto mais fiável e explicitador dos topónimos Ola (olla) e Cova (coba), muito usados na Idade Média, os quais, na presente grafia de Bouça Cova e Monte da Ola, relembram, quer as laborações artesanais, em atividade relativa pelos séculos XIV, XV e XVI, quer as concavidades pouco profundas, cobas, segundo o latim arcaico, já que os locais mais escavados e húmidos eram apelidados de Marocas.

Com significação totalmente idêntica não se poderá assumir o topónimo Barreiras, existente nos lugares da Ponte Seca, Valverde, Coitos e Socorro pois, nas constantes coimas e posturas disciplinadoras da Autarquia e da Confraria do Subsino, num registo de óbito de 1853, que diz “no Monte da Fonte (Valverde) faleceu José Correia Pinto, de desgraça, debaixo de uma saibreira em que estava a cavar barro para seu irmão”, e nos preçários relativos às quantidades cavadas, cujo mercado diminuiu com o surgir do cimento e o calcetar ou alcatroar das vias públicas, é referido, umas vezes, como zona de extração de saibro, outras, de barro.

Em simultâneo com os trabalhos mencionados, depois de concluídas as prospeções nos terrenos adquiridos a particulares e o levantamento das infra-estruturas indispensáveis para o processo da mineração, armazenagem e venda, iniciadas em 1950, funcionou, em Valverde, com as matérias-primas retiradas a céu aberto, a Sociedade Mineira de Caulinos de Viana, Lda que, embora tivesse de capital, em 28 de Junho de 1985, dois milhões de escudos, divididos pelas Companhia Anglo-Portuguesa de Caulinos; E.C.C.Overseas Investments, L.da; e A.P.C.V. Anglo-Portuguesa de Caulinos de Viana, L.da, empregava somente uma meia dúzia de operários da freguesia. Finda a laboração normal, uns tempos antes de acabar o século XX, extinguiram-se os postos de trabalho. Outro tanto sucedeu com a E. L. A. sedeada na Senrela, desde 1987.

Hoje, Vila Fria, com jazidas por explorar, mantém, no lugar do Paço, no sítio da Altosa ou Alpões, embora com outra denominação, a fábrica de cerâmica Dévica (Cerâmica Decorativa de Alvarães, L. da, segundo o registo), fundada em 1970 por Álvaro Ferreira da Rocha (Dr.) e sua esposa Maria Olinda P. Martins da Rocha os quais fixaram a sede na rua Prior do Crato, da cidade de Viana do Castelo. No mesmo ano, a 31 de março, ao passar o capital para sete mil e quinhentos contos, com o alargamento da sociedade aos filhos João Álvaro e Jorge Manuel, bem como a Manuel Pereira Arzileiro que, retirando a sua cota,

deixara a gerência em 21 de maio de 1985, o número dos jovens aí empregados rondava a centena.

Destinada ao fabrico de louças de grés, vidradas à mão, a partir de 1988 orientou a produção para artigos em terracota impermeável, bem aceites nos mercados da Alemanha, Suécia, Dinamarca, Noruega, França, Inglaterra, Espanha, Canadá e U.S.A.

Mesmo assim, o seu mentor continuava a executar trabalhos de grande valia como “Cruzificação” que, no ano de 1992 arrecadara, na Trienal Latina, o primeiro prémio, “Enterro do Senhor” (hotel turismo de Braga), “Cavaleiros Medievais”, entre tantos outros espalhados pelo país e estrangeiro, a produzir desenhos, conforme atestam os quarenta e dois do seu “Livro de Sombras”, e a apresentar em exposições peças decorativas e utilitárias, grés de Viana ,como sucedera, em 1983, nas cidades de Frankfurt e Viana do Castelo, merecendo sempre, dos críticos e visitantes os maiores encómios.

Ao transferir a propriedade fabril, em 30 de agosto de 1993, para os sócios: Dreisewerd G. M. B. H., Willi Dreisewerd e Maria Olinda Pereira Martins da Rocha, de acordo com a escritura de 3 junho de 1993, da Conservatória do Registo Comercial , cessou as funções de gerência, atitude posteriormente assumida por sua esposa.

Ao entrar 2012, as crises financeiras e as dificuldades em colocarem os produtos no mercado provocaram fortes baixas no número de operários e cerca de quatro meses volvidos (abril/ maio) levaram-na ao encerramento.

Contudo, em setembro do mesmo ano, com dez trabalhadores, aproximadamente, reabriu com o nome de “Coloridos Canteiros”. Dedicando-se ao mesmo ramo, ainda labora em 2015.

Outros investidores, na tentativa de responderem às progressivas exigências sociais, fundaram: a Sociedade de panificação Flor (padaria e pastelaria) , casas de restauração, cafés e snack-bares; empresas de construção e hotelaria canina, de confecções e camionagem, de reclamos e toldos; armazéns de farinhas, cereais e de alfaias agrícolas; lojas de eletrodomésticos, artigos elétricos, sucatas, drogarias, floristas e pronto a vestir; salões de cabeleireiros/ as; mercados de peixe, carne, frutas e géneros alimentícios; oficinas de reparações de automóveis, de serralharia e carpintaria; e agências de seguros que, juntamente com as estruturas comerciais das redondezas, vão ocupando cerca de 55% da população ativa, segundo o INE.

Adicionando-lhe os cerca de 30% que o mesmo atribuía àqueles que se voltaram para a vitivinicultura, floricultura, horticultura e criação de gado, incluindo o lanígero e caprino, bem como ao amanho das terras, os quais com a ajuda das modernas técnicas e maquinarias

vão obstando à propagação dos bravios que já abundam num grande número de freguesias, e Vila Fria não é exceção, praticamente não se podia falar de desempregados.

Por conseguinte, embora as faltas pontuais sentidas no abastecimento de água e os atrasos na completa distribuição da rede pública de saneamento, as moradias, novas ou restauradas, com mobiliário e aparelhagens moderna e sofisticadas, respondem às exigências primárias e ao conforto das pessoas. Do mesmo modo, a forma de cada uma se apresentar e viver, consequência de sacrifícios e renúncias, de canseiras e sofrimentos arrostados perante outras culturas, costumes e línguas, não destoa em parte alguma e a convivência, se não tão profunda e amiga como há cinquenta anos atrás, continua radicada na solidariedade e interajuda.

Por isso, ainda que atingidos pela crise financeira do país não continuará a ser despropositado dizer aos jovens que ter um rádio, há uns 50 anos, era privilégio de poucos, e que essas caixas informativas e de música funcionavam como o maior chamariz domingueiro “das vendas” para os apaixonados da bola ou para os que gostavam de ter as notícias atualizadas; que o telefone, há poucas décadas, era desejado por muitos particulares e hoje está vulgarizado pelos telemóveis, simples ou com imagens, e outras máquinas afins, não contabilizando os computadores nem as ligações internetizadas; que as bicicletas e motorizadas, luxos antigos, se foram transformando em peças de distração, passeio ou recuperação física, pois os carros, na maioria das casas onde em tempos o pensar-se neles seria escandaloso, são artigos indissociáveis do andarilhar de jovens e adultos.

Na verdade, a Vila Fria do barro, dos campos, do monte e das pinhas transformou-se numa freguesia mais rica, mais fidalga e organizada, mais sensível e dinâmica, mais capaz de responder com outras potencialidades aos graves problemas que vão surgindo. Enfim, que as continuadas crises económicas nacionais, que já se vão repercutindo, fortemente, nas classes mais débeis e na juventude sem emprego, não façam retroceder muitas famílias a viveres passados e a emigrações não desejadas.

ANEXOS

3.5. Vontade da população

3.5.1. Deliberação dos membros do órgão deliberativo das freguesias

3.5.2. Declarações apresentadas, individualmente, pela população

II – Documentos relevantes:

- a) Mapa à escala 1:25 000 da área da nova freguesia
- b) Mapa à escala 1:25 000 das freguesias de origem, com a indicação das alterações a introduzir no respetivo território
- c) Inventário dos bens móveis e imóveis, universalidades, direitos e obrigações das freguesias de origem a transferir para a nova freguesia de Mazarefes
- d) Indicação do número de trabalhadores, respetivas carreiras profissionais, remunerações e encargos sociais das freguesias de origem a transferir para a nova freguesia de Mazarefes

III– Apreciação da Assembleia de freguesia:

- a) Apresentação da Proposta de criação da freguesia de Mazarefes ao órgão executivo da junta de freguesia da U.F. Mazarefes e Vila Fria
- b) Parecer obrigatório proferido pelo órgão executivo da U.F. Mazarefes e Vila Fria
- c) Ata da reunião da assembleia de freguesia da U.F. de Mazarefes e Vila Fria, especificamente convocada para o efeito (com aprovação por maioria absoluta da proposta)

IV– Remessa da proposta de criação da freguesia de Mazarefes à Assembleia Municipal de Viana do Castelo, juntamente com:

- a) Cópia autenticada da ata da reunião da Assembleia de freguesia da U.F. Mazarefes e Vila Fria
- b) Cópia autenticada do parecer do órgão executivo da junta de freguesia da U.F. Mazarefes e Vila Fria.



**Assembleia de Freguesia da União
de Mazarefes e Vila Fria**

EDITAL

N/ Referência
04/2022

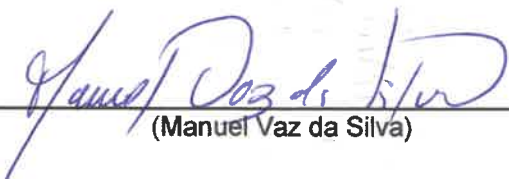
Manuel Vaz da Silva, Presidente da Assembleia de Freguesia de Mazarefes e Vila Fria, nos termos do art.º 14º, nºs 1, 2 e 3, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, faz saber que se realizará no próximo dia **15 de Outubro de 2022, pelas 21 horas**, no edifício da Sede da Junta de Freguesia de Vila Fria, uma Assembleia Extraordinária desta freguesia, com um ponto único na ordem de trabalhos:

1. Proposta de criação de novas freguesias.

Para constar se lavrou este e outros editais de igual teor que serão legalmente afixados.

Mazarefes e Vila Fria, 07 de Outubro de 2022

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA


(Manuel Vaz da Silva)

Atento, para os devidos e legais efeitos, que este fotocópia
se encontra em conformidade com o original, e consta
de 2 páginas.



Mazarefes e Vila Fria, 15 de Novembro de 2022

O Presidente,

(Nome: Manuel Dias Viana Barreto)

Mandato 2021/2025

Paulo Viana Barreto
FERRAZ
Paulo Viana Barreto
Paulo Viana Barreto

ATA NÚMERO QUARENTA E SEIS (46)

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA, VIANA DO CASTELO, REALIZADA NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2022

--- Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às vinte e uma horas e cinco minutos, no edifício da Junta de Freguesia em Vila Fria, Município de Viana do Castelo, reuniram-se todos os membros da Assembleia de Freguesia, à exceção da senhora Marlene Coutinho, substituída pelo senhor João David Viana, a fim de realizar uma sessão extraordinária. O Senhor Manuel Vaz da Silva, no lugar de Presidente da Assembleia, saudou os presentes e agradeceu a presença de todos, explicando o funcionamento de uma Assembleia Extraordinária. -----

--- Dando início à ordem de trabalhos: -----

--- **Ponto número um: Proposta de criação de novas freguesias.** -----

--- O Presidente da Mesa apresentou uma proposta realizada pelos membros da Assembleia, eleitos na Lista do Partido Socialista, para a criação de novas freguesias. A primeira secretária, Cristina Ferraz, procedeu à leitura da mesma que sugere: 1) a extinção da União de Freguesias de Mazarefes e Vila Fria; 2) Que sejam criadas as novas freguesias de Mazarefes e Vila Fria; 3) Que as mesmas retomem a denominação e os limites a quando da extinção; 4) Que depois de aprovada a presente proposta, o processo de criação das Freguesias sejam observados os procedimentos legais, procedendo-se ao seu encaminhamento para as entidades competentes por forma a se obter decisão final sobre a nossa proposta de criação das freguesias de Mazarefes e de Vila Fria. Posta a votação a proposta para análise da mesma em Assembleia da União de Freguesias, esta foi aprovada por unanimidade. -----

--- Nuno Rocha interveio dizendo que estávamos de momento a tentar resolver um problema que não foi criado por nenhum dos presentes, sendo que a União das Freguesias foi algo feito sem consulta prévia de nenhum cidadão e que a população de

Paulo Pita
2023
Paulo Pita
2023

Mazarefes e de Vila Fria tinha sido unida "do dia para a noite", tende-se extinguido duas freguesias com características geográficas e históricas muito vincadas. Alegou que no dia 15 de outubro de 2022, todos estavam a dar o primeiro passo e a contribuir para que cada freguesia voltasse a ter a sua identidade. Terminou referindo que a criação de novas freguesias vai além de partidos políticos, uma vez que se trata de uma vontade de todos, mostrada pelas declarações que a população assinou. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que até então já tinham sido dados muitos passos para dar resposta à lei tão extensa que define o regime jurídico de criação de freguesias, agradecendo a todos os que trabalharam no processo. -----

--- Américo Balinha reforçou a vontade de todos nesta caminhada para a criação de freguesias, ao proferir que o Executivo da União de Freguesias de Mazarefes e Vila Fria estava a colaborar no processo desde o início. O senhor Presidente da Junta, Manuel Viana, finalizou as intervenções afirmando que estará presente na Assembleia Municipal, tencionando fazer declarações a fim de que a proposta seja aprovada e solicitou à população que esteja presente neste momento tão importante. --- Posto isto, a proposta foi posta a votação sendo aprovada por unanimidade e aclamação. ----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por concluída a Assembleia pelas vinte e uma horas e vinte e oito minutos. -----

--- Depois de lida e aprovada, a presente ata será assinada por todos os membros presentes na Assembleia. -----

Paulo Pita
Cristina Alexandra da Silva Ferraz
Seclé Clementina Barros Feiró
João Duarte da Silva
JACUINO TORRE LIMA
Nuno Tiago da Silva Rocha
Paulo Miguel Cavaleiro Pita
Orlando Manuel Cavaleiro Severina
António do Sisto



ATA Nº 11/2022 DA REUNIÃO DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA, VIANA DO CASTELO, REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2022.

Aos dezanove dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu o Executivo, em reunião ordinária, na sede de Junta da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria.

Presentes estiveram o Presidente, Sr. Manuel Dias Viana Barreto, o secretário, Sr. Carlos Alberto Fernandes Ferreira da Silva, e o Tesoureiro, Sr. Américo Afonso da Balinha.

Ordem de trabalhos:

- Discussão e aprovação da proposta entregue pelos membros da Assembleia da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria eleitos na Lista do Partido Socialista relativa à extinção e criação de freguesias.

Tomou a palavra o Presidente, por forma a dar conhecimento da proposta apresentada pelos membros da Assembleia da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria eleitos na Lista do Partido Socialista, proposta esta relativa à extinção e criação de freguesias, de acordo com a Lei nº 39/2021, de 24 de Junho, com o intuito de ser levada a cabo a desagregação das freguesias de Mazarefes e Vila Fria, procedendo-se à extinção da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, sendo criadas as novas freguesias de Mazarefes e Vila Fria, e que as mesmas retomem a denominação e os limites que tinham aquando da união realizada de acordo com a Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro.

É do conhecimento deste Executivo da vontade popular de se proceder à referida desagregação, e de que reúnem estas freguesias as condições que a lei prevê, em virtude de cada uma delas ter e manter a sua identidade, cultura e individualidade.

Após discussão, análise e votação, vem este Executivo, por unanimidade, dar um parecer favorável à proposta apresentada.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Executivo declarou encerrada a reunião pelas vinte e duas horas.



Para constar se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, vai ser assinada.

–O Presidente: *Paulo António Silva*
–O Secretário: *Paulo António Silva* *Fernão Silva*
–O Tesoureiro: *Amélia da Balança*

A circular seal of the Municipality of Mazarefes e Vila Fria is overlaid on the signatures. It features a central coat of arms and the text 'UNIDADE DAS FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA' around the perimeter, with a star at the bottom.



ATA Nº 12/2022 DA REUNIÃO DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA, VIANA DO CASTELO, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2022.

Aos vinte e seis dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu o Executivo, em reunião extraordinária, na sede de Junta da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria.

Presentes estiveram o Presidente, Sr. Manuel Dias Viana Barreto, o secretário, Sr. Carlos Alberto Fernandes Ferreira da Silva, e o Tesoureiro, Sr. Américo Afonso da Balinha.

Ordem de trabalhos:

- Designação e atribuição dos bens móveis e imóveis, e vínculo de funcionários, das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria.

Tomou a palavra o Presidente, para apresentar o inventário dos bens associados às Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, para que os mesmos pudessem ser atribuídos a cada uma das Freguesias individualmente, tal como também os dados relativos aos funcionários vinculados à União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria. Após análise dos mesmos, ficou decidido o seguinte:

À Freguesia de Mazarefes pertencem os Artigos Urbanos designados, na Matriz Predial Urbana da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, pelos números 1474, e 811, ao qual, este último, corresponde o edifício da Junta de Freguesia, sendo que todo o recheio do mesmo é igualmente propriedade da Freguesia de Mazarefes. Quanto aos Artigos Rústicos, inscritos na Matriz Predial Rústica da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, são pertencentes à Freguesia de Mazarefes os designados pelos números 186, 314, 1268, 1516, 1518, 1540 e o 1542.

Relativamente aos bens móveis, a Freguesia de Mazarefes é proprietária de uma carrinha Volkswagen Caddy, com a matrícula 25-CF-92, uma carrinha Ford Transit, com a matrícula 86-02-JE, um Tratocarro, uma máquina Roçadora, uma máquina de Cortar Relva, e uma máquina de Limpeza de Bermas.



À Freguesia de Vila Fria pertencem os Artigos Urbanos inscritos na Matriz Predial Urbana da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria sob os números 360, 1123, 1124, 1127, 1128, 1147, 1447, 1586-A, 1594, e 1595. Ao Artigo número 1586-A corresponde o edifício da Junta de Freguesia, e sendo propriedade desta Freguesia todo o recheio que se encontra no mesmo/do mesmo. Quanto aos Artigos Rústicos inscritos na Matriz Predial Rústica da União das Freguesias de Mazarefes e Vila Fria, pertencem à Freguesia de Vila Fria os Artigos com os números 1277, 2275, 2276, 2435, 2547, 2565, 2591, 2592, 2593, 2594, 2861, 2924, 3202, e 3220.

Relativamente aos bens móveis, a Freguesia de Vila Fria é proprietária de duas carrinhas Ford Transit, com as matrículas 11-DB-82 e 35-80-ZZ, um Tractor de marca Vatra, com a matrícula 89-DI-88, uma Cisterna, com a matrícula P-84678, um Reboque, com a matrícula P-93799, duas máquinas Roçadoras, e uma máquina de Cortar Relva.

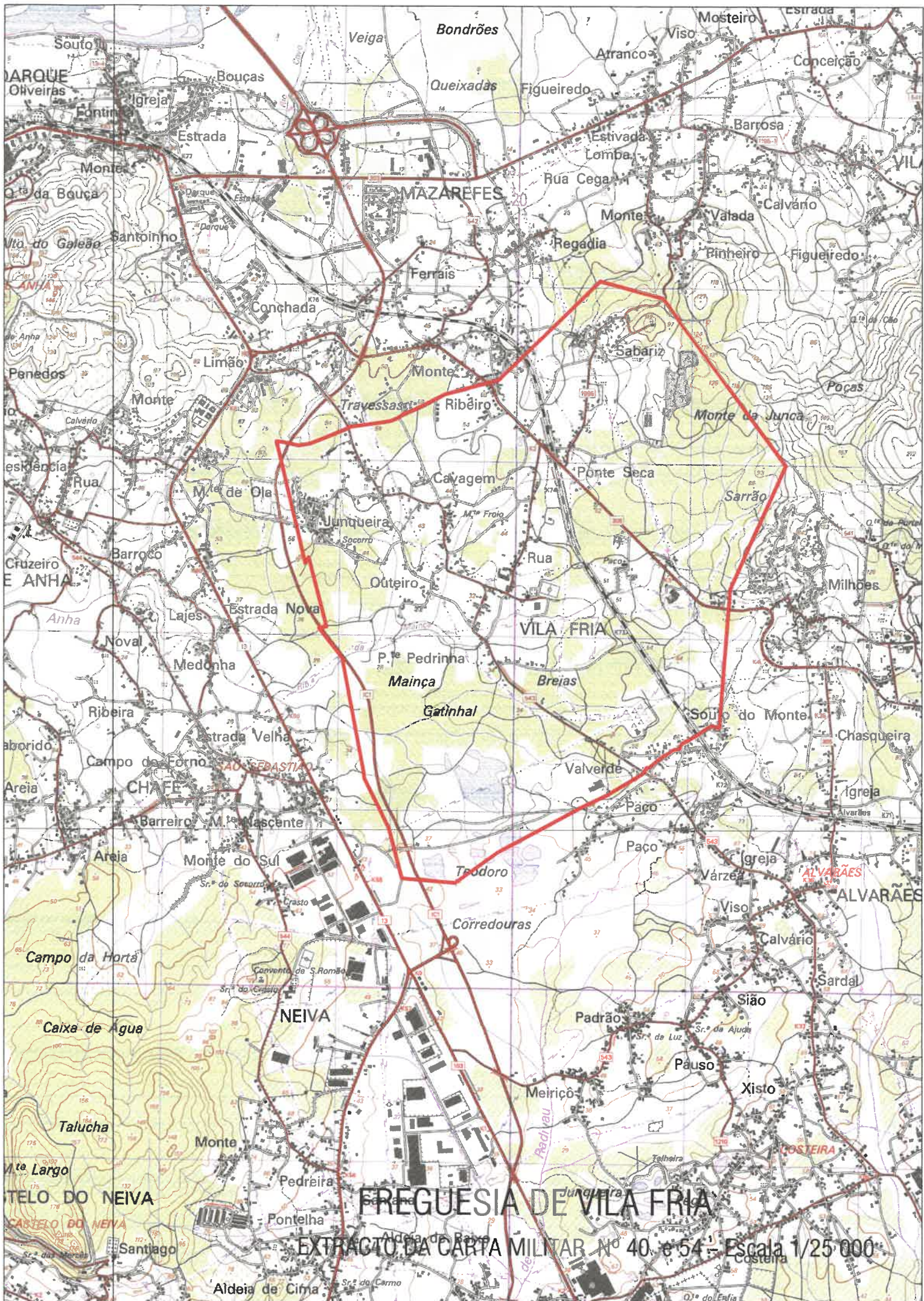
Quantos aos funcionários, decidiu-se que ficaria vinculada à Freguesia de Mazarefes a funcionária com a categoria de Cantoneiro Vias de Comunicação, Hirondina de Jesus da Costa Ferreira, e vinculados à Freguesia de Vila Fria a funcionária com a categoria de Auxiliar Administrativa, Maria da Conceição Martins Lavandeira, e o funcionário com a categoria de Tratorista, José António Rodrigues Arezes.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Executivo declarou encerrada a reunião pelas vinte e três horas.

Para constar se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, vai ser assinada.

--O Presidente: *João Paulo*
--O Secretário: *Paulo Alberto*
--O Tesoureiro: *António*

A circular stamp is placed over the signatures. It contains the text "UNIAO DAS FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA" around the perimeter and a star in the center.



FREGUESIA DE VILA FRIA

EXTRACTO DA CARTA MILITAR Nº 40 e 54 - Escala 1/25 000

MARQUE Oliveira
Souto
Bouças
Igreja
Estrada
Monte
Q^{ta} da Bouça
Vila do Galeão
Santinho
Penedos
Monte
Calvão
Pescaria
Rua
Cruzeiro
E ANHA
Anha
Noval
Medonha
Ribeira
aborido
Areia
CHAFE
Barreiro
Areia
Campo da Hortã
Caixa de Agua
Talucha
Vila Largo
TELO DO NEIVA
CASTELO DO NEIVA
Santiago

Fontes
Estrada
Monte
Conchada
Limão
Monte
Junqueira
Outeiro
Estrada Nova
Lajes
Ribeira
Estrada Velha
Campo do Forno
CHAFE
Monte do Sul
Sr.^a do Souto
Sr.^a do Crasto
Sr.^a do Crasto
Monte
Pedreira
Pontelha
Aldeia de Cima
Sr.^a do Carmo

MAZAREFES
Ferrais
Conchada
Limão
Monte
Travessas
Junqueira
Outeiro
Estrada Nova
Lajes
Ribeira
Estrada Velha
Campo do Forno
CHAFE
Monte do Sul
Sr.^a do Souto
Sr.^a do Crasto
Sr.^a do Crasto
Monte
Pedreira
Pontelha
Aldeia de Cima
Sr.^a do Carmo

Veiga
Bondrões
Queixadãs
Figueiredo
Estivada
Lomba
Rua Cega
Monte
Regadia
Ferreira
Cavagem
Junqueira
Outeiro
Estrada Nova
Lajes
Ribeira
Estrada Velha
Campo do Forno
CHAFE
Monte do Sul
Sr.^a do Souto
Sr.^a do Crasto
Sr.^a do Crasto
Monte
Pedreira
Pontelha
Aldeia de Cima
Sr.^a do Carmo

MAZAREFES
Ferreira
Cavagem
Junqueira
Outeiro
Estrada Nova
Lajes
Ribeira
Estrada Velha
Campo do Forno
CHAFE
Monte do Sul
Sr.^a do Souto
Sr.^a do Crasto
Sr.^a do Crasto
Monte
Pedreira
Pontelha
Aldeia de Cima
Sr.^a do Carmo

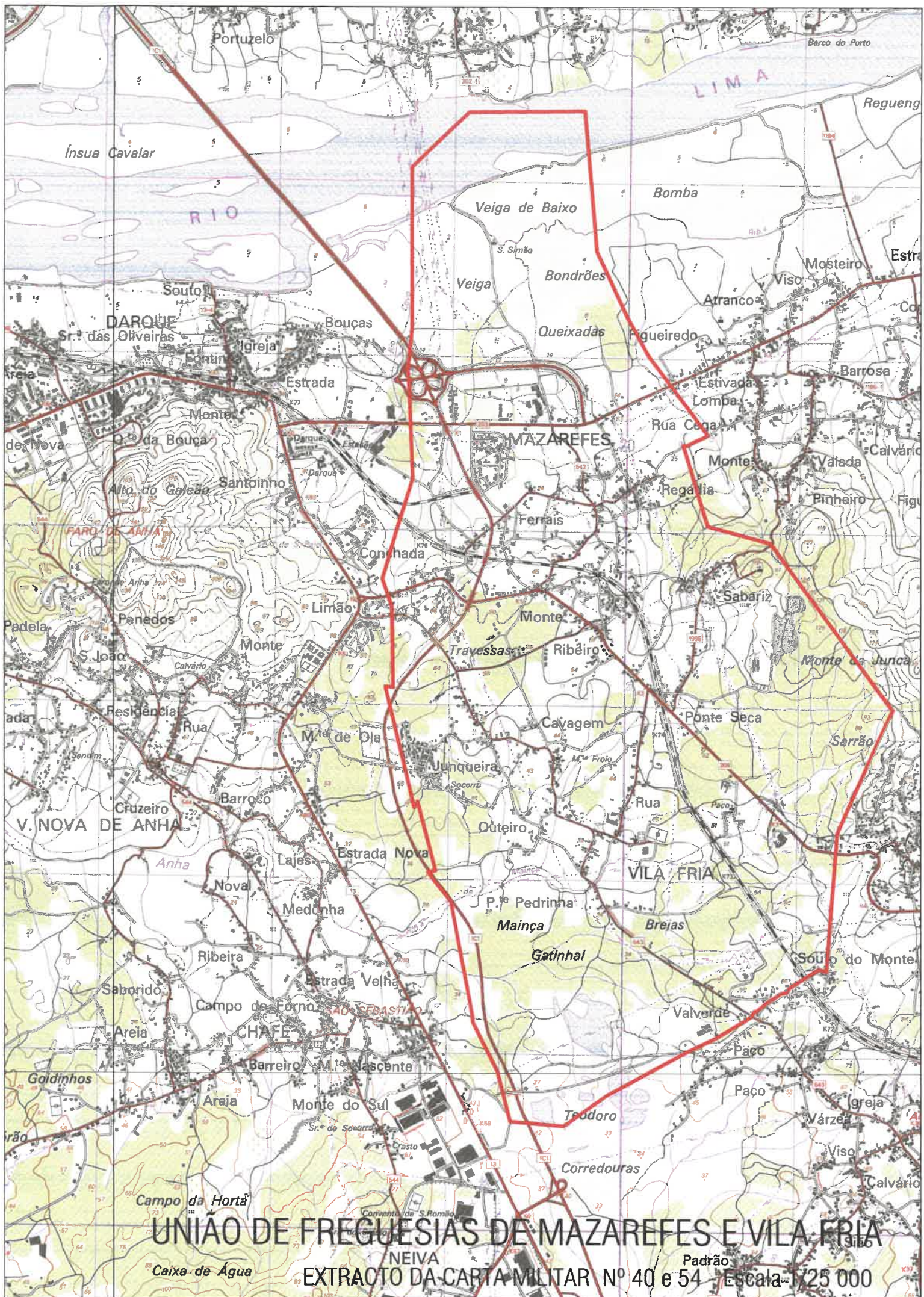
VILA FRIA
Breias
Gatinhal
P.ª Pedrinha
Valverde
Paço
Paço
Teodoro
Corredouras
Meiriço
Padrão
Meiriço
Junqueira
Aldeia do Bairro

Mosteiro
Estrada
Conceição
Barrosa
Calvão
Figueiredo
Monte
Valada
Binheiro
Figueiredo
Sabariz
Ponte Seca
Sarrão
Milhões
Souto do Monte
Chasqueira
Igreja
Alvarães
ALVARAÈS
Várzea
Viso
Calvão
Sardal
Sião
Pauso
Xisto
COSTEIRA
Telheira
Costeira

ALVARAÈS
Várzea
Viso
Calvão
Sardal
Sião
Pauso
Xisto
COSTEIRA
Telheira
Costeira

ALVARAÈS
Várzea
Viso
Calvão
Sardal
Sião
Pauso
Xisto
COSTEIRA
Telheira
Costeira

VILA
Póças
Milhões
Chasqueira
Igreja
Alvarães
ALVARAÈS
Várzea
Viso
Calvão
Sardal
Sião
Pauso
Xisto
COSTEIRA
Telheira
Costeira
O^a do Enfia



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA

EXTRACTO DA CARTA MILITAR Nº 40 e 54 Escala 1:25 000